

ANDRÉIA IZAMARA TAVARES KERBER

**PROCESSO COMO DISCURSO E DEFENSORIA PÚBLICA:
PRESSUPOSTOS PARA UMA COMUNIDADE IDEAL DE
COMUNICAÇÃO**

CURITIBA
2012

ANDRÉIA IZAMARA TAVARES KERBER

**PROCESSO COMO DISCURSO E DEFENSORIA PÚBLICA:
PRESSUPOSTOS PARA UMA COMUNIDADE IDEAL DE
COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração em Direitos Humanos e Democracia, Linha de Pesquisa em Cidadania e Inclusão Social, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes.

CURITIBA
2012

Às pessoas que amo, Fátima, Andrey e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Manoel Eduardo, pela grande paciência com que me acompanhou. Muito mais que orientação, me prestou grande carinho e amizade, sendo uma verdadeira figura acolhedora aqui no estado do Paraná, lembrança que carregarei ternamente comigo. Afinal, foram os meus primeiros passos na vida acadêmica, e se iniciaram de uma forma melindrosa, encontraram em seu apoio e sabedoria forças para se tornarem apenas o início de uma bela caminhada.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a minha amiga Antonia. Pessoa muito querida que me deu forças e coragem para continuar e tornar o irrealizável em possível. É surpreendente como a vida nos reserva boas surpresas. Às vezes, encontramos apoio e aconchego onde nem podemos imaginar. Como a vida é bela, muito obrigada.

À minha amada família, Fátima, Pedro e Andrey, sem os quais nada disso teria sentido. Sou verdadeiramente abençoada por tê-los em minha vida. Em minha realidade, a distância foi apenas um elemento que fez com que nossos vínculos se tornassem mais fortes.

Aos queridos Professores do Programa de Pós-Graduação em Direito e aos meus colegas, que com seus apontamentos, discussões e conversas fizeram com que o meu mundo se ampliasse.

E por fim, às minhas verdadeiras amigadas, com quem pude contar com momentos de distração, ombros para chorar, colos para me acolher e risadas para me alegrar. Em especial, agradeço a minha amiga Bianca, que me acompanha desde a época da faculdade. Obrigado pela companhia na caminhada, tê-la ao meu lado é nunca esquecer quem eu sou.

“Não somos batráquios pensantes, não somos aparelhos de objetivar e registrar, de entranhas congeladas – temos de continuamente parir nossos pensamentos em meio a nossa dor, dando-lhes maternalmente todo o sangue, coração, fogo, prazer, paixão, tormento, consciência, destino e fatalidade que há em nós. Viver – isto significa, para nós, transformar continuamente em luz e flama tudo o que somos, e também tudo o que nos atinge; *não podemos* agir de outro modo.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar o potencial emancipatório da Defensoria Pública – instituição essencial a democratização do acesso à justiça que promove a igualdade de participação da parte necessitada no processo judicial. O processo legítimo se desenvolve enquanto participativo, embasado no princípio do contraditório e da cooperação entre as partes. Vale dizer, o processo enquanto discurso jurídico deve garantir o debate argumentativo entre as partes de forma livre e isenta de violência, assegurando uma igualdade de participação na formação da decisão judicial. Assim, o processo como discurso, que se desenvolve numa perspectiva dialógica e a Defensoria Pública que iguala a posição argumentativa do necessitado no processo, são pressupostos para a formação de uma comunidade ideal de comunicação dentro do sistema jurídico, com função de integração social e de efetivação dos direitos. O marco teórico da pesquisa é a teoria do agir comunicativo de HABERMAS, com especial enfoque nos conceitos de discurso, condição ideal de fala, legitimidade do direito e princípio democrático. A análise sobre o fenômeno jurídico – processo – conta com as contribuições do formalismo-valorativo, que entende o processo como um fenômeno cultural permeado por princípios constitucionais e direitos fundamentais, responsáveis pela formatação de sua estrutura interna e norteadores de sua finalidade em concretizar o direito legítimo. O último eixo a ser analisado é a assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado – direito fundamental dos necessitados. Parte-se de um breve histórico legislativo para demonstrar como a assistência jurídica no Brasil sai de uma mera prestação caritativa para ser reconhecida como um dever do Estado. A Constituição de 1988 institui a Defensoria Pública como órgão público essencial para a prestação da assistência jurídica. A Emenda Constitucional 45/2004 e a Lei Complementar 132/2009 trouxeram significativas mudanças ao perfil institucional da Defensoria Pública, constituindo-a como expressão e instrumento de realização do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: agir comunicativo, legitimidade do direito, processo, formalismo-valorativo, assistência jurídica e Defensoria Pública.

ABSTRACT

This paper aims to evidence the emancipatory potential of the Public Defender, an institution essential to the democratization of access to justice that promotes equal participation on the part needed in the judicial process. The legitimate process develops as participatory, based on the principle of contradictory and cooperation between the parties. That is, the process as legal discourse must ensure argumentative debate between the parties freely and free from violence, ensuring equal participation in the formation of the ruling. Thus, the process as a discourse that develops a dialogical perspective, and the Public Defender's position that equates the needer in the process of argument, are presuppositions for the formation of an ideal speech community within the legal system, which has the function of social integration and enforcement of rights. The theoretical research is the theory of communicative action of HABERMAS, with special focus on the concepts of discourse, the ideal condition of speech, the legitimacy of law and democratic principle. The analysis of the legal phenomenon – process – relies on the contributions of valorative-formalism, which understands the process as a cultural phenomenon permeated by constitutional principles and fundamental rights which are responsible for formatting the internal structure of the process and guides its purpose to achieve the legitimate right. The last axis to be analyzed is the full and free legal assistance provided by the state – the fundamental right of the needer. It starts with a brief legislative history to demonstrate how legal assistance in Brazil comes from a charitable work for recognized as the duty of the State. The 1988 Constitution establishes the Public Defender to the seat of justice essential function as the responsible institution for providing legal assistance. The Constitutional Amendment 45/2004 and Complementary Law 132/2009 brought significant changes in the institutional profile of the Public Defender representing it as an instrument of expression and realization of a Democratic State.

Keywords: communicative action, legitimacy of law, procedure, valorative-formalism, legal assistance and Public Defender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – MODELO TEÓRICO HABERMASIANO	
1. O agir comunicativo.....	14
2. O conceito de discurso e pressupostos de desenvolvimento.....	26
2.1. Condição ideal de fala: regras processuais para argumentação.....	31
3. Direito e teoria da ação comunicativa.....	34
3.1. Legitimidade das normas jurídicas e Princípio Democrático.....	40
CAPÍTULO 2 – PROCESSO CIVIL E FORMALISMO-VALORATIVO	
1. Aspectos gerais do Formalismo-Valorativo.....	47
2. Bases constitucionais do processo civil contemporâneo.....	54
2.1. O processo como procedimento em contraditório.....	58
3. Processo como discurso: Princípio Democrático em perspectiva.....	63
CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA E DEFENSORIA PÚBLICA	
1. Histórico legislativo da assistência jurídica no Brasil.....	67
2. Assento constitucional da Defensoria Pública.....	80
3. Novo perfil da Defensoria Pública: alterações introduzidas pela Lei Complementar n° 132/09.....	88
3.1. Valorização institucional.....	93
3.2. Funções institucionais.....	98
3.3. Direitos dos assistidos.....	117
4. Defensoria Pública no Paraná: uma omissão de 23 anos.....	119
5. Defensoria Pública e representação processual legítima.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
ANEXOS.....	143

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada estruturalmente pela desigualdade. Não é necessário recorrer a dados estatísticos para comprovar a existência da exclusão social, é só sair às ruas. Um olhar superficial perceberá a grande massa de pessoas reduzidas à condição de miserabilidade, que dorme na rua, que pede dinheiro, que garante a subsistência da família passando de lixo em lixo “catando” material reciclável, e que se torna mais doente pela ausência de perspectiva de se livrar do vício das drogas. Isso, para falar o óbvio.

É só sair da região central dos centros urbanos e se dirigir à periferia, que se torna compreensível pela experiência o termo marginalidade. Os problemas são inúmeros, condições precárias de moradia, violência social explícita e velada, ausência de saneamento básico, dificuldade de transporte, sistema escolar insuficiente, e por aí vai. É ordem do dia nos noticiários a disputa fundiária nacional e as precariedades do sistema público de saúde. Os problemas são infindáveis. Nesse contexto, a desigualdade social brasileira não precisa ser fundamentada em dados numéricos – como se dignidade pudesse ser assim representada, é sentida na experiência, no face a face. A pergunta que fica, de maneira velada, é como não se sensibilizar para o outro diante de condições de vida tão díspares.

Ao sensibilizar-se para o outro, deve-se promover uma postura crítica em relação aos poderes que operam a marginalização. No entanto, uma real sensibilização não permite cair num mero denunciismo, baseado na crítica social fetichizada. A crítica social, com o desvelamento das estruturas de poder que obstam a emancipação, deve ser subsídio para colocar-se em movimento para a mudança, o que implica reconhecer as potencialidades de emancipação inscritas na própria sociedade e assumi-las como ideal de concretude. Foi nesse despertar de sensibilização para o outro que se escolheu o tema da pesquisa. Em especial, a partir da experiência vivida pela presente pesquisadora no Escritório Modelo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ano de 2007.

Foi a partir daí que se operou a união do mundo teórico com o mundo prático e evidenciou-se o enorme fosso que abisma entre ambos. Por um lado há um sistema de normas coeso e bem estruturado, com centralidade na Constituição Federal de 1988 – mundialmente reconhecida pelo seu caráter social, inclusive adjetivada como Constituição Cidadã – que dispõe belamente sobre os fundamentos e objetivos do Estado Democrático de Direito assegurando inúmeros direitos e garantias individuais e coletivas. Mas, por outro lado, há o mundo prático de contínuas violações desses direitos e garantias, no qual as vítimas mais atingidas são os marginalizados, que já estão a margem da sociedade pela negligência de inúmeros direitos somando-se a isso as portas fechadas ao Poder Judiciário.

Para se ter acesso à justiça e a realização dos direitos através do Poder Judiciário é necessário ter o mínimo de cidadania garantida. Primeiro é preciso que os indivíduos estejam conscientes de seus direitos e saibam como exercê-los. Segundo, é necessário que a intervenção junto ao Poder Judiciário seja feita por uma atuação técnica de qualidade por meio de profissionais capacitados e comprometidos, condição para o desenvolvimento de um processo judicial legítimo. Esses são dois obstáculos apresentados aos excluídos. As condições de vulnerabilidade se proliferam num contexto de cidadania deficiente, muitas vezes os excluídos não se visualizam como portadores de direitos, pois não têm um amplo acesso a conscientização daquilo que o ordenamento jurídico os garante como direitos fundamentais e dos instrumentos viabilizadores para sua efetivação. Além disso, o acesso ao Poder Judiciário por meio de profissionais qualificados, que garantam um contraditório efetivo é obstado por condições materiais. Isso porque, orientação jurídica e intervenção judicial por meio de advogados é um serviço prestado mediante remuneração.

No entanto, como critério corretivo dessa realidade, tem-se o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita garantido constitucionalmente, que deve ser prestado pelo poder público por meio da Defensoria Pública. Nesse sentido, a Defensoria Pública desponta como um instrumento de emancipação social, pois tem como finalidade intervir na

sociedade para promover a cidadania, conscientizando as massas de excluídos sobre seus direitos fundamentais garantidos, e promover uma condição de igualdade dos necessitados no acesso ao Poder Judiciário, prestando gratuitamente orientação jurídica e serviços técnicos de intervenção judicial por meio de profissionais qualificados.

Logo, a problematização do presente trabalho consiste na investigação de pressupostos que subsidiem a constituição de uma comunidade ideal de comunicação dentro do sistema jurídico, que permita aos necessitados participarem igualitariamente no desenvolvimento do processo por meio de um diálogo isento de coações e de arbitrariedades. O objetivo é reforçar os potenciais emancipatórios inscritos no direito, com a finalidade de soprar esperança a uma dura realidade. Para tanto, a pesquisa foi dividida em três eixos temáticos, a comunidade ideal de comunicação como potencialidade para a emancipação, o processo judicial como meio de se estabelecer um diálogo justo entre as partes e a Defensoria Pública como instituição legitimada para patrocinar as pretensões jurídicas dos necessitados, promovendo uma igualdade de fala no âmbito interno do processo. Dessa maneira, o referencial metodológico de análise é o interdisciplinar crítico.

O referencial teórico central é a teoria habermasiana, que constitui o pano de fundo em que se desenvolve a pesquisa. HABERMAS faz uma crítica à racionalidade moderna, que ainda enredada no paradigma da filosofia da consciência é incapaz de criar mecanismos sociais realmente emancipatórios. Como proposta alternativa, a partir do paradigma da filosofia da linguagem, no qual a construção do conhecimento e das interações sociais é mediada pela linguagem, o filósofo alemão propõe a teoria do agir comunicativo. Nessa perspectiva a violência social, que não é apenas sua versão mais virulenta, resulta dos bloqueios comunicativos forjados na interação social.

Esses bloqueios comunicativos são resultado da colonização da racionalidade do mundo da vida, inscrita nas relações intersubjetivas pessoais, que se utiliza de ações comunicativas direcionadas ao entendimento, pela racionalidade do sistema, inscrita no código dinheiro/poder que se utiliza de

ações comunicativas instrumentais e estratégicas. Para HABERMAS o potencial emancipatório reside nas ações comunicativas direcionadas ao entendimento, pois nelas os sujeitos envolvidos nos atos de fala se desvencilham da ação estratégica direcionada ao sucesso, para agirem comunicativamente visando obter um consenso racionalmente válido.

No entanto, para que o consenso seja válido e se opere um verdadeiro entendimento entre os sujeitos da comunicação é necessário que a argumentação se desenvolva a partir de determinados pressupostos. Para isso, HABERMAS desenvolve o conceito de Ética do Discurso, que é composto por dois princípios: o princípio do discurso (D) que estabelece a universalidade de participação, na qual todo sujeito capaz de falar e de agir pode participar do discurso; e o princípio de universalização (U) que reconhece como válido o resultado da argumentação expresso em uma norma assentida por todos os concernidos. Cumpre salientar que o conceito de discurso na teoria habermasiana consiste no empreendimento de um processo argumentativo sobre a validade de uma pretensão normativa.

Para que se chegue a um consenso racionalmente válido por meio do processo discursivo é necessário o estabelecimento de algumas regras para que seu desenvolvimento se dê isento de coerções e de violência, garantindo que ao final prevaleça apenas a força do melhor argumento. Esse conjunto de regras procedimentais é proposto por meio da condição ideal de fala, traduzida em três regras. A primeira regra garante que todos os sujeitos potenciais com capacidade para argumentar devem ser incluídos, sem exceção, no círculo de discussão. A segunda regra visa padronizar a liberdade de discussão, assegurando a todos os potenciais participantes iguais oportunidades de contribuírem para a argumentação. E a terceira regra objetiva proteger o discurso de coações, garantindo seu acesso universal e chances iguais de participação, sem qualquer repressão sutil ou dissimulada.

É a partir desses pressupostos que se constitui uma comunidade ideal de comunicação, na qual todos os participantes são respeitados e valorizados. Portanto, a comunidade ideal de comunicação desmascara os interesses e os

poderes que bloqueiam o entendimento comunicativo, se apresentando como um ideal regulador para a emancipação social. Por fim, HABERMAS acaba por identificar a comunidade ideal de comunicação com o Estado Democrático de Direito, que é o modelo de sociedade livre capaz de resolver os conflitos de interesses sociais por meio da discussão pública, e é com essa perspectiva que se desenvolve a problematização do objeto dessa pesquisa.

O trabalho será desenvolvido em três capítulos. O primeiro tratará da teoria do agir comunicativo habermasiano marcando o contexto em que foi desenvolvida. Passam-se, então, para a conceituação do discurso, seus pressupostos de desenvolvimento e as regras para a condição ideal de fala. Posteriormente, faz-se a análise do direito à luz da teoria do agir comunicativo habermasiano concentrando-se na tensão estabelecida entre facticidade e validade, na qual desponta a legitimidade do direito a partir do princípio democrático, que consiste na institucionalização de um processo legislativo legítimo somado a forma jurídica.

O segundo capítulo faz a análise interna do direito, especificamente sobre o principal meio de acesso à justiça – o processo. O paradigma utilizado é o formalismo-valorativo que traz uma leitura cultural do processo, reconhecendo os direitos fundamentais e os valores constitucionais como elementos fundamentais para sua constituição interna e sua finalidade. O princípio base que dá conformação ao procedimento é o contraditório, essencial para oportunizar a participação igualitária das partes na formação da decisão judicial, subsidiando o estabelecimento de um diálogo judicial leal que proporciona a cooperação entre as partes.

Por fim, o terceiro capítulo cuida da condição específica dos sujeitos de direitos necessitados, que tem como garantia de acesso igualitário à justiça o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita, subsidiada essencialmente pelo Estado por meio da Defensoria Pública. A Defensoria Pública, a partir da reforma constitucional feita pela Emenda Constitucional n. 45/2004 e pela ampliação do seu perfil democrático feito pelas inovações da Lei Complementar n. 132/2009, confirmam a instituição como um importante canal

para equilibrar as desigualdades da justiça, dando voz a quem se encontra à margem da realização dos direitos.

CAPÍTULO 01

MODELO TEÓRICO HABERMASIANO

1. O agir comunicativo

O presente capítulo tem como pano de fundo metodológico a apresentação descritiva de alguns caminhos percorridos por HABERMAS até chegar à sua filosofia do direito. O objetivo é fornecer subsídios para uma análise detida da legitimação discursiva do direito a partir do princípio democrático. A primeira tarefa, pois, é formar uma visão geral sobre a teoria do agir comunicativo, ressaltando alguns aspectos da conjuntura em que desenvolve. Posteriormente, aclarado o conceito de ações comunicativas direcionadas ao entendimento, passa-se a definição de discurso e de suas regras processuais – atos ideais de fala. Estabelecidos esses pressupostos, cumpre analisar qual o lugar reservado ao direito sob a perspectiva do agir comunicativo.

A escolha pelo marco teórico habermasiano foi pautada por sua visão interdisciplinar que fornece subsídios para uma reflexão crítica consciente. HABERMAS é ligado ao movimento da Teoria Crítica, norteadada por uma construção teórica que visa desmascarar as contradições das sociedades e identificar seus potenciais emancipatórios. Ou seja, consiste numa teoria abertamente comprometida com a mudança social, iluminada pelo ideal dialético de uma humanidade futura livre e desalienada.

Historicamente, a Teoria Crítica é também identificada como Escola de Frankfurt¹. Marcos NOBRE destaca que no contexto da Teoria Crítica “a teoria

1 “Escola de Frankfurt” foi o nome que se convencionou atribuir ao notadamente heterogêneo conjunto de pensadores ligados ao Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), fundado no ano de 1923, na Alemanha pós-revolução leninista e pré-nazista, com a pretensão inicial de promover investigações sobre a obra de Karl Marx”. BLOTTA, Vitor Souza Lima. **Habermas e o Direito: da normatividade da razão à normatividade jurídica**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 47. O primeiro bloco da Escola de Frankfurt, conta com nomes como os de Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Hebert Marcuse. Jürgen Habermas é incluído no rol da segunda geração da Escola de Frankfurt.

não pode se limitar a *descrever* o mundo social, tem de examiná-lo da perspectiva da distância que separa o que existe das possibilidades melhores nele embutidas e não realizadas”². Portanto, as definições dos obstáculos e das potencialidades à emancipação são construídas a partir da identificação das tendências estruturais marcadas no movimento histórico.

A modalidade de Teoria Crítica apresentada por HABERMAS, mais especificamente a elaborada no contexto de sua obra *Teoria da Ação Comunicativa* (1981), assume o grande desafio de ser uma crítica da racionalidade, da modernidade e da sociedade. Especificamente, sobre a violência social, a denúncia não se concentra em sua forma mais virulenta, inscrita na pobreza, miséria, opressão do trabalho e luta de classes. O foco é a vertente mais sutil de violência, tão arraigada ao meio social, que passa a ser encarada com indevida naturalidade, vestindo roupas de invisibilidade.

Para HABERMAS, “as sociedades modernas capitalistas são marcadas cada vez mais por fenômenos novos de violência, reificação e alienação que não resultam diretamente de estruturas de classe.”³ Elementos como a intervenção estatal na economia, objetivando evitar ou absorver crises econômicas, a institucionalização jurídica dos conflitos sociais por meio de leis trabalhistas e de seguridade social, e uma dominação política legitimada na democracia de massas, favorecem o apaziguamento dos conflitos sociais inspirados na luta de classes. Porém, esta aparente pacificação é acompanhada por uma série de novos fenômenos patológicos.

Ao invés de diminuir, os fenômenos patológicos se multiplicam. Os que mais chamam a atenção são a perda de sentido em relação a produções culturais – quer dizer, as pessoas não conseguem abarcar e inter-relacionar as manifestações culturais -, fenômenos novos de anomia social – ou seja, as pessoas não reconhecem a validade das normas sociais – e fenômenos como psicopatologias, ou seja, distúrbios psíquicos de diversos tipos que impedem a socialização mais ou menos bem-sucedida dos indivíduos. Essas patologias

2 NOBRE, Marcos. **Modelos de Teoria Crítica**. In: NOBRE, Marcos (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2009. p. 18.

3 REPA, Luiz. **Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica**. In: NOBRE, Marcos (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica. São Paulo: Papirus, 2009. p. 162.

da sociedade moderna em seu conjunto e suas causas se tornam o objeto da crítica social de Habermas.⁴

Para tanto, a teoria habermasiana compreende necessária uma profunda crítica ao tipo de racionalidade construído pela modernidade ocidental⁵. Neste ponto, não há como negligenciar o projeto da modernidade, as promessas do iluminismo e os verdadeiros resultados alcançados pela razão esclarecida. Assim, torna-se essencial refletir sobre que tipo de racionalidade exerceu forças sobre o mundo moderno e de que maneira é possível responsabilizá-la pela realidade contemporânea, dentro do jogo conhecimento e dominação, progresso e regressão.

A razão que nasce na modernidade ocidental tem como objetivo desconstruir a legitimação da dominação política fundada em valores metafísicos de mundo. BACON e DESCARTES são identificados como fundadores do movimento filosófico da modernidade. Eles “propuseram os modelos racionais de emancipação do homem diante das forças da natureza e aos dogmas estabelecidos por instâncias de autoridades alheias ao domínio da própria razão”⁶.

O objetivo de BACON era modificar o fundamento de autoridade do conhecimento. A reconstrução do conhecimento humano, das artes e das ciências deveria basear-se na substituição da autoridade na convicção religiosa ou nas filosofias inspiradas nos estudos de Platão e Aristóteles, pela fundamentação em fatos, a partir da observação da natureza e da submissão a experimentos. Seu grande trunfo foi retirar a legitimidade de autoridade do escolasticismo como metodologia científica e defender que a única maneira de melhorar as condições

4 Ibidem, p. 163.

5 “... alguns filósofos alemães, reunidos na Escola de Frankfurt, descreveram a racionalidade ocidental como instrumentalização da razão (...). A **razão instrumental** – que os frankfurtianos, como Adorno, Marcuse e Horkheimer, também designaram como a **razão iluminista** – nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é *dominar e controlar* a natureza e os seres humanos.” CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 237.

6 SILVA, Franklin Leopoldo. **Conhecimento e Razão Instrumental**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100002. Acesso em: 18 nov. 2011.

do ser humano no mundo é pelo verdadeiro conhecimento dos processos naturais empíricos⁷.

O racionalismo de René DESCARTES, conhecido como pai da moderna filosofia⁸, parte da certeza intelectual construída a partir das verdades fundamentais da própria razão. Seu objetivo é a construção de uma teoria do conhecimento que dê acesso ao conhecimento verdadeiro. O paradigma matemático é o único que se apresenta isento de arbitrariedades, e o fundamento para as condições universais de certeza e sistematicidade do conhecimento é a *mathesis*⁹.

Como consequência da unidade do método, tem-se a unidade do objeto e do saber¹⁰, tendo como pressuposto necessário a unidade da razão¹¹. Portanto, a unidade do conhecimento não se dá em termos metodológicos apenas, mas,

7 MORRINSON. Wayne. **Thomas Hobbes e as Origens da Teoria Imperativa do Direito: ou mana transformado em poder terreno**. In: Filosofia do Direito: Dos Gregos aos Pós-modernos. Martins Fontes: São Paulo, 2006. p. 95-96.

8 “Francis Bacon dizia que “saber é poder”, e Descartes escreveu que “a ciência deve tonar-nos senhores da natureza”. A ciência clássica ou moderna nasce vinculada à idéia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. A ciência não é apenas a contemplação da verdade, mas é sobretudo o exercício do poderio humano sobre a natureza. Numa sociedade em que o capitalismo está surgindo e, para acumular o capital, deve ampliar a capacidade do trabalho humano para modificar e explorar a natureza, a nova ciência será inseparável da técnica.” CHAUÍ, Marilena. **Convite...**, 221-222.

9 DESCARTES volta-se para o domínio da matemática e da lógica, construindo seu método com a vantagem dessas duas ciências. “A evidência matemática é aquilo que o espírito humano pode apreender de mais certo; o método consistira em captar a razão dessa certeza para que se possa estendê-la a outros campos do conhecimento.” In: SILVA, Franklin Leopoldo. **Descartes: a metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 1993. p. 30.

10 “A lógica formal era a grande escola da unificação. Ela oferecia aos esclarecedores o esquema da calculabilidade do mundo. O equacionamento mitologizante das Idéias com os números nos últimos escritos de Platão exprime o anseio de toda desmitologização: o número tornou-se o cânon do esclarecimento.” HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 22.

11 A unidade da razão que DESCARTES promove desde a base parece traduzir para definições puramente racionais a unidade das duas razões aristotélicas “devemos a Aristóteles a distinção entre saber teórico ou contemplativo e saber prático. O saber teórico ou contemplativo é o conhecimento de seres e fatos que existem e agem independentemente de nós e sem nossa intervenção ou interferência, isto é, de seres e fatos naturais e divinos. O saber prático é o conhecimento daquilo que só existe como consequência de nossa ação e, portanto, depende de nós. A ética e a política são um saber prático. O saber prático pode ser de dois tipos: **práxis** e **técnica**. Na práxis, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis ou idênticos, pois o agente, o que ele faz e a finalidade de sua ação são o mesmo. (...) Ao contrário, na técnica, diz Aristóteles, o agente, a ação e a finalidade da ação são diferentes e estão separados, sendo independentes uns dos outros.” CHAUÍ, Marilena. **Convite...**, p. 311-312.

sobretudo, em termos metafísicos¹². O fundamento metafísico da unidade da razão garante ao sistema que ele seja completo e universal, aquilo que não se submete ao método não é passível de ser conhecido racionalmente. Com isso há uma incorporação de novos conteúdos a um mesmo padrão de racionalidade. Ciências ditas sociais, que têm o ser humano como objeto, ou como um de seus participantes, se vêem absorvidas pelo padrão de racionalidade da epistemologia científica dos modelos físico-matemáticos, encontrando seu ápice no positivismo¹³.

O indivíduo e as relações sociais passam a ter um caráter inanimado, transformando-se em coisas e instrumento. “Esse fenômeno se dá por meio de um tipo de racionalidade que sistematiza, especializa, diferencia, procedimentaliza e compartimentaliza num nível tão cientificizado e

12 “A razão disso é que o método, em Descartes não se resume a uma hipótese metodológica. Ele está carregado de pressupostos metafísicos que obrigam o filósofo a considerá-lo como o *único possível*. Entre esses pressupostos, o mais importante é o da unidade da razão, do qual decorre a unidade do conhecimento e a unidade do tipo de objeto a ser conhecido. O conhecimento deve expressar a unidade da razão: não se pode conceber que a razão modifique seus procedimentos em face de diferentes objetos, porque nesse caso ela não seria *una*. Racionalismo, em Descartes, não significa, portanto, a possibilidade da existência de vários procedimentos metódicos, todos eles racionais. A unidade da razão, implica a unidade do método. E isso faz com que na filosofia de Descartes, o conhecimento seja sistemático.” HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Op. cit., p. 98.

13 “Este termo foi empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia (De religion Saint-Simonienne, 1830, p. 3). Foi adotado por Augusto Comte para a sua filosofia e, graças a ele, passou a designar uma grande corrente filosófica que, na segunda metade do século XIX, teve numerosíssimas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. A característica do P. é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Como romantismo em ciência, o P. acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo. (...) As teses fundamentais do positivismo são as seguintes:

1ª A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor.

2ª O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expresso pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer).

3ª O método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana individual ou social, deve ser guiada por ele.” In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. da 1ª edição brasileira coord. e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5 ed. São Paulo: Martins fontes, 2007. p. 909

pretensamente imparcial”¹⁴. A razão científica passa a ser uma nova espécie de divindade, totalmente esvaziada de conteúdos morais.

Há uma unificação de dois momentos¹⁵: o primeiro da racionalidade instrumental, com a invenção e consolidação dos meios de dominação; e o segundo da racionalidade prática, em que se estabelecem os fins para os quais esses meios devem servir. Esta unidade prejudica a visualização da distinção dos âmbitos da teoria e da prática, que encontra seu ponto mais alto no racionalismo de KANT¹⁶.

A razão moderna “só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa.”¹⁷. A partir de Max WEBER¹⁸, os frankfurtianos denominaram esse tipo de racionalidade moderna como razão instrumental. “Na medida em que a razão se torna instrumental, a ciência vai deixando de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se um instrumento de dominação, poder e exploração.”¹⁹

Cria-se uma nova ordem social pautada por uma razão que atrelada à idéia de produção e utilidade, visa ao progresso, à tecnologia e ao crescimento econômico; uma razão que esvazia seu conteúdo moral e se *tecnifica* de acordo com os fins e, portanto, com os fins hegemônicos da lógica capitalista de mercado; uma razão que abandona sua pretensão de validade

14 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 25.

15 SILVA, Franklin Leopoldo. **Conhecimento...** Acesso em: 18 nov. 2011.

16 “A concepção “que anima a filosofia crítica de Kant destrói o quadro filosófico em que ele a encerrou” (ibid., p. 30; ibid., p. 48). Imaginação une sensibilidade e razão, levando a uma reconstrução da realidade, “reconstrução com a ajuda da *gaya scienza*, uma ciência e uma tecnologia que deixaram de estar a serviço da destruição e da exploração, e, assim, ficarem livres para as exigências libertadoras da imaginação” (ibid., p. 31; ibid., p. 48). In: TERRA, Ricardo. **HERBERT MARCUSE. Os limites do paradigma da revolução: ciência, técnica e movimentos sociais**. In: NOBRE, Marcos (org.) Curso Livre de Teoria Crítica. 2 ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 147.

17 HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Op. cit., p. 22

18 Max Weber, com sua teoria social, foi quem introduziu de forma sistemática as noções de racionalização e desencantamento do mundo. São categorias desenvolvidas pelo filósofo para fazer uma crítica às religiões. Com a modernidade há uma construção de racionalismo instrumental, sob o aspecto utilitarista e uma progressiva e irretornável vitória do racional sobre o mágico. NOBRE, Marcos. **WEBER: Racionalização e desencantamento do mundo**. In: Curso Livre de Teoria Crítica. 2 ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 286- 290.

19 CHAUÍ, Marilena. **O ideal científico e a razão instrumental**. In: Convite à Filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2008, p. 232-240.

calcada na *voluntas generalis*, assimilando-se ao “puro poder” e à auto-conservação de suas condições.²⁰

Diante do triunfo desse tipo de racionalidade e da lógica iluminista inscrita no jogo conhecimento/autonomia/progresso, prepondera o caráter utilitário na ciência e no conhecimento. As coisas, a natureza e os indivíduos tornam-se substrato de dominação. É inegável o predomínio de um tipo de razão, resultando naquilo que MARCUSE chama de um “universo totalitário da racionalidade tecnológica (que) é a mais recente transmutação da idéia de Razão. (...) A lógica se tornou a lógica da dominação. Tal análise ideológica pode contribuir para a compreensão do desenvolvimento real (...)”.²¹

ADORNO e HORKHEIMER afirmam que “A razão (moderna/instrumental) é o órgão do cálculo, do plano, ela é neutra com respeito a objetivos, seu elemento é a coordenação (...). Ela se tornou a finalidade sem fim, que por isso mesmo, se deixa atrelar a todos os fins.”²². É uma razão cega às consequências e à responsabilização, surda aos apelos e muda à crítica. Serviente a uma ideologia dominante, é ativa ao enumerar suas potencialidades para o progresso racional e técnico, mas excessivamente tímida para perceber sua desmensurada antítese para o humano.

O ponto sensível é identificar a significativa inversão na ordem das coisas. A razão esclarecida ao invés de cumprir seu papel de emancipação do homem das forças da natureza e da exploração do próprio homem, o objetiva fazendo-o refém e impotente. A ciência torna-se veículo de uma racionalidade tecnológica egocêntrica assumindo função de racionalidade política.

A racionalidade tecnológica desenvolvida no capitalismo é uma racionalidade articulada em função da dominação da natureza e também do próprio homem, com o que chegamos ao segundo aspecto fundamental: a racionalidade torna-se racionalidade política. A própria racionalidade científico-tecnológica legitima a dominação; à medida que produz abundância e leva à absorção dos conflitos, absorve a própria

20 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 26.

21 MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade industrial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 68.

22 HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Op. cit., p. 87.

contestação ao sistema. Neste sentido, fala-se em sociedade unidimensional. A tecnologia transforma-se em principal ideologia.²³

O âmbito da vida perde seu caráter animado identificando-se ao império da técnica, com total instrumentalização das ações. É a razão instrumental quem dita e define os rumos das coisas, “a liberdade prometida pela razão produz outra condição de dominação advinda dos próprios dogmas da racionalidade, numa *dialética histórica* que diminui cada vez mais as possibilidades de autonomia e emancipação.”²⁴

Dentro dessa tradição crítica das consequências da razão moderna convertida em razão instrumental, HABERMAS inicia seus estudos para a elaboração de uma nova teoria da racionalidade.

No processo de separação e diferenciação da sociedade, HABERMAS conceitua a sociedade como um conjunto de sistema e mundo da vida²⁵, que são dois conceitos essenciais para sua teoria social, e em grande parte antagônicos. Sob sua perspectiva, as novas patologias e formas de reificação advêm da colonização do mundo da vida pela lógica de reprodução do sistema.

O sistema é responsável pela reprodução material da vida, inscrito na lógica instrumental de adequação dos meios aos fins. A ação estratégica, do sistema dinheiro e do sistema estatal-burocrático, dita as regras para a estabilização das relações de poder. O sistema “tem a ver com o lado mais “impessoal” da vida social, com a direção e articulação de processos que não passam por consensos intersubjetivos nem por orientações normativas. Está mais ligado ao poder e ao controle do que a sociabilidade.”²⁶

Já no mundo da vida²⁷ impera a lógica comunicativa direcionada ao entendimento, característica da esfera da vida privada, constituída pelas relações

23 TERRA, Ricardo. Op. cit., p. 147.

24 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 26.

25 HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. V. II. Madrid: Taurus, 1987. p.170.

26 COHN, Gabriel. **A teoria da ação em Habermas**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 73.

27 “O mundo da vida forma o horizonte para situações de fala e constitui, ao mesmo tempo, a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas.”

de família e de amizade; e da esfera pública onde há discussões culturais e políticas. Sua responsabilidade é a reprodução simbólica da vida, abarcando formas sociais de solidariedade, estruturas subjetivas e criações culturais.²⁸

Nesse processo de separação e diferenciação da sociedade, cuja estrutura Habermas acaba por dividir analiticamente entre *Sistema* e *Mundo da Vida*, há, portanto, uma espécie de *apossamento* gradual e aparentemente natural do segundo pelo primeiro, quando os meios da intersubjetividade, cultura e personalidade (formas tradicionais de integração social do mundo da vida), passam a ser “*incrustados*” pelos chamados “*media*” do dinheiro e do poder (categorias sistêmicas de coordenação da ação que dispensa juízos prático-morais) a ponto de preponderarem como guias da integração social a partir da modernidade. Esse outro fenômeno moderno é denominado por Habermas de *colonização do mundo da vida pelo sistema*.²⁹

O mundo da vida, quando colonizado pela ação instrumental e estratégica do sistema (portador do código dinheiro e poder), cria as patologias sociais. Portanto, a racionalidade comunicativa orientada para o entendimento, própria do mundo da vida, serve tanto para identificar patologias como para apontar as formas emancipadas de vida. O agir comunicativo orientado para o entendimento é uma inscrição na realidade da possibilidade de emancipação e justiça.

A teoria da ação de HABERMAS refere-se a uma modalidade específica: a comunicativa. Nesse sentido, a linguagem³⁰ é apontada como condição básica

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 41.

28 “El mundo de la vida es, por así decirlo, el lugar trascendental en que hablante y oyente se salen al encuentro; en que pueden plantearse recíprocamente la pretensión de que sus emisiones concuerdan con el mundo (con el mundo objetivo, con el mundo subjetivo y con el mundo social); y en que pueden criticar y exhibir los fundamentos de esas pretensiones de validez, resolver sus dissentimientos y llegar a un acuerdo. En una palabra: respecto al lenguaje y a la cultura los participantes no pueden adoptar *in actu* la misma distancia que respecto a la totalidad de los hechos, de las normas o de las vivencias, sobre que es posible entendimiento.” HABERMAS, Jürgen. **Teoria ...** p.179.

29 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Habermas e o Direito: da normatividade da razão à normatividade jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 25.

30 “...não se trata da linguagem sem mais, mas da linguagem em *uso*, da linguagem mobilizada por *atores* sociais. O que está em jogo, quando Habermas estuda a linguagem, não é a dimensão mais formal, das regras de relações entre signos (uma sintática), nem mesmo a dimensão das relações entre os significantes lingüísticos e as suas referencias (uma semântica), mas sim a relação entre a linguagem e seus usuários (uma pragmática).” COHN, Gabriel. Op. cit., p. 65.

para interação social. Portanto, a ação comunicativa consiste num intercâmbio entre atores sociais mediado pela linguagem e é orientada para um entendimento recíproco, objetivando a obtenção de um acordo, um consenso.

Nesse aspecto, a ação comunicativa, meio de reprodução do mundo da vida, difere da ação estratégica e da instrumental, onde os sujeitos envolvidos na ação buscam a realização de um fim desejado. Estas ações são próprias do sistema poder e dinheiro, e se diferenciam. A ação instrumental cuida da relação do sujeito com um objeto, utilizando-o para fabricação de um produto ou como meio de obtenção para outra coisa. Já a ação estratégica é caracterizada pela relação intersubjetiva, onde um dos pólos influencia o outro para a obtenção de um fim ou resultado.³¹

A teoria da ação comunicativa remete a algo mais amplo: a uma teoria da racionalidade, que, por sua vez, aponta para o contexto histórico específico da modernidade. HABERMAS afasta-se das críticas irracionalistas e aposta na realização do projeto da modernidade, procurando desvelar os potenciais emancipatórios bloqueados por meio das condições de uma comunicação não constrangida. Portanto, não crê no chamado “fim da filosofia”, muito pelo contrário, com a contribuição dos estudos de Kant, HABERMAS dá à filosofia o papel de “Guardador de Lugar e Intérprete”³², aceitando a ideia de que a racionalidade é uma dimensão intrínseca à modernidade.

No entanto, a busca de legitimação da racionalidade será feita em lugares diversos dos até então investigados³³. O filósofo alemão apresenta o giro

31 “Trata-se de uma tipologia, com a qual o teórico social pode analisar as ações sociais concretas, mas é raro que estas se mostrem como absolutamente comunicativas ou como absolutamente estratégicas. No mais das vezes, os momentos que constituem a série temporal da ação podem apresentar uma alternância e até mesmo uma simultaneidade de estruturas próprias aos dois tipos de ação (...). Só que, para uma análise conceitual, o teórico tem de “exagerar”, isto é, estabelecer um modelo puro, no interior do qual vai destacando suas estruturas e sua lógica interna, em oposição a outro modelo.” REPA, Luiz. **Jürgen Habermas**p. 167.

32 HABERMAS trabalha este conceito na Conferência proferida por ocasião de um congresso promovido pela Associação Hegeliana Internacional, para a comparação de métodos de fundamentação transcendentais e dialéticos, em Stuttgart, Junho de 1981, com o título “A Filosofia como Guardador de Lugar e como Intérprete”, constante no livro: HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 17-35.

33 “No caso de Marx, Habermas sustenta que a primazia conferida ao trabalho no seu esquema analítico acaba prejudicando o acesso adequado à dimensão interativa da ação (apesar das objeções dos marxistas, de que o conceito de *produção* é suficientemente complexo para dar

linguístico³⁴ como horizonte de superação dos conceitos de percepção e apreensão dos objetos, fundamentados na filosofia da consciência e do sujeito:

...para que a própria razão não seja dominada pelo processo de racionalização e colonização do mundo da vida, perdendo todo seu potencial crítico e emancipatório, Habermas propõe que ela se desvencilhe de uma vez por todas dos paradoxos transcendentais da *filosofia do sujeito*, que separa a relação sujeito-objeto a ponto de objetivar a própria subjetividade, legitimando, cada vez mais, somente a racionalidade dos juízos cognitivos da ciência em detrimento daqueles mais normativos, como os derivados dos campos da ética, da moral e da estética.³⁵

Dessa forma, as construções de verdades e de entendimentos mútuo, rompem com a racionalidade moderna fundada na filosofia do sujeito solipsita para serem construídas a partir de uma racionalidade dialógica inserida na comunicação cotidiana. Os diferentes pontos de vista são postos a prova, permanecendo a percepção comunitária atinente à racionalidade comunicativa.

No lugar do sujeito solitário, que se volta para objetos e que, na reflexão, se toma a si mesmo por objeto, entra não somente a idéia de um conhecimento linguisticamente mediatizado e relacionado com o agir, mas também o nexo da prática e da comunicação quotidianas, no qual estão inseridas as operações cognitivas que têm desde a origem um caráter intersubjetivo e ao mesmo tempo cooperativo.³⁶

conta de ambas as dimensões). No caso mais próximo a ele, dos seus mestres da chamada Escola de Frankfurt (especialmente Horkheimer e Adorno), Habermas vê a insistência desses autores na tese do predomínio crescente da “razão instrumental” nas sociedades contemporâneas uma insuficiência básica. É que se trata de uma posição crítica prejudicada pela incapacidade de dar conta de uma dimensão emancipatória inerente à estrutura mais funda da ação comunicativa (ao âmbito de interação, portanto).” COHN, Gabriel. Op. cit., p. 67.

34 “Pautado na idéia de que a descrença de Adorno e Horkheimer na razão moderna não permite a distinção entre *poder* e *validade*, ou seja, nega todo e qualquer potencial da racionalidade que não seja o de uma dominação derivada do instituto de auto-preservação da natureza sobre si mesma, Habermas passa a buscar subsídios para outro conceito crítico de razão a partir da teoria da linguagem (dialogando com especialmente com Frege, Searle e Austin), e no impacto da filosofia pela *reviravolta lingüística-pragmática* (iniciada pelo dito “segundo” Wittgenstein, de *Investigações Filosóficas*, 1953, e “kantianizada” por Pierce), para encontrar, no próprio fenômeno de diferenciação da racionalidade moderna, a especificidade das pretensões de validade de uma razão precisamente voltada para o livre entendimento e a auto-regulação humana.”. BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 28.

35 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 28

36 HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral** ..., p.25.

A ação comunicativa tem, portanto, uma dimensão emancipatória. Sua racionalidade se manifesta por meio da busca do entendimento entre os parceiros da interação. Na perspectiva do agir comunicativo, as comunicações que os sujeitos estabelecem entre si “mediadas por atos de fala, dizem respeito sempre a três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e sentimentos.”³⁷

A cada um desses mundos refere-se uma diferente pretensão de validade. Ao mundo objetivo refere-se a pretensão de verdade, como na frase “O arco-íris é colorido”, espera-se que o ouvinte aceite o dito como verdade. A pretensão de correção normativa pertence ao mundo social, na exortação “não machuque os animais”, associa-se à correção da sentença para um contexto normativo, ao menos considerando sua legitimidade. Por último, “tenho medo do escuro” pode revelar intenções e sentimentos, próprios do mundo subjetivo. Neste ato de fala, levanta-se uma pretensão de sinceridade do que é dito.

Chamo comunicativa às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. No caso de processos de entendimento mútuo lingüísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado). Enquanto que no agir estratégico um *atua* sobre o outro para *ensejar* a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é *motivado racionalmente* pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita.³⁸

Tudo que é dito em atitude comunicativa acaba tocando todas as pretensões de validade dos atos de fala – verdade, correção normativa e

37 GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola.** In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf>. Acesso em 18 de nov. 2011.

38 HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral ...** p.79.

sinceridade – pois, para HABERMAS, elas são universais e co-originárias, ou seja, em todas as situações de interação entre os participantes da comunicação, são inevitáveis as referências ao mundo objetivo, ao mundo social e ao mundo subjetivo. No entanto, a ênfase dada a cada um dos aspectos das pretensões de validade dos atos de fala dependerá da situação específica de cada receptor, o que independe, por vezes, da intenção do emissor. Dessa forma, a validade das posições assumidas pelos sujeitos da interação comunicativa é em princípio contestável, por conseguinte, também defensável, assumindo uma dimensão reflexiva da ação.

Importa ressaltar que nenhum ato de fala é produzido em abstrato, mas resulta do contexto implícito em que está imerso. De igual maneira, as regras que o regulamenta são implícitas, conhecidas intuitivamente e de forma pré-teórica pelos falantes e ouvintes. “Além disso, a comparação do debate concreto com esses ideais previamente estabelecidos torna possível a identificação de “comportamentos desviantes”, ou distorções no processo comunicativo, em face dos quais se possibilita a entrada no *Discurso*.”³⁹

Nesse momento há um debate deliberativo em que os sujeitos problematizam e justificam argumentativamente a validade das afirmações e normas apresentadas. Há, portanto, uma passagem do nível da ação para o discurso, uma entrada num processo de argumentação, discussão, regulado por procedimentos que assegurem idealmente a ausência de coerção, fora a do melhor argumento.

2. O conceito de discurso e pressupostos de desenvolvimento

O discurso⁴⁰ (*Diskurs*) é um aspecto lógico conceitual argumentativo, ligado à discussão ou ao debate de opiniões. Consiste num termo técnico

39 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 33.

40 O conceito de discurso (*Diskurs*) na teoria habermasiana, como esclarece REPA, “não deve ser entendido no sentido habitual de uma peça oratória diante de um público nem ainda no sentido de um sistema de enunciados, idéias e valores mais ou menos coerentes e

utilizado para se referir ao agir comunicativo ou interação. HABERMAS retém para seu conceito de discurso apenas o aspecto intersubjetivo, que serve para classificá-lo como uma espécie do gênero comunicação, e o aspecto lógico-argumentativo, que serve para determiná-lo como o caso específico da fundamentação de pretensões de validade problematizadas.

O Discurso seria, assim, uma forma especializada de busca pela obtenção de uma convicção comum [*Überzeugung*] a respeito das pretensões de validade contidas em elementos cognitivos da comunicação cotidiana, como interpretações, descrições e justificações. Normalmente, questionamentos a respeito da validade desses elementos cognitivos são respondidos e resolvidos pela apresentação de outros novos elementos, preenchendo “gargalos” de informação. No entanto, a partir do momento em que as pretensões de validade são explicitamente questionadas, os falantes passam a ser instados a apresentar *razões* em busca de *convencer* os ouvintes a respeito da validade de seus proferimentos.⁴¹

A relação entre linguagem e mundo objetivo tem sua pretensão de verdade residente diretamente nos atos de fala. Já na relação da linguagem com o mundo social, a validade das pretensões normativas decorre primeiramente da sede de normas, e de forma derivada dos atos de fala. Isso caracteriza uma assimetria. Enquanto as pretensões de verdade lidam com as ordenações da natureza, exigindo uma postura objetivante, com atos de fala constatativos que buscam representar estados de coisas, as ordenações da sociedade referem-se a atos de fala regulativos que podem assumir um comportamento conforme ou desviante, não sendo constituídas independentes de toda a validade da norma.⁴²

As pretensões de validade normativas *mediatizam* manifestamente, entre a linguagem e o mundo social, uma dependência recíproca que não existe para a relação da linguagem e do mundo objetivo. É a esse entrelaçamento de pretensões de validade, que têm sua sede em normas e pretensões de validade erguidas com atos de fala regulativos, que também se vincula o *caráter ambíguo da validade deontica*. Ao passo que entre os estados de coisas

compartilhados por várias pessoas de uma mesma área cultural, como nas expressões “discurso da antropologia”, “discurso da psiquiatria” etc. Discurso significa, de modo geral, a discussão baseada em argumentos sobre a validade de um proferimento, sendo que essa discussão se constitui de regras compartilhadas.” REPA, Luiz. **Jürgen Habermas** p. 171-172.

41 BLOTTA, Vitor Souza Lima Op. cit., p. 206-207.

42 HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral ...** p.81-82.

existentes e os enunciados verdadeiros existe uma relação unívoca, a “existência” ou validade social das normas não quer dizer nada ainda acerca da questão se estas também são válidas. Temos que distinguir entre o fato social do reconhecimento intersubjetivo e o fato de uma norma ser digna de reconhecimento intersubjetivo e o fato de uma norma ser digna de reconhecimento.⁴³

Acompanhando esse raciocínio, a validade da norma depende da legitimidade social, a entrada positivista em vigor não é suficiente para garantir sua eficácia social. É necessário que a norma seja aceita como válida pelo círculo de pessoas a que é dirigida, isso lhe confere legitimidade e consequente validade. Por sua vez, o movimento de validade da norma mediante a aceitação pela comunidade também se apoia na possibilidade de fundamentação das preposições deônticas. “Essa circunstância pode explicar por que a questão quanto às condições de validade dos juízos morais sugere imediatamente a passagem para uma lógica dos Discursos práticos.”⁴⁴

As condições de validade dos juízos empíricos reportam-se aos discursos teóricos exigindo considerações gnoseológicas e epistemológicas, que de maneira inicial são independentes da lógica dos discursos teóricos. HABERMAS aponta que a distância entre as observações individuais para as hipóteses universais, nos discursos teóricos, é vencida pelo princípio da indução. De igual maneira, é necessário um princípio-ponte correspondente para o discurso prático:

Eis por que todas as investigações a propósito da lógica da argumentação moral conduzem imediatamente à necessidade de introduzir um princípio moral que, enquanto regra de argumentação, desempenha um papel equivalente ao do princípio da indução no Discurso da ciência empírica.⁴⁵

HABERMAS tem uma preocupação especial na elaboração de um princípio que de “conta do caráter impessoal ou universal dos mandamentos morais válidos.”⁴⁶ Este princípio moral deve compreender como inválidas as normas que não possam encontrar o assentimento qualificado de todos os

43 Ibidem, ... p. 82.

44 Ibidem, ... p. 83.

45 Ibidem, ... p. 84.

46 Idem.

concernidos possíveis. “O princípio-ponte possibilitador do consenso deve, portanto, assegurar que somente sejam aceitas como válidas as normas que exprimem uma vontade universal.”⁴⁷

HABERMAS busca na filosofia de Kant as bases para criação do princípio moral universal. Tendo como suporte o giro-linguístico operado na filosofia contemporânea, que rompe com o modelo da filosofia transcendental do sujeito, faz uma atualização do imperativo categórico kantiano⁴⁸ – concentrado sobre indivíduos isolados com poder de autolegislação – para uma interpretação dialógica⁴⁹, na qual predomina o entendimento mútuo visado pela comunicação entre falantes e ouvintes. Daí a formalização do princípio (U) – princípio de universalização – como regra de argumentação moral.⁵⁰, nas palavras de HABERMAS:

Introduzi (U) como uma regra de argumentação que possibilita o acordo em Discursos práticos sempre que as matérias possam ser regradas no interesse igual de todos os concernidos. É só com a fundamentação desse princípio-ponte que poderemos dar o passo para a ética do Discurso. Todavia, dei a (U) uma versão que exclui uma aplicação monológica desse princípio; ele só regra as argumentações entre diversos participantes e contém até mesmo a perspectiva para argumentações a serem realmente levadas a cabo, às quais estão admitidos como participantes todos os concernidos.⁵¹

47 Idem.

48 “O Imperativo Categórico pode ser entendido como um princípio que exige a possibilidade de universalizar as *maneiras de agir* e as *máximas* ou antes, os *interesses* que elas levam em conta (e que, por conseguinte, tomam corpo nas normas de ação). Kant quer eliminar como inválidas todas as normas que “contradizem” essa exigência. Ele tem “em vista aquela contradição interna que aparece na máxima de uma agente quando sua conduta só pode atingir seu objetivo na medida em que ela não é a conduta universal.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral ...** p. 84.

49 Nas palavras de HABERMAS, “o Imperativo Categórico precisa de reformulação no sentido proposto: “Ao invés de prescrever a todos os demais como válida uma máxima que eu quero que seja uma lei universal, tenho que apresentar minha máxima a todos os demais para o exame discursivo de sua pretensão de universalidade. O peso desloca-se daquilo que cada (indivíduo) pode querer sem contradição como lei universal para aquilo que todos querem de comum acordo reconhecer como norma universal. De fato, a formulação indicada do princípio da universalização visa a realização cooperativa da argumentação de que se trata em cada caso.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral ...** p. 88.

50 ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Habermas e a ética do discurso**. Disponível em: http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/araujo/Habermas_etica_discurso.pdf. Acesso em: 18 nov. 2011.

51 HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral ...** p. 87.

Assim, o princípio (U) se torna válido a partir do assentimento sem coação, por todos os envolvidos na argumentação, das consequências e dos efeitos colaterais que resultarem da satisfação dos interesses de cada um dos indivíduos pelo fato de ele ser universalmente seguido. Insta pontuar que o princípio de universalização (U), formulado como regra de argumentação, não possui um conteúdo predeterminado, apriorístico, sua fundamentação se dá em pressupostos pragmáticos da argumentação em geral, conectados à explicitação do sentido das pretensões de validade normativas.

Sob esses pressupostos, a Ética do Discurso ⁵² habermasiana funda-se em dois princípios de validade para o discurso prático moral. O primeiro é o princípio do discurso (D), conforme o qual todo sujeito capaz de falar e de agir pode participar de um discurso moral. O segundo é o princípio de universalização (U) que reconhece como válida a norma assentida por todos os concernidos. Porém, trata-se de um assentimento racional, a norma é considerada como válida porque é correta, e não por ser considerada mais ou menos vantajosa a um sujeito ou a um grupo.

Segundo a Ética do Discurso, todo aquele que discute de forma sensata pressupõe implicitamente algumas pretensões universais de validade: compreensibilidade, verdade, veracidade ou sinceridade, e justeza ou correção normativa. ⁵³ Estas não têm apenas uma dimensão lógico-linguística, mas também valores éticos-políticos. “Seriam eles, no caso dos princípios “U” e “D”, o tratamento igual de todos os participantes, a consideração dos interesses de

52 “a ética do Discurso qualifica-se como uma moral *cognitivista* (porque persegue uma base cognitiva e racional das normas éticas); *deontológica* (porque antes e além de qualquer consideração teleológica ou utilitarista, defende o caráter vinculador dos princípios éticos); *formalista* (porque não estabelece os conteúdos materiais de uma “vida feliz”, mas prescreve apenas os princípios procedimentais do agir comunicativo); *universalista* (uma vez que pretende valer para todos os seres racionais e não só para determinado grupo étnico ou social); *pós-kantiana* (pois, mesmo aceitando a formulação básica da moral criticista, diferencia-se dela pela formulação dialógica e pelo esforço de unir a ética do dever (v.) à ética da responsabilidade (v.)).” ABBAGNANO, Nicola. Op. cit., p. 340.

53 ABBAGNANO, Nicola. Op. cit., p. 339.

cada um, a ausência de violência, a inclusão de todos os interessados, o entendimento isento de violência”.⁵⁴

A compreensibilidade obriga todo argumentador a dar um significado intersubjetivo compreensível ao que se sustenta. A verdade exige que todo argumentador não deixe de pressupor a verdade daquilo que diz. A veracidade ou sinceridade exige que todo argumentador sério aceite, por essa mesma razão, estar convencido do que afirma. A justeza ou correção normativa requer que o argumentador respeite as normas que presidem a interação comunicativa. Essas regras têm manifestamente um conteúdo ético e sua observância coincide com a chamada “situação discursiva ideal”.

No aspecto processual do discurso argumentativo “mostram-se estruturas de uma situação de fala que está particularmente imunizada contra a repressão e a desigualdade”⁵⁵. A situação ideal de fala apresenta-se como expectativas contrafactuais das condições necessárias para uma vida emancipada, na qual a interação social se realiza por meio de uma comunicação orientada para o entendimento desbloqueada aos impedimentos internos e externos à sua realização.

2.1. Condição ideal de fala: regras processuais para argumentação

Uma comunidade ideal de comunicação deve pressupor condições capazes de elidir coações e situações que distorcem a comunicação, somente nelas é possível a realização do discurso e a chegada a um consenso racional. ALEXY, partindo da teoria de HABERMAS propõe regras processuais que devem estar presente no discurso argumentativo, estabelecendo exigências para a *igualdade, universalidade e ausência de coação*⁵⁶. As regras⁵⁷ são as seguintes:

54 ROUNET, apud BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 261.

55 HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral...**, p. 111.

56 JUSEFOVIC, Eliseu. **Democracia e Legitimidade do Direito à Luz da Teoria Habermasiana**. In: LOIS, Cecilia Caballero (Org.). *Justiça e Democracia: entre universalismo e comunitarismo*. São Paulo: Landy, 2005. p. 181.

57 Conforme: HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral...**, p. 112-113.

- i) *É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de discursos.*
- ii) *É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção; introduzir qualquer asserção no discurso; manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.*
- iii) *Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos.*

A primeira regra visa à participação em discursos. Todos os sujeitos potenciais, que disponham de capacidade para argumentar, devem ser incluídos ao círculo de participantes, sem exceção. A segunda regra, dividida em três, objetiva padronizar a liberdade de discussão, assegurando a todos os participantes oportunidades iguais de contribuírem para a argumentação e fazer valer seus próprios argumentos. A terceira regra procura proteger o discurso de coações, exigindo condições de comunicação onde prevaleçam o direito a um acesso universal ao discurso e chances iguais de participação, sem qualquer repressão, sutil e dissimulada (e, por isso, de maneira igualitária). Essas regras não são convenções, mas pressuposições inevitáveis para a validade discursiva.⁵⁸

A situação de fala recorre a certas pressuposições idealizadas, como as de que todos os participantes devem ser verídicos, todos os interessados podem participar, todos podem problematizar qualquer afirmação, todos podem introduzir quaisquer argumentos e de que nenhum participante pode ser coagido. Essas condições “especificam uma norma de comunicação que pode ser nomeda de *reciprocidade igualitária*”.⁵⁹

58 “É verdade, porém, que, ao apresentar essas pressuposições sob a forma de regra, Alexy ensina o equívoco de que todos os Discursos realmente efetuados teriam que satisfazer a essas regras. Manifestamente, tal não é o caso em muitos casos – e, em todos os casos, é com aproximação que temos que nos contentar. O equívoco pode se prender inicialmente à ambigüidade da palavra “regra”. Pois as regras do Discurso no sentido de Alexy não são *constitutivas* para o Discurso no mesmo sentido, por exemplo, em que as regras do xadrez são constitutivas para as partidas de xadrez realmente jogadas. Enquanto que as regras do xadrez *determinam* uma prática de jogo factual, as regras do Discurso são apenas a representação de pressuposições pragmáticas, feitas tacitamente e sabidas intuitivamente, de uma prática discursiva privilegiada. Se se quiser comparar seriamente a argumentação com a prática do jogo de xadrez, os equivalentes das regras do jogo de xadrez serão encontrados antes naquelas regras segundo as quais os diversos argumentos são construídos e trocados. Essas regras têm que ser *efetivamente* seguidas, caso deva ter lugar uma prática argumentativa isenta de erros.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral...**, p. 114.

59 MAIA, Antonio Cavalcanti. **Jürgen Habermas: Filósofo do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 97.

A situação ideal de fala “caracteriza-se pela distribuição igualitária de oportunidades de intervenção e participação na interação pelos seus participantes”⁶⁰. Pressupõe condições ideais processuais que estabelecem exigências de universalidade, igualdade e ausência de coação no discurso prático. A situação ideal de fala “será desenvolvida num contexto em que a comunicação não somente não vem perturbada por influxos externos contingentes, como também não sofre embaraços pelas coações que resultam da própria estrutura da comunicação.” Assim, a regra do melhor argumento prevalecerá, expressando a vontade racional.

A argumentação enquanto empreendimento intersubjetivo, para chegar a uma decisão comum sobre uma linha de ação e fixação desta linha de ação coletiva, possui uma condição indispensável: “é somente quando a decisão resulta de argumentações, isto é, se ela se forma segundo as regras pragmáticas de um Discurso, que a norma decidida pode valer como justificada. Pois é preciso garantir que toda pessoa concernida tenha a chance de dar espontaneamente seu assentimento”. A *imparcialidade* do juízo de formação da vontade “está *arraigada* nas estruturas da própria *argumentação* e não precisa ser *inserida* nela como um conteúdo normativo adicional”.⁶¹

No entanto, cumpre esclarecer que os interlocutores da situação ideal de fala não pretendem que tais condições ocorram simultaneamente na vida real. A constatação do descumprimento de alguma de suas regras não acarreta sua ineficácia, pois sua situação contrafactual implica o potencial de contestabilidade.⁶²

Não importa que estas condições sejam frequentemente contrafactuais, isto é, que não sejam sempre presentes em processos comunicativos concretos: eles são apenas pressupostos necessários, porque sem ele o ingresso na argumentação é impossível.⁶³

60 COHN, Gabriel. Op. cit., p. 68.

61 JUSEFOVICZ, Eliseu. Op. cit., p. 181-182.

62 MAIA, Antonio Cavalcanti. Op. cit., p. 98.

63 ROUANET *apud* MAIA, Idem.

A comunidade ideal de comunicação tem um valor contrafactual e regulador, funcionando como uma antítese ideal a forma real da comunicação cotidiana. Dessa maneira, a Ética do Discurso “se completa com a crítica da ideologia, ou seja, com o desmascaramento dos interesses materiais que se interpõem ao entendimento comunicativo” ⁶⁴. Por fim, para HABERMAS, a comunidade ideal de comunicação acaba por se identificar com o Estado Democrático de Direito, ou seja, “com um modelo de sociedade livre, em condições de resolver, através da discussão pública, os conflitos de interesse entre os seus membros.” ⁶⁵

3. Direito e teoria da ação comunicativa

Nas sociedades tradicionais, que em termos sociológicos antecederam a sociedade moderna, os valores religiosos e míticos regulam as relações individuais e coletivas de todos os membros da comunidade. Há uma eticidade imperante que estrutura todos os domínios da vida social, legitimando de forma incontestável a maneira como são divididos o trabalho, a posição social, as funções sociais do homem e da mulher, a distribuição da riqueza e da pobreza, o que é definido como felicidade e infelicidade, a própria formação das convicções, e as formas de pensar e agir.

Essa interpretação única e geral é responsável por responder aos problemas básicos de origem do mundo, que por ser a única resposta possível legitima a ordem social existente. Há uma confusão entre a eticidade compartilhada pelos indivíduos da sociedade, traduzida na mesma forma de vida, mesma crença e princípios de conduta da vida prática, com o pertencimento a um mesmo corpo político. Nessa realidade, o dissenso e a discordância resultam na exclusão do indivíduo da própria comunidade.

As sociedades tradicionais começam a ser abaladas no momento em que o dissenso no interior da comunidade não é mais eventual. Para HABERMAS,

⁶⁴ ABBAGNANO, Nicola. Op. cit., p. 339.

⁶⁵ Ibidem, p. 340.

“É certo que os espaços para o risco do dissenso embutido em tomadas de posição em termos de sim/não em relação a pretensões de validade criticáveis crescem no decorrer da evolução social” ⁶⁶. A sociedade moderna capitalista, diversamente da eticidade única das sociedades tradicionais, impõe o convívio de diversas concepções de mundo e formas de vida num mesmo espaço político.

A modernidade é marcada pelo surgimento de conflitos entre essas diversas eticidades, muitas vezes, incompatíveis entre si e inconciliáveis na pretensão de dirigir a vida prática dos indivíduos e da comunidade. Diante disso, quanto maior a complexidade da sociedade “tanto maior será a pluralização de formas de vida e a individualização de histórias de vida, as quais inibem as zonas de sobreposição ou de convergência de convicções que se encontram na base do mundo da vida” ⁶⁷.

De igual maneira, é possível afirmar que as tentativas de ação orientada ao entendimento cederam ao aumento das ações estratégicas⁶⁸. Para manter a estabilidade da integração social em sociedades complexas, é necessário reconhecer que há um império das ações estratégicas (que operam como ações orientadas para o sucesso, em face de barganhas ou ameaças de sanções

66 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 44.

67 Idem.

68 “A **ação comunicativa** é aquele tipo de interação social em que o meio de coordenar os diversos planos de ação das pessoas envolvidos é dado na forma de um acordo racional, de um entendimento entre as partes, obtido através da linguagem. Em oposição a esse tipo de ação distinguem-se a **ação estratégica** e a **instrumental**. Esses dois últimos se caracterizam pelo fato de os atores, isto é, as pessoas envolvidas na ação, buscarem antes de tudo o sucesso, a realização do fim desejado. Assim, pode-se dizer que, se tais formas de ação são racionais, sua racionalidade está centrada na idéia da eficácia dos meios utilizados para a obtenção da finalidade. Dizemos então que se trata de **ações racionais com respeito a fins**. O que diferencia a ação instrumental e a **estratégica** é que na primeira se busca realizar intervenções técnicas nos estados de coisas e nos acontecimentos, enquanto na segunda **está em jogo a influência dos atores uns sobre os outros, ou seja, as medidas, calculadas e escolhidas por cada parte isoladamente, para influenciar a decisão da outra parte**. Vê-se que somente as ações comunicativas e as estratégicas são ações propriamente sociais.” Sem grifos no original. REPA, Luiz Sérgio. **Direito e Teoria da Ação Comunicativa**. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Orgs.). **Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 57.

coercitivas) sobre as ações comunicativas (interação social, partilhada pela linguagem, que visa a um acordo racional).⁶⁹

Diante da nova organização social moderna, desencantada, com a tradição diluída comunicativamente e decomposta das convicções sacralizadas, já não é mais possível legitimá-la num fundamento incontestável metassocial. Neste ponto, surge a preocupação de como promover a integração social por meio de ordens normativas que se realizem mediante o entendimento entre os sujeitos, visto que “a facticidade (coação de sanções exteriores) e a validade (força ligadora de convicções racionalmente motivadas) são incompatíveis, ao menos fora dos domínios da ação regulados pela tradição e pelos costumes”⁷⁰.

HABERMAS considera que os complexos de interação social não se estabilizam apenas pelas ações orientadas pelo sucesso, apontando o agir comunicativo⁷¹ como última instância para integração social. No entanto, o reconhecimento implícito das pretensões de validade do que é dito pode ser a qualquer momento questionado, dando lugar a um processo de discussão, apresentando o risco estrutural do dissenso, com a seguinte problematização:

Em tal situação agudiza-se o seguinte problema: como integrar socialmente mundos da vida em si mesmos pluralizados e profanizados, uma vez que

69 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 293-294.

70 Ibidem, p. 45.

71 “O conceito elementar “agir comunicativo” explica como é possível surgir integração social através das energias aglutinantes de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente. Esta impõe limitações pragmáticas aos sujeitos desejosos de utilizar essas forças da linguagem, obrigando-os a sair do egocentrismo e a se colocar sob os critérios públicos da racionalidade do entendimento. Nesta ótica, a sociedade se apresenta como um mundo da vida estruturado simbolicamente, que se reproduz através do agir comunicativo. Isso não impede o surgimento de interações estratégicas no mundo da vida. Essas, porém, não têm o mesmo caráter de Hobbes ou da teoria do jogo: elas não são mais entendidas como o mecanismo para a *produção* de uma ordem instrumental. Interações estratégicas têm o seu lugar num mundo da vida enquanto pré-constituído em outro lugar. Mesmo assim, o que age estrategicamente mantém o mundo da vida como um pano de fundo; porém neutraliza-o em sua função de coordenação da ação. Ele não fornece mais um adiantamento de consenso, porque o que age estrategicamente vê os dados institucionais e os outros participantes da interação apenas como fatos sociais. No enfoque objetivador, um observador não consegue entender-se com eles como se fossem segundas pessoas.”. HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 45-46.

cresce simultaneamente o risco de dissenso nos domínios do agir comunicativo desligado de autoridades sagradas e de instituições fortes?⁷²

A saída apresentada por HABERMAS é pela via “da *regulamentação normativa de interações estratégicas*, sobre as quais os próprios atores se *entendem*”⁷³. Essas normas regulamentadoras devem ter uma autoridade capaz de doar força fática à validade, “porém desta vez sob a condição de polarização que já se estabeleceu entre agir orientado pelo sucesso e agir orientado pelo entendimento e, deste modo, sob a condição de uma incompatibilidade *percebida* entre facticidade e validade”⁷⁴.

A solução dessa aporia é apresentada por HABERMAS no sistema de direitos que garante as liberdades subjetivas de ação com a coação do direito objetivo. Cabe ao direito moderno a regulamentação normativa, já que ele reúne o duplo aspecto da facticidade, com imposição de limites à ação estratégica e da validade, pelo reconhecimento intersubjetivo das normas jurídicas, sem a qual não é possível haver força social integradora. Portanto, “As normas jurídicas propiciam a disposição para a sua obediência devido a esse duplo caráter: coerção fática e validade legítima. Ao mesmo tempo, elas põem à disposição dos seus destinatários o enfoque tanto da ação estratégica como o da ação comunicativa”⁷⁵.

Assim, uma das formas que Habermas encontra para buscar solucionar tal problema seria a adoção de uma perspectiva do direito liberal positivo *a partir da teoria do agir comunicativo*, posto que uma integração social nessas condições exigiria normas que contivessem tanto a coercibilidade, para demarcar e garantir os contextos das ações estratégicas, quanto capacidade de promover a força social legitimatória de tais demarcações⁷⁶

Partindo da constatação de que as sociedades modernas são integradas não somente pelos “valores, normas e processos de entendimento, mas também

72 Ibidem, p. 46.

73 Idem

74 Ibidem, p. 47.

75 REPA, Luiz Sérgio. **Direito e Teoria...**, p. 64.

76 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 295-296.

sistematicamente, através de mercados e do poder administrativo”⁷⁷. HABERMAS liga o direito a três fontes de integração social: à solidariedade social mediante a prática comunicativa da autodeterminação política, ao sistema dirigido pelo dinheiro e pelo poder administrativo. Portanto, uma vez que esses mecanismos de coordenação da ação precisam se institucionalizar juridicamente, o direito se liga tanto ao mundo vida quanto ao sistema, assumindo uma dupla função, mediando o trânsito de ações entre esses dois componentes centrais da sociedade.

A tensão entre facticidade e validade na Teoria Discursiva do Direito é uma tensão tanto interna quanto externa. Ou seja, ela é tanto inerente ao direito, com a tensão entre coerção e a legitimidade das normas, quanto exterior ao direito, como uma tensão entre o poder político e a autonomia dos cidadãos. Sob a perspectiva da legitimidade do direito, HABERMAS entende que ela só poderá ser desenvolvida adequadamente com base no conceito de autonomia e de democracia. Ou seja, “com base na possibilidade de que “os *destinatários* das normas do direito se vejam também como *autores* dessas normas, conforme certos procedimentos discursivos presentes nos âmbitos da legislação assim como da esfera pública em geral.”⁷⁸

É nesse momento que o direito positivo aparece. Quando a tensão entre facticidade e validade que habita a própria linguagem atravessa para as relações sociais e, em seguida, para as formas de coordenação social – especialmente num contexto em que ações e subsistemas de interesse estratégico são cada vez mais institucionalizados -, espera-se, portanto, que o Estado de Direito promova esse equilíbrio. Mas isso só pode se realizar na base de um acordo comum sobre a *legitimidade* dessas instituições. Recuperando Kant, que trabalhava uma espécie de facticidade e validade na relação entre coerção e liberdade.⁷⁹

HABERMAS reconhece o duplo aspecto da validade do direito com auxílio do conceito kantiano de legalidade (ventilado na perspectiva da teoria da

77 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 61.

78 REPA, Luiz Sérgio. **Direito e Teoria...**, p. 64.

79 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 301.

ação) pela qual as normas do direito são, ao mesmo tempo, leis de coerção e leis de liberdade.⁸⁰ Porém, o sentido dessa validade do direito “somente se explica através da referência simultânea à sua validade social ou fática (*Geltung*) e à sua validade ou legitimidade (*Gültigkeit*).”⁸¹ A facticidade da validade social é determinada pelo grau que consegue se impor, ou seja, se mede pela obediência geral às normas. Já a legitimidade liga-se à fé dos membros da comunidade de direito na fundamentabilidade das respectivas normas.

O processo legislativo constitui um espaço de integração social. No entanto, a união característica entre coerção fática e validade da legitimidade deve traduzir um processo legislativo em que cidadãos assumam o papel de sujeitos de direito que não agem apenas estrategicamente, orientados para o sucesso, mas tenham o enfoque de uma prática intersubjetiva de entendimento. Nesse sentido, a tensão entre facticidade e validade “absorve o pensamento democrático, desenvolvido por Kant e Rousseau, segundo o qual a pretensão de legitimidade de uma ordem jurídica construída com direitos subjetivos só pode ser resgatada através da força socialmente integradora da vontade unida e coincidente de todos os cidadãos livres e iguais.”⁸²

Dessa forma, os membros de uma comunidade jurídica têm que supor que eles mesmos autorizam as regras a que estão submetidos como destinatários, numa formação de vontade racional, livre da opinião e da vontade política. “Em última instância, a legitimidade do direito se liga a um processo legislativo onde todos possam sentir-se autores das normas, e a legitimidade destas se mede pela “resgatabilidade discursiva” de pretensões de validade normativas.”⁸³

80 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 49.

81 Ibidem, p. 50.

82 Ibidem, p. 53.

83 JUSEFOVICZ, Eliseu. Op. cit., p. 171.

3.1. Legitimidade das normas jurídicas e Princípio Democrático

O direito moderno tira dos cidadãos o fardo das normas morais e as transfere para direitos subjetivos que garantem o exercício das liberdades individuais. Esses direitos obtêm sua legitimidade por via de um processo legislativo apoiado na soberania popular. Cria-se, portanto, o paradoxo do surgimento da legitimidade a partir legalidade, que deve ser explicado com o auxílio dos direitos que garantem aos cidadãos o exercício da autonomia política.

Por que se trata de um paradoxo? Porque esses direitos dos cidadãos têm, de um lado, a mesma estrutura de todos os direitos, os quais abrem ao indivíduo esferas de liberdade de arbítrio. Mesmo sem levar em conta as diferenças nas modalidades de uso desses direitos, os direitos políticos também devem poder ser interpretados como liberdades de ação subjetivas, as quais simplesmente fazem do comportamento legal um dever, portanto *liberam* os motivos para um comportamento conforme as regras. De outro lado, o processo legislativo democrático precisa confrontar seus participantes com as expectativas normativas das orientações do bem da comunidade, porque ele próprio tem que extrair sua força legitimadora do processo de um entendimento dos cidadãos sobre as regras de sua convivência. Para preencher a sua função de estabilização das expectativas nas sociedades modernas, o direito precisa conservar um nexos interno com a força socialmente integradora do agir comunicativo.⁸⁴

Para explicitar essa problematização, HABERMAS abordará a relação não esclarecida entre direito subjetivo e direito público, no âmbito da dogmática jurídica, e a concorrência entre direitos humanos e soberania popular, que resultam num conceito relacional entre autonomia pública e privada, pouco satisfatório. Sua metodologia objetiva apontar a insuficiência dos pressupostos da filosofia da consciência e da herança metafísica, que subordina o direito positivo ao direito natural ou a moral. A partir disso, distancia-se das reservas de uma eticidade substancial para consubstanciar a concepção discursiva do princípio do direito.

84 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 115.

As tradições políticas surgidas nos Estados Unidos e caracterizadas como “liberais” e “republicanas” interpretam os direitos humanos como expressão de uma autodeterminação moral e a soberania do povo como expressão da auto-realização ética. Nesta perspectiva, os direitos humanos e a soberania do povo não aparecem como elementos complementares, e sim, concorrentes.⁸⁵

A doutrina positivista dos séculos XIX e XX tornou a autonomia individual, entendida como liberdade de arbítrio e não interferência na esfera de liberdade pelo outro, preponderante sobre a ideia de autonomia política, consistente na liberdade de participação no processo político. O positivismo normativista kelsiniano separou o direito da moral, esvaziando o conteúdo normativo dos direitos subjetivos com a posterior consolidação da falsa percepção de que os titulares das liberdades privadas são ausentes de responsabilidade em seus espaços de arbítrio individual, tornando-se desnecessário o reconhecimento intersubjetivo que confere legitimidade aos direitos subjetivos.⁸⁶

A consolidação do capitalismo liberal do século XX, com a edição dos direitos sociais, foi incapaz de equilibrar a sobreposição da autonomia privada em detrimento da autonomia pública. Os direitos sociais, apesar de seus conteúdos coletivos, não evidenciaram a reciprocidade normativa entre direitos subjetivos e direitos públicos. Portanto, HABERMAS entende necessária a reconstrução dos princípios dos direitos humanos e soberania popular⁸⁷ para evidenciar sua conexão interna e estabelecer um re-equilíbrio entre as duas concepções, tendo como base uma teoria normativa pós-metafísica do discurso.

HABERMAS esclarece que ROUSSEAU e KANT tentaram pensar a união prática e a vontade soberana no conceito de autonomia, de tal maneira que fosse possível interpretar mutuamente a ideia de direitos humanos e o princípio da soberania do povo. No entanto, não conseguiram entrelaçar simetricamente os

85 Ibidem, p. 133.

86 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit., p. 327-328.

87 “Habermas empresta a terminologia “Direitos Humanos e Soberania Popular” do atual debate contemporâneo entre paradigmas Liberal e Republicano de democracia nos Estados Unidos, mas estes podem tranquilamente ser comparado com o debate mais amplo entre *Universalistas e Comunitaristas*.” Ibidem, p. 328.

dois conceitos. KANT acabou por se aproximar de um paradigma mais liberal, pelo modo de ler a autonomia política, ao passo que ROUSSEAU se aproxima do paradigma republicano.⁸⁸

Dessa forma, os direitos humanos pertencem ao paradigma liberal, e traduzem liberdades pré-políticas inatas. Estas devem preponderar ao contrato social para restringir a tirania do soberano ou da maioria. Nesse sentido, as liberdades individuais negativas devem ficar à frente da formação da vontade política. A noção de autonomia de KANT, que pauta a liberdade dos sujeitos naturais mediante o juízo moral individual, fundamenta o conceito de direitos humanos.

Já soberania popular está inscrita no paradigma republicano e deriva da autonomia política de ROUSSEAU. As leis gerais e abstratas materializam a vontade ética e soberana do povo com projeto de vida comum, e são condição para a coordenação das liberdades individuais. Nesse raciocínio, o modo correto do exercício da formação da vontade política é o que garante o conteúdo normativo dos direitos humanos. No entanto, para ROUSSEAU, esse processo só é possível em comunidades dotadas de tradições, virtudes políticas e valores relativamente homogêneos e garantidos pela força coercitiva do governo, o que acaba por não explicar como a formação dessa mesma vontade política pode ser mediada, revelando uma normatividade excessivamente rígida e, portanto, arbitrária.

No entanto, analisando as perspectivas de cada um, percebe-se que há uma inevitável preponderância de um elemento sobre o outro – em Kant, a liberdade individual, como “momento moral-cognitivo”, e em Rousseau, a responsabilidade coletiva, como momento “ético-volitivo” –, fazendo com que direitos humanos e soberania popular mais compitam entre si do que se complementem.⁸⁹

A crítica de HABERMAS a esses desequilíbrios entre direitos humanos e soberania popular se centra na impossibilidade de seu conteúdo normativo ser

88 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 134.

89 BLOTTA, Vitor Souza Lima. Op. cit. p. 329.

suficientemente revelado em princípios gerais e abstratos como autonomia privada e autonomia pública, pois sua validade não reside de *per se* em estruturas semânticas. Ou seja, para HABERMAS, os direitos humanos e a soberania popular não podem deixar de competir entre si numa análise meramente gramatical do quê eles representam. Revela-se necessária, portanto, uma análise pragmática de como se dá a formação da vontade política.

Nesse sentido, o nexos interno entre direitos humanos e soberania popular “reside no conteúdo normativo de um modo de exercício da autonomia política, que é assegurado através da formação discursiva da opinião e da vontade, não através da forma das leis gerais.” HABERMAS desloca o ego transcendental do sujeito individual de KANT, e povo de ROUSSEAU, para processos discursivos de opinião e formação de vontade política orientados para o entendimento, nos quais os participantes não sejam somente receptores de seus direitos, mas também autores.

Ambas as concepções (Kant e Rousseau) passam ao largo da força de legitimação de uma formação discursiva da opinião e da vontade, na qual são utilizadas as forças ilocucionárias do uso da linguagem orientada pelo entendimento, a fim de aproximar razão e vontade – e para chegar as convicções nas quais todos os sujeitos podem concordam entre si sem coerção.⁹⁰

HABERMAS estabelece uma relação de co-originariedade entre autonomia privada e pública, resultante do nexos interno dos direitos humanos e da soberania popular, que somente se mostra quando é possível decifrar o modelo da autolegislação pela teoria do discurso.⁹¹ Assim, a legitimidade do direito se funda no princípio do discurso institucionalizado juridicamente, que transforma-se no que o filósofo alemão nomeia de princípio da democracia.

Partindo do pressuposto de que uma formação política racional da opinião e da vontade é possível, o princípio da democracia simplesmente afirma como esta pode ser institucionalizada – através de um sistema de direitos que

90 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 138.

91 Ibidem, p. 139.

garante a cada um igual participação num processo de normatização jurídica, já garantido em seus pressupostos comunicativos.⁹²

O princípio da democracia resulta da interligação existente entre o princípio do discurso e a forma jurídica. HABERMAS vê nessa interligação uma gênese lógica de direitos, que forma um processo circular, no qual o código do direito e o princípio democrático se constituem de modo co-originário. Por isso, o princípio da democracia só pode aparecer como um núcleo de direitos fundamentais.⁹³

HABERMAS desenvolve três direitos imprescindíveis de ser reconhecidos reciprocamente pelos cidadãos. Estes garantem a autonomia privada dos sujeitos jurídicos, uma vez que os sujeitos se reconhecem mutuamente no papel de destinatários da lei, são eles: “(1) Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do *direito à maior medida possível de iguais liberdades subjetivas de ação*. Esses direitos exigem como correlatos necessários; (2) Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do *status de um membro* numa associação voluntária de parceiros do direito; (3) Direitos fundamentais que resultam imediatamente da *possibilidade de postulação judicial* de direitos e da configuração politicamente autônoma da proteção jurídica individual.”⁹⁴

No próximo passo, os sujeitos de direito assumem o papel de autores da ordem jurídica, por meio de: “(4) Direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os civis exercitam sua *autonomia política* através dos quais eles criam direito legítimo. Essa categoria de direitos encontra aplicação reflexiva na interpretação dos direitos constitucionais e na configuração política posterior dos direitos fundamentais elencados de (1) até (4).”⁹⁵

92 Ibidem, p. 140

93 Ibidem, p. 158.

94 Ibidem, p. 159.

95 Idem.

O direito fundamental à participação, entendido como direitos políticos, fundamenta o *status* de cidadãos livres e iguais e “esse *status* é auto-referencial na medida em que possibilita aos civis modificar sua posição material com relação ao direito, com o objetivo da interpretação e da configuração da autonomia pública e privada. Tendo na mira esse objetivo, os direitos até agora explicitados *implicam* finalmente: (5) Direitos fundamentais a condições de vida garantidas social, técnica e ecologicamente, na medida em que isso for necessário para o aproveitamento, em igualdade de chances, dos direitos elencados de (1) até (4).”⁹⁶

HABERMAS afirma que a proposta de uma interpretação dos direitos fundamentais a partir da teoria do discurso serve para esclarecer o nexos interno entre direitos humanos e soberania do povo, explicando que nele reside um conteúdo normativo que garante o exercício da autonomia política por meio da formação discursiva da opinião e da vontade e não mediante leis gerais. Explicita-se o nascimento co-originário entre autonomia privada e autonomia pública, enredada numa relação de complementaridade recíproca.

Assim, o princípio da democracia aparece como núcleo de um sistema de direitos, formando um processo circular, pois a gênese lógica desses direitos decorre do princípio da democracia. Portanto, esse núcleo de direitos que garante o exercício das liberdades individuais e da participação política surge do exercício da autonomia política de sujeitos envolvidos num processo legislativo constituído por ações comunicativas direcionadas ao entendimento. São esses pressupostos que conferem legitimidade ao direito, possibilitando aos destinatários das normas jurídicas se reconhecerem como seus autores – sujeitos de autolegislação democrática – assumindo a perspectiva de membros de uma comunidade jurídica livremente associada.

Como visto, HABERMAS tem uma profícua análise do direito, deitando bases sobre importantes questões filosóficas e sociológicas. No entanto, pela sua formação teórica e pelo recorte metodológico operado para analisar o fenômeno

96 Idem.

jurídico, o campo da sistemática interna do direito, reservada aos juristas, é alheio a seus estudos. Tendo em conta a proposta elaborada pelo presente trabalho, que pretende iluminar com reflexões teóricas habermasianas categorias tipicamente jurídicas – processo judicial e Defensoria Pública – torna-se necessário trazer as contribuições específicas da dogmática crítica. O capítulo que se segue tem como foco o processo na perspectiva do direito processual civil. O paradigma de análise é o formalismo-valorativo. Sua escolha foi pautada pelo olhar crítico e complexo que lança sobre o processo e pelo profundo diálogo que estabelece com a Constituição, reverberando numa ideia amplamente democrática de processo.

CAPÍTULO 02

PROCESSO CIVIL E FORMALISMO VALORATIVO

1. Aspectos gerais do Formalismo-Valorativo

O sistema jurídico como um conjunto de direitos deve garantir de forma igualitária o acesso de todos os indivíduos a realização de suas pretensões jurídicas legítimas. Ou seja, para que não se tornem letra morta, é necessária a criação de mecanismos legais efetivos para a concretização desses direitos – um direito garantidor de todos os outros. Trata-se de uma questão de acesso à ordem jurídica qualificada como justa, ou seja, só pode ser viabilizada por um meio assim também qualificado – o processo judicial constituído democraticamente. Nessa perspectiva, cumpre analisar a teoria do processo através da lente de acesso e constituição de uma ordem jurídica legítima.

A Constituição de 1988, largamente intitulada de Constituição Cidadã, ampliou de forma considerável o rol de direitos e garantias e para assegurar que o texto constitucional não se tornasse letra morta, atentou para os mecanismos de sua efetivação. O direito de acesso à justiça – condição para que os demais direitos se realizem – está previsto no artigo 5º, inciso XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. A tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva aos direitos se dá por meio do direito de ação, que no Estado Constitucional se traduz no direito ao processo justo (art. 5º, inciso LIV, CF/88). Nesse sentido, “a justiça do processo é condição inafastável, embora não suficiente, para que se possa alcançar a justiça da decisão.”⁹⁷

97 MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Direito de Ação, Contraditório e Motivação das Decisões Judiciais**. In: SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: Balanço e Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 557.

O direito ao processo justo conta com bases mínimas, sem as quais não se pode reconhecer pela ordem constitucional pátria, o processo qualificado como devido. As bases do processo justo se assentam na tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva (art. 5º, incisos XXXVII e LIII, CF/88), no juiz natural (art. 5º, incisos XXXVII e LIII, CF/88), na igualdade e paridade de armas entre as partes (art. 5º, inciso I, CF/88), na ampla defesa e contraditório (art. 5º, inciso LV, CF/88), no direito à prova (art. 5º, inciso LVI, CF/88), na publicidade dos atos processuais (arts. 5º, inciso LX, e 93, inciso IX, CF/88), no dever de motivação das decisões judiciais (art. 93, inciso IX, CF/88), na segurança e confiabilidade na estabilidade dos atos decisórios (proteção à coisa julgada, art. 5º, inciso XXXVI, CF/88) e, sendo necessário, no direito à assistência jurídica integral (art. 5º, inciso LXXIV).⁹⁸

O marco teórico para a construção processualística do presente trabalho é o formalismo-valorativo⁹⁹. Insta esclarecer que a palavra formalismo tem certo desgaste no ambiente cultural brasileiro que costuma tê-la em mente no sentido negativo¹⁰⁰ – excesso de exigências formais e superafetação da forma. No entanto, dentro da perspectiva metodológica adotada, o termo formalismo assume o sentido positivo de papel ordenador – o processo como organização da desordem que confere previsibilidade ao procedimento. A ordem determinada do processo previne que o litígio desemboque numa disputa desordenada, sem limites ou sem garantias para as partes, evitando, assim, o prevalecimento da arbitrariedade do órgão judicial ou da chicana do adversário¹⁰¹.

98 Ibidem, p. 558.

99 O termo foi cunhado por Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, no ano de 2004, em seminários realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ressaí naturalmente de sua obra “Do Formalismo no Processo Civil” (1997). In: MITIDIERO, Daniel. **Bases para a formação de um processo civil cooperativo: o direito processual no marco teórico do formalismo-valorativo**. Tese de doutorado apresentada ao PPGD – UFRGS, 2008.

100 “O “formalismo” é considerado, assim, como excesso de formalidades, a dificultar o trabalho do juiz e dos advogados, obstaculizando a marcha adequada do processo e a realização de justiça, seu fim principal.” OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo no processo civil: Proposta de um formalismo-valorativo**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 15.

101 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 28-29.

O formalismo, ou forma em sentido amplo, não se confunde com a forma do ato processual individualmente considerado. Diz respeito à totalidade formal do processo, compreendendo não só a forma, ou as formalidades, mas especialmente a delimitação dos poderes, faculdades e deveres dos sujeitos processuais, coordenação de sua atividade, ordenação do procedimento e organização do processo, com vistas a que sejam atingidas suas finalidades primordiais. A forma em sentido amplo investe-se, assim, da tarefa de indicar as fronteiras para o começo e o fim do processo, circunscrever o material a ser formado, e estabelecer dentro de quais limites devem cooperar e agir as pessoas atuantes no processo para o seu desenvolvimento.¹⁰²

No entanto, o formalismo não tem apenas o papel de ordenar o processo, sua função também atua na perspectiva de garantir a liberdade das partes contra o arbítrio dos órgãos que exercem o poder do Estado, e na igualação formal dos sujeitos processuais, evitando possíveis excessos de uma parte sobre a outra. Esse fenômeno tem duas facetas: uma no *plano normativo*, visando equilibrar a distribuição de poderes entre as partes, para que o contraditório não se torne um conceito vazio; e a outra no *plano do fato*, no qual o desenvolvimento concreto do procedimento reclama o exercício de poderes do sujeito, de modo que sempre fique garantido o exercício de poderes do outro¹⁰³. O justo equilíbrio objetiva atribuir às partes, de maneira equitativa, “poderes faculdades e deveres, de modo que não seja idealmente diversa sua possível influência no desenvolvimento do procedimento e na atividade cognitiva do juiz, faceta assaz importante da própria garantia fundamental do contraditório.”¹⁰⁴

Esclarecido o conceito de formalismo para o formalismo-valorativo, cumpre estabelecer sua localização no quadro metodológico do direito processual civil. O formalismo-valorativo insere-se na experiência jurídica contemporânea do direito processual civil que pode ser singularizada por três notas¹⁰⁵: o pertencimento do direito à cultura, sujeito a fluxos e contrafluxos da vida social;

102 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o Formalismo excessivo. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/ppgd/doutrina/CAO_O_Formalismo-valorativo_no_confronto_com_o_Formalismo_excessivo_290808.htm. Acesso em: 18 nov. 2011.

103 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 29-30.

104 Ibidem, p. 30.

105 MITIDIERO, Daniel. **Elementos para uma Teoria Contemporânea do Processo Civil Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 11.

a constitucionalização de normas essenciais ao processo; e a consciência de que o processo deve reagir ao direito material, instrumentalizando-o a contento para superar a vazia autonomia imposta ao processo pelo direito moderno.

Em relação às principais fases históricas do direito processual civil, optou-se por apresentá-las em três modelos processuais, sendo o quarto, o formalismo-valorativo, escolhido como modelo representativo da superação dialética dos momentos anteriores. O primeiro modelo apresentado é o praxismo, que corresponde à chamada pré-história do direito processual. Segue-se o processualismo, época do cientificismo operante em que se promoveu uma escalada do processo civil a uma ciência independente do direito material. O instrumentalismo é o terceiro modelo, e procura dar uma resposta ao excessivo grau de abstração que o processo se enredou. Para tanto, tenta aproximá-lo do direito material sob a perspectiva de um instrumento para a realização da justiça social. O último modelo ficou reservado ao formalismo-valorativo com a proposta de uma visão processual mais conformada a realidade contemporânea.

O praxismo corresponde à pré-história do direito processual civil. Nessa época o processo era aludido como “*procedura*” e não como “*diritto processual civile*”¹⁰⁶, mesmo porque, até a segunda metade do século XIX é impróprio cogitar a existência de um direito processo civil como hoje conhecido, pois não havia regulação estatal. Entre 1250 e 1667 o processo era tratado como algo eminentemente prático, a aplicação judicial baseava-se na lógica da argumentação de Aristóteles e exigia uma ordem simétrica e isonômica entre juiz e partes. O que interessava era o *iudicium* e não o processo.¹⁰⁷

Vale dizer: processo como *iudicium* e não ainda como *processus*. Ensartam-se nesse endereço o processo civil romano, em qualquer de seus três períodos (*legis actiones*, *per formulas* e *cognitio extra ordinem*), o processo civil comum (à evidência, aí retratados, em maior ou menor escala, igualmente os seus próprios elementos formativos: o romano, o canônico e o germânico bárbaro).¹⁰⁸

106 MITIDIERO, Daniel. **Bases para a formação...**, p. 18.

107 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 19.

108 MITIDIERO, Daniel. **Elementos...**, p. 17.

É a metodologia sincrética que informa o praxismo, caracterizando o direito processual como direito adjetivo, ou seja, sua existência só é garantida quando ligada ao direito substantivo. Sem autonomia, o direito processual representa apenas um apêndice do direito material. Nesse modelo, o processo se confunde com o mero procedimento, no qual sua definição se dava como uma mera sucessão de atos. “A *jurisdição* tinha por função a realização de *direitos subjetivos*, com nítido matiz *privatista*. A *ação* era confundida com a *actio*, compreendida como *inflamação* do próprio direito subjetivo quando violado” ¹⁰⁹. Nada se dizia sobre uma relação jurídica processual entre os sujeitos, até porque, o conhecimento era empírico, sem se fundar em princípios e conceitos abstratos.

A sucessão do praxismo se dá por meio do processualismo, movimento cultural próprio da modernidade. Nessa fase há uma separação entre processo e direito material. A metodologia confere autonomia científica ao direito processual civil com um evidente predomínio da técnica e da construção dogmática abstrata de seus institutos. A processualística lança-se a elaboração de uma nova ciência, contanto com representantes como WACH, na Alemanha e CHIOVENDA e CARNELUTTI na Itália ¹¹⁰.

As grandes linhas do direito processual civil enquanto disciplina autônoma foram traçados no processualismo, também por isso normalmente chamado de período “conceitualista” e “autonomista”. As discussões inerentes à “ação”, verdadeiro pólo metodológico da nova ciência, e à caracterização de inúmeros outros institutos do processo civil (atos processuais, litispendência, eficácia de sentença, coisa julgada *et coetera*) dominou a atenção dos processualistas, crenes de que estavam a praticar uma ciência pura, de toda infensa a valores – uma ciência, enfim, eminentemente técnica (o nosso Código de Processo Civil, a propósito, é fruto eloquente dessa postura científica).¹¹¹

Nesse raciocínio, o processualismo resulta numa ciência com compromisso de neutralidade axiológica, atemporal e infensa à história. Há um desligamento do pertencimento do processo a cultura. O direito processual civil

109 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 18-19.

110 Ibidem, p. 19.

111 MITIDIERO, Daniel. **Bases para formação...**, p. 21.

passa ser teorizado a partir do modelo epistemológico das ciências exatas, que reflete num descolamento dos institutos processuais da realidade social. A consequência é o comprometimento da finalidade central do processo – a realização do direito material com justiça.

Em resposta a essa nova realidade, a teoria do direito processual civil caminhou para o entendimento de que o processo deve ser encarado como um instrumento de realização social. Nessa base se constrói a perspectiva do instrumentalismo¹¹² processual, que pretende trabalhar de forma conjugada com os ganhos da dogmática jurídica e o necessário olhar para a realidade social e política. Há uma relativização do binômio direito material e processo, tornando o processo mais aderente ao direito material.

A ação judicial perde sua centralidade na teoria do processo. Em substituição, a jurisdição é posta como pólo central da metodologia do direito processual civil, pois se constitui como manifestação do poder estatal exercido pelos juízes para a realização dos fins do Estado Social. Portanto, rompe-se a visão interna do processo para encará-lo como instrumento de realização da paz social e educação para o povo, como um espaço de afirmação da autoridade do estado, e como forma de participação dos atores sociais na missão de concretizar a vontade do direito.¹¹³ Nesse ponto, cumpre ressaltar que o instrumentalismo toma o direito constitucional para elaboração doutrinária, mas seu lugar é reservado como elemento de salvaguarda do cidadão contra o arbítrio estatal.

São inegáveis as contribuições trazidas pelo instrumentalismo ao direito processual civil. No entanto, o desenvolvimento cultural do processo civil brasileiro e os influxos recebidos de outros campos do direito, especialmente do direito constitucional, permitem apontar algumas insuficiências dessa teoria. A primeira insuficiência é a inadequação de conceder um papel meramente declaratório à jurisdição. Isso desconsidera o papel participativo do juiz e das partes no processo, pois “a jurisdição, longe de apenas declarar o direito, opera

112 Cândido Rangel Dinamarco é, no entendimento da doutrina jurídica, o maior representante no Brasil da teoria instrumentalista do processo.

113 MITIDIERO, Daniel. **Bases para...**, p. 23.

verdadeira reconstrução da ordem jurídica mediante o processo, tendo por matéria-prima as afirmações de seus participantes a respeito da situação litigiosa.”¹¹⁴ Ou seja, colocar a jurisdição como centro da teoria do processo ignora a dimensão essencialmente participativa e democrática do processo. A segunda insuficiência é olhar a relação do direito processual civil com a Constituição apenas a partir das garantias constitucionais do processo. Com o advento das demandas sociais, políticas e culturais da contemporaneidade é necessário pensar o processo civil a partir do filtro constitucional inscrito na efetivação dos direitos fundamentais.

Nessa conjuntura, desponta a nova fase metodológica de compreensão do processo civil – o formalismo-valorativo, que coloca no centro da teoria do processo – o processo. Há um destaque para seu modelo cooperativo, no qual as partes envolvidas têm garantida, de maneira incontestada, uma participação paritária no processo que fornece subsídios para a instauração de um debate jurídico leal. Ademais, o formalismo-valorativo visa equacionar de maneira adequada as relações entre processo e Constituição. Nesses termos, o valorativo do processo é formado a partir dos valores constitucionais da justiça, da igualdade, da participação, da efetividade e da segurança que resultam numa base axiológica da qual ressaem os princípios, as regras e o postulado para elaboração dogmática, organização, interpretação e aplicação do processo.

Nessa perspectiva, o processo é visto, para além da técnica, como fenômeno cultural, produto do homem e não da natureza. Nele os valores constitucionais, principalmente o da efetividade e o da segurança, dão lugar a direitos fundamentais, com características de normas principais. A técnica passa a segundo plano, consistindo em mero meio para agir o valor. O fim último do processo já não é mais apenas a realização do direito material, mas a concretização da justiça material, segundo as peculiaridades do caso. A lógica é argumentativa, problemática, da racionalidade prática. O juiz, mais do que ativo, deve ser cooperativo, como exigido por um modelo de democracia participativa e a nova lógica que informa a discussão judicial, idéias essas inseridas em um novo conceito, o de cidadania processual.¹¹⁵

114 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 21.

115 Ibidem, p. 23.

2. Bases constitucionais do processo civil contemporâneo

A relação entre direito processual civil e direito constitucional ganha nova abordagem na contemporaneidade. A crítica ao positivismo jurídico e a pretensão de se estabelecerem novas bases para uma teoria do direito culminou na emergência de um novo paradigma – o neoconstitucionalismo¹¹⁶. O contexto histórico que ensejou seu surgimento foi o segundo pós-guerra da Europa Ocidental, reproduzindo posteriormente, nuances próprias nos países latino-americanos.

Entre os principais fenômenos inscritos no paradigma neoconstitucionalista há um destaque para os seguintes: (i) reconhecimento da força normativa dos princípios jurídicos com sua valorização no processo de aplicação do direito; (ii) rejeição do raciocínio formalista para o recurso a métodos mais abertos de raciocínio jurídico como a ponderação, a tópica jurídica e as teorias da argumentação; (iii) constitucionalização do direito, com a irradiação de suas normas e valores, em especial os relacionados aos direitos fundamentais, a todos os ramos do ordenamento jurídico; (iv) reaproximação entre direito e moral; e (v) um significativo deslocamento de poder da esfera do Poder Legislativo e do Poder Executivo para o Poder Judiciário.¹¹⁷

As teorias neoconstitucionalistas buscam construir novas grades teóricas (...) em substituição àquelas do positivismo tradicional, consideradas incompatíveis com a nova realidade. Assim, por exemplo, ao invés da insistência na subsunção e no silogismo do positivismo formalista, ou no mero reconhecimento da discricionariedade política do interprete nos casos difíceis, na linha do positivismo mais moderno de Kelsen e Hart, o

116 “A palavra “neoconstitucionalismo” não é empregada no debate constitucional norte-americano, nem tampouco é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Corbonell, e publicada na Espanha em 2003.” SARMENTO, Daniel. **O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades**. In: SARMENTO, Daniel. (coord.) Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 114.

117 SARMENTO, Daniel. **O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades**. In: SARMENTO, Daniel. (coord.) Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 113.

neoconstitucionalismo se dedica à discussão de métodos ou de teorias da argumentação que o permitam a procura racional e intersubjetivamente controlável da melhor resposta para os “casos difíceis” do Direito. Há, portanto, uma valorização da razão prática no âmbito jurídico.¹¹⁸

Nesse raciocínio, a constitucionalização do direito consiste numa associação ao efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiomático se irradia, com força normativa, para todo o sistema jurídico¹¹⁹, promovendo uma aproximação entre constitucionalismo e democracia. Essa aproximação produz uma nova formação política, atendendo pelos diversos nomes de Estado democrático de direito, de Estado constitucional de direito e de Estado constitucional democrático.

Especificamente sobre a realidade brasileira, a Constituição de 1988 se tornou mais substantiva, incorporando um amplo elenco de direitos e garantias fundamentais. O direito processual civil pátrio acompanhou a constitucionalização, passando a ser encarado sob a perspectiva da eficácia dos direitos fundamentais, traduzidos em princípios norteadores para validação da interpretação das normas processuais e para definição do conceito de processo.

O relacionamento entre direito processual civil e o direito constitucional, de seu turno, também evoluiu sensivelmente. Para além da tutela constitucional do processo (constitucionalização das normas jurídicas fundamentais de processo) e da jurisdição constitucional, importa observar a incorporação, no âmbito do direito processual civil, do modo-de-pensar constitucional, com inequívoco destaque para o incremento teórico propiciado pela nova teoria das normas e para o processo civil encarado na perspectiva dos direitos fundamentais. Com efeito, enquanto a primeira constitucionalização do processo teve por desiderato incorporar normas processuais na Constituição, a segunda, própria de nosso tempo, visa a atualizar o discurso processual civil com normas tipo-princípios e tipo-postulados, além de empregar, como uma constante, a eficácia dos direitos fundamentais para solução dos mais variados problemas de ordem processual.¹²⁰

118 Ibidem, p. 119.

119 BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional do Brasil)**. In: SOUZA NETO, C. P. de; SARMENTO, Daniel (coords.). *A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 217

120 MITIDIERO, Daniel. **Bases para...**, p. 28.

Na perspectiva da constitucionalização do direito processual civil, com a atualização do discurso processual para uma crítica da dogmática jurídica – que pretende um modelo de aplicação da norma enredado na abstração dos silogismos, o formalismo-valorativo, enquanto conjunto teórico que pensa o processo civil, não se confunde com a técnica – neutra às questões axiológicas. O direito e o processo são tomados como fenômenos culturais e rejeitam uma visão totalizante do fenômeno jurídico que só enxerga a norma ou o fato. É de reconhecimento desse novo paradigma que “o mundo jurídico lida com valores, e o efeito (jurídico) da norma não é nem o simples valor nem o simples fato, mas o valor atribuído ao fato, conforme o enquadramento realizado pela norma”¹²¹. No entanto, cumpre ressaltar que os valores aqui referidos não pertencem a um plano metafísico da moralidade pura, mas se constroem no mundo prático da experiência cotidiana, sendo traduzidos para normas jurídicas e princípios constitucionais por meio de um processo legislativo legítimo fundamentado democraticamente.

Se o processo não é mais entendido como mera técnica, o caráter formal de sua estrutura depende dos valores adotados, visto que, “não se trata de simples adaptação técnica do instrumento processual a um objetivo determinado, mas especialmente de uma escolha de natureza política”¹²². Assim, a questão axiológica, traduzida pelo processo legislativo em princípios constitucionais e direitos fundamentais, precipita na própria configuração interna do processo, confirmando sua natureza pública de pacificação social e realização de justiça.

Por consequência, mesmo as normas aparentemente reguladoras do modo de ser do procedimento não resultam apenas de considerações de ordem prática, constituindo no fundamental expressão das concepções sociais, éticas, econômicas, políticas, ideológicas e jurídicas, subjacentes a determinada sociedade e a ela características, e inclusive de utopias. Ademais o seu emprego pode consistir em estratégias de poder, direcionadas para tal ou qual finalidade governamental. Daí a ideia, substancialmente correta, de que o direito processual é o direito constitucional aplicado, a significar essencialmente que o processo não se esgota dentro dos quadros de uma mera realização do direito material, constituindo, sim, mais amplamente,a

121 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 93.

122 Ibidem, p. 94.

ferramenta de natureza pública indispensável para a realização de justiça e pacificação social.¹²³

Portanto, o estatuto básico processual forma-se nos princípios entendidos como direitos fundamentais, refletindo fortemente na organização e eficiência do processo¹²⁴. Há, portanto, uma relação de interdependência entre direitos fundamentais e processo. Pois, ao passo que os direitos fundamentais balizam a constituição do processo, o processo é meio de efetivação desses direitos fundamentais. Nesse sentido, o formalismo-valorativo entende como direito fundamental essencial – a participação, que é qualificado substancialmente como condição de desenvolvimento para um processo justo.

Do direito fundamental a participação se extrai a base constitucional para o princípio da colaboração¹²⁵, em que as partes, o órgão judicial, e igualmente “todos aqueles que participam do processo (serventuários, peritos, assistentes técnicos, testemunhas etc.), devem nele intervir desde a sua instauração até o último ato, agindo e interagindo entre si com boa-fé e lealdade”¹²⁶. Nessa perspectiva, a participação no processo e pelo processo não pode ser mais vista como um mero instrumento funcional de democratização ou realização do direito material, mas sim, como uma dimensão intrinsecamente complementadora e integradora da democracia e da realização do direito legítimo. O processo passa a ser, então, o meio de formação do próprio direito, garantindo a produção de decisões justas, equacionadas no binômio legalidade-efetividade.

123 Ibidem, p. 96.

124 Ibidem, p. 287.

125 “Para o Tribunal Constitucional espanhol, o dever judicial de promover e colaborar na realização da efetividade da tutela jurisdicional não é de caráter moral, mas um dever jurídico constitucional, pois os juízes e tribunais têm a “(...) obrigação de proteção eficaz do direito fundamental (...)”. O cumprimento desse mandato constitucional de proteger o direito fundamental à tutela judicial efetiva, a que têm direito todas as pessoas, há de ser para os juízes e tribunais norte de sua atividade jurisdicional. Por isso, O Tribunal Constitucional fala da necessária colaboração dos órgãos judiciais com as partes na materialização da tutela e também no dever específico de garantir a tutela, dever que impede os órgãos jurisdicionais de adotarem uma atitude passiva nesta matéria.” OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Processo Civil na Perspectiva dos Direitos Fundamentais**. In:

[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira\(6\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira(6)%20-%20formatado.pdf). Acesso: 18 nov. 2011.

126 Idem.

2.1. O processo como procedimento em contraditório

Passado em análise os pressupostos gerais do processo e sua interrelação com o sistema jurídico constitucional, a concentração dos estudos recai agora sobre o aspecto interno do processo. O processualismo coloca a relação jurídica processual como elemento central do processo. A ideia de que o processo é uma relação jurídica em que há um “vínculo jurídico que une e constrange autor-Estado-réu, veio de Hegel e é trabalhada de maneira seminal por Oskar Büllow”¹²⁷. Seu pressuposto metodológico é a autonomia do direito processual e como consequência, o processo cria requisitos de existência e de desenvolvimento próprios que não permitem confundí-lo ou misturá-lo com a relação jurídica material.

A relação jurídica é um instituto com berço na doutrina do direito material, BÜLLOW¹²⁸ toma-a como forma de empréstimo e a transfere para o campo do direito processual civil, que resulta numa determinada anacronia. Isso porque, a importação de um conceito já trabalhado e amadurecido pelo direito material, que tem suas especificidades, não possibilitou ao direito processual civil elaborar categorias próprias para dar conta de seus fenômenos típicos. Assim, a teoria da relação jurídica como centralidade do processo cria, logo de início, um problema de dependência teórica aos conceitos do direito material – notadamente de viés privado.

Por isso, as críticas não tardaram em apontar a inadequação teórica de considerar o processo, sob seu aspecto interno, como uma relação jurídica. Antes de apontar os problemas sugeridos, é necessário ressaltar que no Brasil a teoria da relação jurídica processual tem peso dominante na doutrina. Mas, mesmo aqueles que a adotam reconhecem sua insuficiência para a compreensão do processo civil contemporâneo. A última tentativa de adequar o conceito de

127 MITIDIERO, Daniel. **Elementos para uma Teoria Contemporânea do Processo Civil Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 139.

128 Ibidem, p. 140.

relação processual à contemporaneidade vem de Candido Rangel Dinamarco e de Luiz Guilherme Marinoni. Nessa linha, o processo seria uma relação jurídica em contraditório, somando a perspectiva jurídica realçada pela doutrina (o processo pelo ângulo interno, é uma relação jurídica) a perspectiva política (ângulo externo de apreciação do processo, onde o contraditório é uma garantia democrática de participação dos sujeitos na formação da decisão judicial, que polariza o procedimento).¹²⁹

A primeira crítica apresentada é a ausência de adequação do conceito de relação jurídica, eminentemente estático, à ideia de processo que tem como elementos intrínsecos a dinamicidade e a temporalidade dos atos que desenvolvem o procedimento. Outro problema é sua inadequação ideológica. O conceito de relação jurídica é herdeiro das concepções da pandectística, a qual pretende elaborar uma ciência pura despida de valores axiológicos. É na abstração do conceito – relação jurídica – que reside a perversidade, pois sua aparente neutralidade serve de veículo a qualquer tipo de intenção política.

Há, pois, pouca precisão ideológica no conceito de relação jurídica processual, o que sujeita o direito processual civil aos sabores dos detentores do poder, deixando-o pouco comprometido com o sentido participativo e paritário que hoje se reconhece às instituições democráticas.¹³⁰

Para livrar-se dessas incongruências o processo precisa ser olhado pela perspectiva ampla de seu fenômeno, podendo assim, sentar bases coesas para sua definição interna. Essa perspectiva encontra guarida na concepção teórica que define o processo como procedimento em contraditório¹³¹, pensada por Elio Fazzalari e adotada por Nicola Picardi, reverberando na doutrina brasileira por

129 MITIDIERO, Daniel. **Elementos para...**, p. 144.

130 Ibidem, p. 143.

131 “Essa perspectiva, de início, responde ao problema da inadequação metodológica de se pensar o processo a partir de uma categoria concebida para o direito material, já que toma como ponto inicial de reflexão a ideia do procedimento, que, afinal, é mesmo da essência do processo, que é sempre um avançar, um caminhar em direção a um fim, como observa Ovídio Araújo Baptista da Silva. Logo em seguida, igualmente responde ao problema do constante fluxo em que se especializa o processo, porquanto a dinamicidade é inerente ao conceito de procedimento, que é uma categoria que se protraí no tempo, que nele se desenvolve, cujo perfil é necessariamente temporal.” MITIDIERO, Daniel. **Elementos para...**, p. 144-145.

Carlos Alberto Alvaro de Oliveira e Hermes Zaneti Junior¹³². Nessa perspectiva, o processo é uma espécie do gênero procedimento que se desenvolve em contraditório, numa estrutura dialética, possibilitando a participação concreta e efetiva das partes no manejo do poder estatal.

O procedimento é definido como a espinha dorsal do formalismo-valorativo, que, por não se tratar de uma estrutura funcional ausente de valores se conecta a um contraditório paritário que tem por objetivo ordenar os atos procedimentais e distribuir poderes entre as partes, regulando a atividade do órgão judicial e dos sujeitos processuais. Assim, a intervenção dos interessados no processo deve ser garantida por um procedimento que distribua de maneira equitativa os poderes, as faculdades e o ônus das partes com efetiva correspondência às posições contrapostas. Em suma, o desenvolvimento do processo é conformado pela participação dos interessados no *iter* de formação do provimento judicial, e essa participação deve ocorrer da forma mais paritária possível¹³³.

Mas, se o procedimento é importante e até essencial para a conformação do processo, não se trata, claro está, de encará-lo como simples diretiva para a ordem e a sucessão dos atos processuais, ou tomá-los tão somente como modelo de realização do processo, com o que só se atentaria ao mero aspecto exterior do fenômeno processual. Certamente o conceito de “procedimento” implica a noção de uma sequência legal de atos a ser observada pelo juiz e pelas partes, mas não só isso. Já há mais de um século intuía-se que o processo não estabelece tão somente um *procedere*, senão que determina também as faculdades e deveres das partes e do tribunal, em mútua e recíproca relação. E a tese, sabidamente, além de ter dado o passo decisivo para a autonomia do direito processual, ao isolar a relação material da processual, implicou igualmente postura metodológica renovadora, abrindo caminho para passar-se a visualizar o fenômeno processual não mais dentro dos acanhados limites do mero procedimentalismo, mas sim na perspectiva da atividade, poderes e faculdades do órgão judicial e das partes.¹³⁴

O processo como procedimento em contraditório, outorga especial destaque ao princípio do contraditório. O contraditório é escolhido como valor

132 Ibidem, p. 144

133 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 158.

134 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 155-156.

impresso internamente ao processo, por sua própria reflexão aos princípios constitucionais e ideais democráticos. Portanto, o processo como um procedimento em contraditório se adéqua aos fins do Estado Constitucional, reclamando para sua estruturação um debate leal entre todos os interessados.

Deve-se atentar para perspectiva de que o processo não é um monólogo, mas sim, “um diálogo, uma conversação, uma troca de propostas, de respostas, de réplicas; um intercâmbio de ações e reações, de estímulos e impulsos contrários, de ataques e contra-ataques”¹³⁵. O contraditório assume uma dupla função: a de garantir a igualdade entre as partes e a de possibilitar a realização da justiça. Portanto, o processo é um procedimento dialético, e incumbe ao órgão judicial a tarefa de garantir, de forma efetiva, a atividade e participação igualitária das partes no processo.

De todo o exposto, o processo só pode ser encarado, a partir da perspectiva do formalismo-valorativo, como um procedimento em contraditório, jungindo valores constitucionais devidamente demarcados pelas garantias processuais mínimas que configuram o devido processo legal processual (art. 5º, LVI). Visa à produção do justo, sua indelével e irrenunciável vocação constitucional, com que também no domínio do processo e através dele se estará a construir uma sociedade mais livre, justa e solidária (art. 3º, I, CRFB), fundada na cidadania e na dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, CRFB).¹³⁶

O Estado Constitucional revela sua face democrática ao fundar o direito processual civil no valor participação – traduzido normativamente como princípio do contraditório. Do valor participação, decorre a base constitucional para a colaboração no processo¹³⁷, que tem como condição de possibilidade o diálogo. O monólogo judiciário, inscrito na centralidade da jurisdição, dá lugar a formalização do diálogo, no qual as partes participam argumentativamente na construção das decisões judiciais. Portanto, o processo deve ser estruturado a partir de uma proposta de debate leal entre todas as pessoas que nele tomem parte.

135 OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo...**, p. 158.

136 Idem.

137 MITIDIERO, Daniel. **Bases para...**, p. 55.

Exatamente em face (da) realidade, cada vez mais presente na rica e conturbada sociedade de nossos tempos, em permanente mudança, ostenta-se inadequada a investigação solitária do órgão judicial. Ainda mais que o monólogo apouca necessariamente a perspectiva do observador e em contrapartida o diálogo, recomendado pelo método dialético, amplia o quadro de análise, constrange à comparação, atenua o perigo de opiniões preconcebidas e favorece a formação de um juízo mais aberto e ponderado. A faculdade concedida aos litigantes de pronunciar-se e intervir ativamente no processo impede, outrossim, sujeitem-se passivamente à definição jurídica ou fática da causa efetuada pelo órgão judicial. E exclui, por outro lado, o tratamento da parte como simples "objeto" de pronunciamento judicial, garantindo o seu direito de atuar de modo crítico e construtivo sobre o andamento do processo e seu resultado, desenvolvendo antes da decisão a defesa das suas razões. A matéria vincula-se ao próprio respeito à dignidade humana e aos valores intrínsecos da democracia, adquirindo sua melhor expressão e referencial, no âmbito processual, no princípio do contraditório, compreendido de maneira renovada, e cuja efetividade não significa apenas debate das questões entre as partes, mas concreto exercício do direito de defesa para fins de formação do convencimento do juiz, atuando, assim, como anteparo à lacunosidade ou insuficiência da sua cognição.¹³⁸

Nesse raciocínio, o princípio do contraditório vincula-se ao valor constitucional da democracia, pois garante não apenas um debate retórico de questões, mas sim, uma realização discursiva, na qual as partes podem argumentar de modo crítico e construtivo sobre o processo e seu resultado. Dessa maneira, para que haja uma justa solução no caso concreto, o convencimento do juiz deve resultar da conformação da participação efetiva e dialogada das partes no processo. Ou seja, a sentença final somente será legítima quando resultar do trabalho conjunto de todos os envolvidos. Uma decisão que não se fundamente no diálogo efetivo entre as partes fere a natureza cooperativa do processo.

138 OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Poderes do Juiz e Visão Cooperativa do Processo** I. Disponível em: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf). Acesso em: 18 nov. 2011.

3. Processo como discurso: princípio democrático habermasiano em perspectiva

Essa parte da pesquisa tem o trabalho de fundar logicamente a legitimidade do processo a partir da perspectiva do princípio democrático habermasiano. HABERMAS não se ocupa com o olhar intraprocessual, empreitada aqui desempenhada pelo formalismo-valorativo, o eixo central de sua análise sobre o direito concentra-se nos discursos de fundamentação da legitimidade jurídica. No que respeita os discursos de aplicação das normas há uma limitação em interrelacioná-los com os discursos de fundamentação:

Em discursos de aplicação, as perspectivas particulares dos participantes têm que manter, simultaneamente, o contato com a estrutura geral de perspectivas que, durante os discursos de fundamentação, esteve atrás das normas supostas como válidas. Por isso, as interpretações de casos singulares, que são feitas à luz de um sistema coerente de normas, dependem da forma comunicativa de um discurso constituído de tal maneira, do ponto de vista social-ontológico, que as perspectivas dos participantes e as perspectivas dos parceiros do direito, representadas através de um juiz imparcial, podem ser convertidas umas nas outras. Essa circunstância explica também por que o conceito de coerência, utilizado para interpretações construtivas, é alheio a caracterizações semânticas, apontando para pressupostos pragmáticos da argumentação.¹³⁹

HABERMAS entende os discursos de aplicação e a ação julgadora dos juízes como um momento controlado pelos discursos de fundamentação. A partir dessa ideia não é possível uma aplicação arbitrária do direito, posto que a legitimidade das normas, inscrita no princípio democrático, torna-se baliza inarredável para a justiça no caso concreto. Portanto, será considerada ilegítima a decisão judicial pautada em autoridades arbitrárias e perspectivas unilaterais, pois desconsidera os discursos democraticamente legitimados de fundamentação.

É de conhecimento comum que a aplicação do direito não se dá de qualquer maneira. O sistema jurídico tem um mecanismo próprio para o desenvolvimento ordenado, previsível e limitado das pretensões jurídicas - o

¹³⁹ HABERMAS, Jürgen. **Direito e...**, p. 284-285.

processo. Como já analisado, o processo não é uma estrutura vazia e neutra, mas sim, um produto cultural resultante da conformação de inúmeros valores.

Esses valores, no entanto, não são o espelho de uma realidade metafísica, ou uma referência a moralidade pura. Tratam-se, de diversas concepções de mundo compartilhadas por indivíduos de uma sociedade concreta, que é integrada socialmente a partir de um processo legislativo legítimo capaz de traduzir esse conjunto axiológico nos termos de normas jurídicas expressas em direitos fundamentais e princípios constitucionais.

O processo civil contemporâneo, em especial a vertente teórica do formalismo-valorativo, toma como elemento constitutivo da sistemática processual, o vínculo de interdependência entre processo e Constituição. Dessa forma, o olhar sobre o processo e seu desenvolvimento no mundo prático deve ser iluminado pela perspectiva constante dos direitos fundamentais e princípios constitucionais.

Para desenvolver tal perspectiva, a relação jurídica processual como centralidade do processo dá lugar ao procedimento em contraditório. Essa ideia traz consigo a percepção da dinamicidade ínsita ao processo, e também da necessidade de se propiciar as partes concernidas um poder paritário de participação. Percebe-se aí, que o contraditório é o princípio basilar da formação processual, dando especial destaque ao valor participação.

Nesse ponto, cumpre resgatar alguns aspectos da teoria discursiva do direito habermasiana para dar continuidade ao entendimento que se pretende dar à legitimidade processual. HABERMAS problematiza o direito por meio da tensão estrutural entre facticidade, coerção externa para o cumprimento das normas (legalidade), e validade, força integrante de convicções (legitimidade). Em sociedades tradicionais a legitimidade do direito era fundada em valores místicos e metafísicos. Com o advento da modernidade, e conseqüente plurificação das concepções de vida somada à racionalização do mundo, não é mais possível ao direito fundamentar sua legitimidade no direito natural ou em valores metassociais. Portanto, HABERMAS concede ao processo legislativo legítimo o papel de legitimação das normas jurídicas.

O processo legislativo legítimo é entendido como um momento em que os indivíduos exercem sua autonomia política. Esta autonomia política é resultado da relação co-originária que se tem entre direitos humanos e soberania popular – direitos subjetivos e direitos políticos. Ou seja, é a partir de um conjunto de direitos subjetivos, que garantem a liberdade individual da ação, e de direitos políticos, que garantem o *status* de membro de uma comunidade, que se tem a forma jurídica necessária para a institucionalização do princípio democrático.

O princípio democrático é o resultado da soma entre o princípio do discurso e a forma jurídica. Dessa maneira, um processo legislativo legítimo consiste numa ação discursiva isenta de coação onde os indivíduos podem exercer sua autonomia política por meio da argumentação orientada para o entendimento, visando um consenso racionalmente válido. É nesse contexto que os indivíduos se tornam sujeitos de autolegislação. Vale dizer, a produção de normas jurídicas legítimas só é possível quando desenvolvida sob condições que garantam aos sujeitos a possibilidade se verem como destinatários das normas jurídicas e também seus autores. Logo, os direitos de participação e de comunicação são constitutivos para um processo legislativo legítimo.

A forma jurídica pressuposta pelo princípio democrático foi acima pontuada. Trata-se de um núcleo de sistema de direitos pressupostos mutuamente que garantem a relação co-originária entre autonomia privada e autonomia pública – direitos humanos e soberania popular – que resulta na autonomia política. É necessário, portanto, recuperar alguns aspectos do princípio do discurso, posto que, é categoria central para a aferição da legitimidade do direito. HABERMAS apresenta o discurso como uma forma desbloqueada de comunicação, livre de violência e coação, que garante a reprodução de uma forma de vida emancipada.

O conceito de discurso é compreendido como uma discussão ou um debate baseado em argumentos, onde a validade de proposições normativas é problematizada. Essa discussão consiste em regras compartilhadas que asseguram o consenso válido ao final do procedimento de argumentação. A

primeira regra é o princípio (D), conforme o qual todo sujeito capaz de falar e de agir pode participar do debate argumentativo, e a segunda regra é o princípio de universalização (U), que reconhece como válida a norma assentida por todos os concernidos. São essas duas regras que formam os pressupostos da Ética do Discurso que garante uma comunicação particularmente imunizada contra a repressão e a desigualdade, desbloqueada aos impedimentos externos e internos da comunicação.

Assim, a comunicação interna do direito, viabilizada pelo processo, por ser fruto de um discurso de fundamentação legitimado a partir do princípio democrático, deve também garantir uma comunicação processual interna livre de coerções e violência. O processo só se forma legitimamente enquanto participativo. O pressuposto necessário para essa formação é a estruturação de mecanismos que garantam a instituição de um debate leal entre as partes, que é subsidiado pelo princípio do contraditório. Neste sentido, o debate judicial se estrutura dialogicamente, com especial ênfase ao caráter dialético. Tal perspectiva abre caminho para que as partes envolvidas no processo e o órgão judicial assumam uma postura colaborativa. Desta forma, estabelecem-se condições que evita a prevalência de arbitrariedades, uma vez que os fatos e os argumentos concernidos no desenvolvimento do processo são passíveis de contestação dialogada. Ao cabo, a decisão judicial, enquanto discurso de aplicação se forma legítima, pois resulta da conformação da participação argumentativa isenta de coerção e violência de todas as partes envolvidas no processo.

Em última instância, o discurso jurídico interno, viabilizado pelo processo é uma ação comunicativa orientada ao entendimento que visa a emancipação social pelo próprio caráter de integração social do direito, adquirido por meio de um processo legislativo democrático em que todos os sujeitos envolvidos são os destinatários das normas jurídicas e também seus autores.

CAPÍTULO 03

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E DEFENSORIA PÚBLICA

1. Histórico legislativo da assistência jurídica no Brasil

O direito entendido como sistema jurídico deve garantir normativamente o acesso à prestação jurisdicional para satisfação das pretensões jurídicas dos cidadãos. No entanto, sua universalização encontra limitações materiais aos carentes de recursos financeiros. Dessa forma, a condição de desigualdade material entre os indivíduos obsta o irrestrito direito de acesso ao Poder Judiciário. Como critério corretivo, o Poder Legislativo estabelece normas que visam equilibrar essa desigualdade material, concedendo benefícios como a isenção das taxas e das custas processuais e a prestação pública de orientação jurídica, que é um conjunto de benefícios normativos denominado de assistência jurídica.

No Brasil, a partir da colação histórica da legislação sobre a assistência jurídica, é possível perceber as diversas formas assumidas pelo instituto, inclusive, sob a perspectiva evolucionista. As primeiras legislações, ainda na época do Brasil colônia, apontam uma preocupação com os pobres, no entanto, se limitavam a isentá-los de algumas taxas processuais. Os primeiros auxílios ao patrocínio gratuito das causas judiciais por advogados foram de iniciativa do Instituto dos Advogados do Brasil, que era prestado como um dever moral, representando verdadeira caridade.

Essa conjuntura começa a mudar com a Constituição de 1934, que inclui a assistência judiciária no rol das garantias e dos direitos fundamentais. Esse direito passa a ter um caráter duplo, pois concedia a isenção dos valores devidos à prestação jurisdicional, e previa constitucionalmente a criação de órgãos públicos específicos para prestação gratuita de serviços jurídicos em todas as unidades da federação. No entanto, mesmo diante da constitucionalização do direito a assistência judiciária, passou-se um longo período de inefetividade, pois os poucos órgãos públicos criados contavam com uma estrutura precária e um

quadro reduzido de funcionários limitando significativamente o alcance de sua atuação.

A ruptura com essa realidade se dá com a Constituição de 1988, que institui a Defensoria Pública como órgão obrigatório e responsável a prestação da assistência jurídica integral e gratuita. O constituinte deu assento a Defensoria Pública como uma função essencial à justiça, colocando-a ao lado do Ministério Público e da Advocacia. Nessa perspectiva, a “Defensoria não recebeu apenas a missão de defender os necessitados em todos os graus de jurisdição, como também orientar essa mesma população nos seus problemas jurídicos, mesmo que não estejam vertidos em uma causa deduzida em juízo.”¹⁴⁰

Antes de entrar no histórico legislativo da assistência jurídica no Brasil, cumpre esclarecer alguns aspectos sobre os termos assistência judiciária, assistência jurídica e justiça gratuita, que podem ser tomados como equivalentes, mas, guardam certas distinções. A assistência judiciária refere-se às primeiras ações estatais voltadas para a garantia de igualdade ao acesso à justiça, se desdobrando na requisição do benefício da justiça gratuita – que corresponde, estritamente à isenção das despesas processuais, e no patrocínio gratuito da pretensão judicial por um profissional habilitado. Já, a noção de assistência jurídica, prevista na atual Constituição brasileira¹⁴¹, é mais ampla abrangendo a orientação e consultoria jurídicas, inclusive, com caráter preventivo, a defesa em âmbito extrajudicial, o acesso a meios alternativos de solução de conflitos, e

140 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1050.

141 “A grande novidade trazida pela Carta de 1988 consiste em que, para ambas as ordens de providências, o campo de atuação já não se delimita em função do atributo “judiciário”, mas passa a compreender tudo que seja “jurídico”. A mudança do adjetivo qualificador da “assistência”, reforçada pelo acréscimo do “integral”, importa notável ampliação do universo que se quer cobrir. Os necessitados fazem jus agora à dispensa de pagamentos e à prestação de serviços não apenas na esfera judicial, mas em todo o campo dos atos jurídicos. Incluem-se também na franquia: a instauração e movimentação de processos administrativos, perante quaisquer outros de natureza jurídica, praticados extrajudicialmente; a prestação de serviços de consultoria, ou seja, de informação e aconselhamento em assuntos jurídicos.” MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Direito à Assistência Jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo**. Revista de Processo. n 67, ano 17. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jul- Set. 1992. p. 131.

ainda o papel de conscientização dos direitos humanos e da cidadania. Feito esse esclarecimento, fica mais fácil visualizar o desenvolvimento da assistência jurídica no histórico legislativo brasileiro.

Na época do Brasil colônia vigorava as Ordenações Reais¹⁴². Especificamente, as Ordenações Manoelinas previam ao pobre a isenção do preparo dos recursos de agravo ordinário e de revista. O recurso de agravo ordinário estava sujeito ao preparo no valor de novecentos réis, no entanto, o pobre estaria isento do pagamento se rezasse em audiência um Pai Nosso pela alma de D.Diniz:

Em sendo o agravante tão pobre que jure não ter bens móveis, nem de raiz, nem por onde pague o agravo, e dizendo na audiência uma vez o Pater Noster pela alma de Del Rey Don Diniz, ser lhe-á havido, como que pagasse os novecentos réis, contando que tire de tudo certidão dentro do tempo, em que havia de pagar o agravo (Livro III, Título 77, §16).

Já os recursos de revista, previam o depósito em caução de sessenta cruzados de ouro. Tratando-se de parte pobre, ficaria ao critério discricionário do Rei determinar, ou não, o depósito do preparo. Em caso de acolhimento da revista, o dinheiro seria devolvido ao recorrente, ou, quando improvida, seria revertida para os Desembargadores da sentença atacada:

Porém se for pessoa pobre, ou miserável, a que Concedermos a dita Revista, ficará a Nós Mandarmos que se paguem os ditos sessenta cruzados, ou não, ou que se reveja seu feito sem por os ditos sessenta cruzados, que assim Ordenamos que se ponham. (Livro III, Título 78, §2)

142 “(...) o Direito vigente no Brasil-Colônia foi transferência da legislação portuguesa contida nas compilações de leis e costumes conhecidos como Ordenações Reais, que englobavam as Ordenações Afonsinas (1446), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603). Em geral, a legislação privada comum, fundada nessas Ordenações do Reino, era aplicada sem qualquer alteração em todo o território nacional. Concomitantemente, a inadequação, no Brasil, de certas normas e preceitos de Direito Público que vigoravam em Portugal determinava a elaboração de uma legislação especial que regulasse a organização administrativa da Colônia.” WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 44.

Por força da Lei de 20 de outubro de 1823 até o Código Civil de 1916, vigoraram no Brasil as Ordenações Filipinas¹⁴³. Essas mantiveram as mesmas disposições das ordenações anteriores sobre assistência judiciária. A dispensa de preparo para agravo ordinário¹⁴⁴ e recursos de revista¹⁴⁵ foram preservadas, com a ampliação do benefício para concessão da isenção de caução, com valor variável conforme a hierarquia do magistrado, àquele que pretendesse alegar a suspeição do juiz, mas não pudesse pagar:

E a pessoa, que puser qualquer das ditas suspeições, não será relevada de depositar a caução, salvo sendo tão pobre, que a não tenha, para o que lhe não será admitido juramento, mas somente o poderá provar por testemunhas; e aos pobres, que notoriamente constar que não têm possibilidade para depositar a caução, nas causas que penderem nas Casas da Suplicação e do Porto, poderá moderar a caução pelo Regedor, ou Governador, como lhes parecer justo. Livro III, Título 22, §2.

As primeiras leis propriamente brasileiras começaram a surgir em meados do século XIX, com destaque ao Código de Processo Criminal, Lei 261, de 03 de dezembro de 1841, que concedia dispensa ao pagamento da metade das custas processuais ao réu pobre:

Art. 99. Sendo o réu tão pobre, que não possa pagar as custas, perceberá o Escrivão a metade dellas do Cofre da Camara Municipal da Cabeça do Termo, guardando seu direito contra o réu quanto à outra metade.

143 As Ordenações Filipinas “Foram editadas em 1603 por Felipe II de Portugal tanto para reorganizar o direito régio português, quanto para agradar os portugueses. Como observam todos, as ordenações não foram inovadoras, restringindo-se especialmente a consolidar o que já havia nas Ordenações Manuelinas (de 1521) e na Coleção de Leis Extravagantes (obra de D. Duarte Nunes de Leão (aprovada em 1569)). Antes delas Portugal conhecera as Ordenações Afonsinas (1446?)”... Não se tratava (as Ordenações Filipinas) de um código, no sentido moderno, mas de uma consolidação de direito real. As Filipinas, especialmente, são criticadas pelas contradições e repetições, perfeitamente compreensíveis quando se sabe que nem pretendiam ser um código (não há partes gerais sobre atos, negócios, pessoas, etc.) nem desejava o rei castelhano impor novidades a Portugal, preferindo manter (consolidando) o que já havia. Daí o respeito à tradição e aos textos legislativos encontrados, que foram mantidos mesmo quando contraditórios, mesmo se levantada a hipótese de omissões e cochilos dos redatores...” LOPES, José Reinaldo Lima. **O Direito na História**. São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 208-209.

144 O benefício assume novo lugar topográfico nas Ordenações Filipinas: Livro III, Título 84, §10.

145 Livro III, Título 95, §2.

O Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842 instrumentalizou a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, favorecendo o vencimento das custas processuais aos réus pobres. Os artigos 469 e 471 dispunham:

Art. 469. Se o réo condenado for tão pobre, que não possa pagar as custas, o Escrivão haverá metade d'ellas do Cofre da Câmara Municipal da cabeça do Termo, ficando-lhe salvo o direito para haver a outra metade do mesmo réo, quando melhora de fortuna.

(...)

Art. 471. As appellações e recursos continuarão a ser preparados com a importância das assignaturas, braçagens e mais contribuições, estabelecidas pelas Leis em vigor, para serem apresentados às Relações, salvo sendo as mesmas appellações e recursos de presos pobres.

A Lei n.º 150, de 09 de abril de 1842 dispôs sobre custas no processo civil trazendo dispositivos que abrandavam ou isentavam os litigantes desafortunados dos ônus processuais, a exemplo da isenção de pagamento do dízimo de chancelaria ao litigante pobre, disposto no artigo 10.

Em 1870, o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, João Nabuco, propôs a garantia da assistência judiciária na modalidade de defesa jurídica e consultas às pessoas pobres, tanto nas causas cíveis quanto criminais¹⁴⁶. Essa medida foi fundamentada em compromissos éticos da profissão, uma espécie de dever moral de todo o advogado para com pessoas desafortunadas, sendo prestado sem nenhuma remuneração¹⁴⁷.

A bandeira também levantada pelo IAB foi a da responsabilidade do Legislativo em elaborar leis que assegurassem o acesso do pobre ao Judiciário,

146 SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. **Assistência Jurídica: integral e gratuita**. São Paulo: Método, 2003. p. 98.

147 Sobre o fato, comenta Alexandre Lobão Rocha: “A medida, que já fora posta em prática na França, constituía um verdadeiro divisor de águas na história da assistência judiciária brasileira porque, além de expandir a possibilidade de acesso gratuito à Justiça, dentro das limitações do subtipo de modelo privado “por Bono”, fomentou as discussões pela demanda de uma assistência mais efetiva a ser patrocinada pelo Estado. Recorde-se que o regime político imperial brasileiro é frágil porque a adesão às regras institucionais é determinada em função da satisfação de interesses políticos imediatos das classes de atores.” ROCHA, Alexandre Lobão. **A Exclusão Legal da População Carente**. Brasília: Thesaurus, 2009. p. 96.

exigindo a edição de leis com isenção das custas processuais para promoção de uma igualdade material entre os cidadãos, Nabuco de Araújo destacava:

Se não se pode tudo, faze-se o que é possível. No estado actual da nossa legislação, e attendendo-se às despesas que uma demanda custa, pode-se dizer, sem medo de errar, que a igualdade perante a lei não é senão uma palavra vã. Que importa ter dinheiro, se não é possível mantel-o? Se um outro pode vir privar-nos delle? Que importa ter uma reclamação justa, se não podemos apresentá-la e segui-la por falta de dinheiro? A lei é, pois, para quem tem dinheiro, para quem pode suportar as despesas das demandas. É assim que, confiados na impotência dos reclamantes, muita gente há que atrevidamente usurpa os direitos alheios. É assim que muitos infelizes transigem, por ínfimo preço, sobre direitos importantes.¹⁴⁸

Na mesma época, a Câmara Municipal da Corte criou o primeiro cargo público de Advogado dos Pobres, sua função era defender os réus necessitados nos processos criminais. No entanto, em evidente retrocesso, o cargo foi extinto em 1884.¹⁴⁹

Após a proclamação da República, no Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca, o Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890 autorizou o Ministro da Justiça¹⁵⁰, com prévia audição do Instituto dos Advogados Brasileiros, a organizar uma comissão de patrocínio gratuito dos pobres nas matérias criminais e cíveis. Porém, mais de seis anos transcorreram sem que fossem tomadas as providências necessárias para sua implementação.

Em 1891 foi aprovada a primeira Constituição Republicana. Todavia, consonante ao modelo de Estado Liberal consagrado, não fez menção ao direito dos pobres de acesso à justiça. Apesar da omissão constitucional, em 08 de fevereiro de 1897, a Presidência da República publicou o Decreto nº 2.457

148 MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontanelle Teixeira da. **Assistência Judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1984. p. 85.

149 Ibidem, p. 86.

150 “Artigo 176 – O Ministro da Justiça é autorizado a organizar uma comissão de patrocínio gratuito dos pobres no crime e cível, ouvindo o Instituto da Ordem dos Advogados, e dando os regimentos necessários.”

criando o serviço oficial de Assistência Judiciária para o Distrito Federal ¹⁵¹. O Decreto integrava quarenta e cinco artigos, e foi considerado o primeiro documento legislativo a prever organizadamente a assistência judiciária no Brasil, servindo, inclusive, como padrão para as leis estaduais posteriormente aprovadas.

Com a promulgação do Código Civil, em 1916, vários Estados promoveram reformas nos seus Códigos de Processo Civil, os estados da Bahia¹⁵² e São Paulo ¹⁵³ aproveitaram para incluir o instituto da assistência judiciária. Porém, em termos nacionais, não se alcançou uniformidade na prestação da assistência judiciária, em alguns lugares a isenção concedida não abrangia todas as custas e taxas, com especial inconstância no patrocínio gratuito dos litigantes por advogados dativos, nomeados pelos juízes ¹⁵⁴.

Neste quadro, em 1930, houve a criação da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil ¹⁵⁵, substituindo o IAB como entidade representativa da classe dos advogados. Sua regulamentação foi dada pelo Decreto nº 20.784, de 14 de dezembro de 1931, e trouxe novas perspectivas para o tema da assistência judiciária. O dever dos advogados ao patrocínio gratuito das pessoas pobres em juízo perde o caráter meramente moral para assumir natureza jurídica (art. 26, inc. IV) ¹⁵⁶, prevendo, inclusive, penalidades em caso de violação desse dever, com aplicação de multas, e eventual perda da licença para o exercício da

151 O artigo primeiro dispunha: “E’ instituida no Districto Federal a Assistencia Judiciaria, para o patrocínio gratuito dos pobres que forem litigantes no civil ou no crime, como autores ou réos, ou em qualquer outra qualidade.”

152 Cf. Código de Processo Civil do Estado da Bahia, de 1918, art. 38-43.

153 Cf. Lei Estadual nº 1763, de 29 de dezembro de 1920.

154 Isso porque, embora houvesse o dever moral de patrocínio gratuito dos litigantes pobres, muitos advogados nem sempre cumpriam esse dever adequadamente, especialmente pela sobrecarga de trabalho, tendo que atender seus clientes particulares e paralelamente aceitar as nomeações dativas determinadas pelos juízes.

155 “Art. 17. Fica creada a Ordem dos Advogados Brasileiros, órgão de disciplina e selecção da classe dos advogados, que se regerá pelos estatutos que forem votados pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, com a collaboração dos Institutos dos Estados, e approvados pelo Governo.”

156 “Art. 26. São deveres dos advogados, provisionados e solicitadores:

(...)

IV, aceitar e exercer, com desvelo, os encargos cometidos pela Ordem, pela Assistência Judiciária ou pelos juízos competentes.”

profissão¹⁵⁷. Corroborando a essa formatação jurídica, o Decreto n° 22.039 de 1932, incluiu o artigo 27 ao Regulamento da OAB, prevendo no inciso XI ¹⁵⁸, falta no exercício da profissão aos advogados que aceitassem honorários ou qualquer outra recompensa quando trabalhassem pela Assistência Judiciária.

Excluída a iniciativa pioneira e assistemática da Câmara Municipal da Corte, alhures estampada, o Estado, como pessoa jurídica de Direito Público, ainda não havia se dado conta de que o encargo do patrocínio das causas dos deserdados era dever seu, dever-função, *emergente de sua própria essência*. A prestação do patrocínio gratuito, no Brasil, perseverava, ainda, com conotações caritativas, e, afinal era uma imposição legal aos advogados, fiscalizada pela Ordem, que transforma uma recomendação em dever. Era caridade prestada pela Ordem, através de seus associados que tinham o seu ministério privado inexplicavelmente, explorado pelo Estado.¹⁵⁹

Simbolicamente, houve uma guinada histórica com a promulgação da Constituição do Brasil de 1934 que, no Título III, Capítulo II, incorporou a assistência judiciária ao rol de direitos e garantias individuais:

Art. 113 – A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

32) A União e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais, e assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e sellos.

A Constituição de 1934 traz dois institutos, a isenção das despesas processuais e a criação de órgãos públicos especiais para prestação da assistência judiciária, cuja competência para instituí-los é da União e das unidades da federação. Esses se referem a duas dimensões distintas, no entanto, complementares. Assim, no plano legal, a prestação de serviços advocatícios aos pobres deixa de ser apenas um ônus legalmente imposto à classe dos advogados, para ser reconhecido como um dever do Estado.

157 Conforme disposto no artigo 91 do Regulamento da OAB.

158 “Constitui falta no exercício da profissão, pelos advogados, provisionados ou solicitadores: (...)

XI, aceitar honorários, ou qualquer recompensa, quando funcionar pela Assistência Judiciária, ou nos casos de nomeação pelo juiz, do ofício, salvo se a parte contrária tiver sido condenada a satisfazê-lo, por decisão judicial.”

159 MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontanelle Teixeira da. Op. cit., p.89-90.

Cumprindo o que determinava a Constituição, o estado de São Paulo criou, em 1935, o primeiro serviço governamental de assistência judiciária com advogados remunerados pelo poder público¹⁶⁰, seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Contudo, nas demais unidades da federação onde não foram criados órgãos públicos de assistência judiciária, persistiu o encargo legal de prestação gratuita sobre os advogados particulares, nos moldes regulamentados pela OAB.

A Constituição de 1934 teve duração efêmera. Três anos após sua promulgação, é outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 instaurando um regime de caráter ditatorial, o Estado Novo. Há inúmeras restrições às liberdades individuais e coletivas, com conseqüente desaparecimento do direito a assistência judiciária do texto constitucional. No entanto, tal instituto não ficou desamparado legalmente, sendo assegurado pelo Código de Processo Civil de 1939¹⁶¹, pelo Código de Processo Penal de 1941 e pela Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n. 5452/43).

Em 18 de setembro é promulgada a Constituição de 1946. O direito a assistência judiciária é reincorporado ao rol dos direitos e garantias individuais, enumerado no artigo 141: “§ 35 – O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”.

O texto era menos explícito que o de 1934, que, conforme se mostrou, aludia às duas dimensões: a isenção de despesas e a criação de órgãos para a prestação de serviços. Visto que já existia legislação ordinária, conjurado ficou o perigo de entender-se que a cláusula “na forma que a lei estabelecer” tornava meramente “programática” a norma da Constituição. Continuaram a incidir os arts. 68 e SS. Do CPC, até que entrou em vigor a Lei 1.060, de 5.2.50.¹⁶²

160 BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2 v. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 375.

161 “Contudo, se o patrocínio gratuito das causas dos deserdados foi despido de sua natureza constitucional, essa democrática proteção dos pobres recebeu, no ancién regime, com a publicação do Código de Processo Civil de 1939, o Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro, entre os artigos 68 e 79, tratamento específico, então indispensável.” PEÑA DE MORAES, Humberto; SILVA, José Fontenelle Teixeira da. Op. cit., p.92.

162 MOREIRA, José Carlos Barbosa. Op. cit., p. 126.

Em de 05 de fevereiro de 1950, é promulgada a Lei Federal 1060/50, ainda em vigor no país, embora com sucessivas modificações ¹⁶³. O mérito dessa legislação foi consolidar num só documento diversas normas sobre assistência judiciária que estavam dispersas em vários comandos normativos. Em face do comando constitucional de 1946, e da complementação dada pela Lei nº 1.060/50, muitos Estados brasileiros editaram leis criando serviços públicos de assistência judiciária onde ainda não existiam, ou adaptaram os já existentes às novas regras estabelecidas no âmbito federal.

Em Minas Gerais isso ocorreu com o Decreto-lei 2131/47 e Decreto 2841/47. São Paulo criou a Procuradoria de Assistência Judiciária, pertencente ao Departamento Jurídico do Estado, subordinado à Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, por meio do Decreto-lei 17.330/47. O Distrito Federal, com a Lei 216/48 dispôs sobre a “Composição do Ministério Público do Distrito Federal”, incluindo o cargo de Defensor Público no início da carreira do Ministério Público (art. 2º). Os antigos advogados de ofício, com idênticas atribuições, passaram a denominar-se defensores públicos (art. 4º).¹⁶⁴ O estado do Pernambuco também cria a assessoria jurídica, por meio a Lei 2028/54.

Especial destaque merece a Lei a 2188/54, do estado do Rio de Janeiro, que é apontada historicamente no contexto da legislação brasileira como a responsável por lançar as bases da futura Defensoria Pública. No que concerne a prestação de assistência judiciária pela OAB, a Lei 4.215, de abril de 1963, também dispo sobre o Estatuto da OAB¹⁶⁵, assegurou aos estados que previam os serviços de assistência judiciária mantidos pelo Governo, a nomeação

163 Alterado pela LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009 – DOU DE 8/10/2009; LEI Nº 10.317 - DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001 - DOU DE 7/12/2001; LEI Nº 7.871, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1989; LEI Nº 7.510, DE 4 DE JULHO DE 1986; LEI Nº 7.288, de 18 DE DEZEMBRO DE 1984; LEI Nº 6.848, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1980; LEI Nº 6.654, DE 30 DE MAIO DE 1979; LEI Nº 6.707, DE 29 DE OUTUBRO DE 1979; LEI Nº 6.465, de 14 DE NOVEMBRO DE 1977; LEI Nº 6.248, DE 8 DE OUTUBRO DE 1975; Lei nº 6.014, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1973; LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970; DECRETO Nº 47.261 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1959.

164 PEÑA DE MORAES, Humberto; SILVA, José Fontenelle Teixeira da. Op., cit., p.93

165 “Artigo 92 - No Estado onde houver serviço de Assistência Judiciária mantido pelo Governo, caberá à Seção ou Subseção da Ordem, a nomeação de advogados para o necessitado, depois de deferido o pedido em juízo, mediante a comprovação do estado de necessidade.”

de advogados ao necessitado, ficando sob essa responsabilidade a Seção ou Subseção da OAB. No entanto, continuava a previsão de patrocínio gratuito da causa, o art. 92¹⁶⁶ obrigava o advogado indicado pelo serviço de Assistência Judiciária, a patrocinar gratuitamente a causa do necessitado até o final, salvo justo motivo, sob pena de multa.

A assistência judiciária continuou sendo expressamente mencionada nas Constituição Federal de 1967, embora com uma sutil mudança na redação do texto, limitando-se a estabelecer que assistência judiciária seria concedida aos necessitados “na forma da lei”, sem dizer se tal serviço seria prestado pelo poder público ou por advogados particulares. Entretanto, como não foi efetuada nenhuma alteração na Lei 1060/50 – norma infra-constitucional anteriormente vigente, entendeu-se que fora recepcionada pelo novo regime, continuando a disciplinar a matéria. Assim, a assistência judiciária manteve-se como obrigação do Estado, devendo as funções a ela correspondentes ser desempenhadas prioritariamente por agentes públicos especificamente designados para esse encargo.

Durante o período que antecedeu a Constituição de 1988, o Ministério Público por meio da Lei Federal nº 40/81 incluiu expressamente dentre suas atribuições Ministério Público a prestação de assistência judiciária nas comarcas em que não houvesse órgãos estatais apropriados para o desempenho desse encargo¹⁶⁷. Hoje a nova Lei Orgânica do Ministério Público, não define como função originária, a prestação da assistência judiciária aos necessitados.

Até 1988, a assistência judiciária era tida como um serviço caritativo. Apesar de acolhida em nível constitucional, não se encontrava regulamentada – a assistência judiciária foi tratada de forma superficial apenas em 1950 pela Lei 1060/50, que não determinou nenhuma forma específica para a prestação dos serviços jurídicos gratuitos, e nem de quem seria a responsabilidade por estes serviços. Com a Constituição Federal de 1988, o acesso à justiça e a

166 “O advogado indicado pelo serviço de Assistência Judiciária, pela Ordem, ou pelo Juiz, será obrigado, salvo justo motivo, a patrocinar gratuitamente a causa do necessitado até o final, sob pena de censura e multa, nos termos desta lei (artigos 103, inciso XVIII, 107 e 108).”

167 Lei Orgânica do Ministério Público, artigo 22, inciso XIII: “São deveres dos membros do Ministério Público Estadual: (...) XIII – prestar assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios”.

assistência judiciária foram concebidos: enquanto direitos fundamentais, sendo assumido o modelo de assistência jurídica, no qual o serviço é prestado pelo Estado, através de uma instituição específica – Defensoria Pública – com carreira própria de advogados contratados e pagos pelo Estado”.¹⁶⁸

A Constituição de 1988 é a responsável por dar novos contornos à assistência judiciária. Topograficamente a assistência foi mantida entre os direitos e garantias fundamentais. O artigo 5º, inciso LXXIV, estabeleceu que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. A mudança de denominação de assistência judiciária para assistência jurídica traduz a ampliação do instituto, pois a assistência não está mais restrita ao âmbito das ações judiciais, facultando ao necessitado invocá-la onde quer que se faça necessária a presença de um advogado.

Objetivando dar eficácia a essa garantia, o constituinte incluiu a Defensoria Pública no Título IV, Capítulo IV, “Das Funções Essenciais à Justiça”, do texto constitucional, tornando a Defensoria Pública na instituição responsável pela prestação do serviço de assistência jurídica integral e gratuita.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º., LVXXIV.

§ 1.º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 2.º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2.º.

A Constituição de 1988 foi pioneira em prever a organização institucional das Defensorias Públicas no país, indicando por lei complementar as diretrizes fundamentais para sua estruturação. Ressalte-se que a norma

168 CUNHA, Luciana Gross Siqueira. **Acesso à Justiça e assistência jurídica em São Paulo**. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Acesso à Justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 38

constitucional é clara ao estabelecer que a instituição deve ser estruturada nos planos da justiça federal e da justiça estadual, além de se estender para todos os graus do Poder Judiciário.

Considerando as modificações sofridas no quadro constitucional, o atual Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – Lei 8.906, de 04 de julho de 1994¹⁶⁹ - ainda prevê em seu artigo 34, infração disciplinar ao advogado que recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública. No entanto, o patrocínio da causa do necessitado deixa de ser gratuito, pois prevê o pagamento de honorários advocatícios pelos serviços prestados, como disposto no art. 22, § 1º¹⁷⁰.

A partir da colação histórica aqui apresentada é possível perceber o desenvolvimento da assistência jurídica no quadro brasileiro. As primeiras legislações cuidavam de forma tímida o acesso dos pobres ao judiciário. As normas beneficiavam especialmente a isenção de taxas e custas processuais. Atinente ao direito de ter o patrocínio das ações judiciais prestado gratuitamente, os pobres contavam com a mera prestação caritativa dos advogados privados.

Mesmo com a incorporação de mandamentos constitucionais que previam a instituição de órgãos públicos especiais para a prestação da assistência judiciária, as condições de igualdade para que as partes pobres tivessem acesso ao judiciário permaneciam na marginalidade. A grande maioria dos órgãos criados se vinculava ao Poder Executivo, ou atribuíam competências ao Ministério Público. Nesse sentido, é possível perceber a ausência de autonomia do serviço da advocacia destinada aos necessitados, vulnerável a vontades políticas e interesses corporativos.

A criação da Defensoria Pública como instituição essencial à justiça, ocupando o mesmo posto que o Ministério Público e a Advocacia rompe com

169 Alterada pela Lei nº 11.179, de 22/09/2005; pela Lei nº 11.767, de 07/08/2008 e pela Lei nº 11.902, de 12/01/2009.

170 “O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.”

essa realidade. Somente através de uma instituição com autonomia funcional, administrativa e financeira, um quadro de profissionais próprios, com garantias asseguradas, é possível criar subsídios para formação de uma ambiente democrático, no qual o acesso a justiça não seja apenas um comando de igualdade formal, mas sim, uma realidade possível àqueles que já são excluídos de tantas outras formas.

Se antes de 1988 o tratamento jurídico-constitucional era outro, muitas vezes tomando a assistência jurídica às pessoas necessitadas como um “favor” prestado pelos entes estatais, sem maior vinculação jurídica, hoje o Estado brasileiro está obrigado a cumprir de forma adequada com imposição constitucional. Em outras palavras, pode se dizer que não há “margem” para o Estado “não atuar” ou mesmo “atuar de forma insuficiente” (à luz do princípio da proibição de insuficiência derivado do princípio da proporcionalidade) na prestação do serviço público de assistência jurídica às pessoas necessitadas, pois tal atitude estatal resultaria em prática antijurídica e inconstitucional. E mais, tal entendimento caminha no sentido de reconhecer um *direito fundamental à assistência jurídica* (integral e gratuita) conferindo às pessoas necessitadas, individual e coletivamente consideradas. Do ponto de vista da dogmática constitucional, a atribuição do status jusfundamental à assistência jurídica implica, para além do *dever de proteção* do Estado, o sentido de obrigar os entes públicos a criarem condições jurídicas e fáticas necessárias à sua efetivação, também o reconhecimento de *posições jurídicas subjetivas*, tanto de cunho defensivo quanto prestacional, as quais podem ser exercidas em face dos entes estatais – e também de particulares – descumpridores da norma constitucional, notadamente quando a sua ação ou omissão ensejar violação ao direito fundamental em questão.¹⁷¹

2. Assento constitucional da Defensoria Pública

A constitucionalização da Defensoria Pública na Carta de 1988 resultou de um trabalho desenvolvido desde a década de 1970. O debate foi intenso, travando-se verdadeira luta entre representantes corporativos. Facções de filiados à OAB, em defesa do mercado, se mostraram resistentes à criação das defensorias públicas como órgãos prioritários e especializados na assistência

171 FENSTERSEIFER, Tiago. **A legitimidade da Defensoria Pública para a ação civil pública ambiental e a condição de pessoa necessitada em termos (socio)ambientais: uma questão de acesso à Justiça (socio)ambiental**. Revista de Processo. São Paulo, v. 193, p. 67. 2011.

judiciária. Membros do Ministério Público se manifestaram durante a Assembléia Nacional Constituinte, particularmente na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – ADPERJ – e a Federação Nacional das Associações de Defensores Públicos – FENADEP tiveram especial destaque na atuação de defesa pela Defensoria, além da participação de outros grupos militantes. O Instituto dos Advogados do Brasil – IAB – que teve papel histórico fundamental na criação da assistência judiciária no Brasil – posicionou em apoio às defensorias.¹⁷²⁻¹⁷³

A constitucionalização da instituição, em 1988, pode ser considerada a primeira grande conquista em âmbito nacional (não esquecendo o fato de que já existiam Defensorias estaduais, algumas funcionando de modo relativamente satisfatório). Tal constitucionalização foi arrancada a duras penas e limitou-se a enunciados mínimos. Mas a partir dali – e tinha que ser ali – que começou a ganhar corpo uma instituição verdadeiramente nacional.¹⁷⁴

A Constituição de 1988 passou a conceber a assistência jurídica como integral e gratuita nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, estabelecendo que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Para cumprir tal dever estatal foi designada a Defensoria Pública como órgão primordial na prestação da assistência jurídica. O artigo 134, assim dispõe: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º., LVXXIV.” Portanto, a partir de 1988, de forma incontestada, a Defensoria Pública foi reconhecida como uma garantia de acesso à justiça aos necessitados e dever do Estado, tornando-se

172 ROCHA, Alexandre Lobão. Op. cit., p. 109-110.

173 Nesse sentido, cumpre destacar que o reconhecimento da assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública não é produto direto das lutas sociais protagonizadas pelas classes potencialmente interessadas.

174 SOUSA, José Augusto Garcia de. **Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. Apresentação.

condição *sine qua non* para que os direitos dos necessitados não sejam apenas intenções sem efeito.

A Defensoria Pública foi incluída normativamente no texto constitucional no Título IV, Capítulo IV, “Das Funções Essenciais à Justiça” ao lado do Ministério Público e dos Advogados, sendo reconhecida como um dos “sujeitos que, conquanto estranhos à estrutura do Judiciário, são imprescindíveis para que este Poder se desincumba da sua missão constitucional.”¹⁷⁵ A assunção da Defensoria Pública como instituição “essencial à função jurisdicional do Estado” (art. 134, CF/88) foi completada com a reforma do Poder Judiciário¹⁷⁶, momento em que verdadeiramente se preocupou com a questão do acesso à justiça na ambiência constitucional. Para tanto, houve um compromisso prioritário do governo federal com o fortalecimento das Defensorias Públicas, que foi efetivado por meio da Emenda Constitucional nº 45 de dezembro de 2004. Vale transcrever a manifestação de Sérgio Renault, quando ocupava o cargo de Secretário Nacional de Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça:

Cabe salientar que a análise da administração e distribuição da Justiça no Brasil põe em evidência a precariedade do acesso à Justiça. Por este motivo, o governo federal estabeleceu como ponto prioritário na reforma constitucional do Judiciário a concessão de autonomia funcional, administrativa e iniciativa de proposta orçamentária à Defensoria – meio de se reverter o processo de hipertrofia que tem marcado seu desenvolvimento.

¹⁷⁷

175 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1039.

176 A reforma do judiciário foi iniciada pelo Governo Federal a partir de 2003. A Secretaria da Reforma do Judiciário órgão específico do Ministério da Justiça (Decreto nº 6061/ 2207, Anexo I, art. 2º, inc. II, alínea e), estabeleceu que o planejamento estratégico de sua atuação se basearia em três frentes distintas: a reforma constitucional, com o aproveitamento da proposta de Emenda Constitucional nº 29/2000; a reforma infraconstitucional, baseada no pacote de projetos voltados à revisão das leis processuais, com fins à racionalização e a simplificação dos procedimentos; e a reforma administrativa, que se concretizava a partir de um diagnóstico do sistema de Justiça, espalhando-se pelo fomento e replicação de boas práticas de gestão nas instituições de Justiça. Dentre as principais propostas encampadas pelo Governo Federal para a reforma constitucional, estava a concessão de autonomias à Defensoria Pública nos Estados, que culminou na edição da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004.

177 Extraído da mensagem “A Defensoria Pública e a Reforma do Judiciário”, na parte introdutória do opúsculo “Estudo Diagnóstico – Defensoria Pública no Brasil”.

No mesmo sentido também se manifestou o então Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos:

A realidade nos mostrou que a luta por modificações legislativas é apenas o primeiro passo para a efetivação de direitos. O grande desafio, atualmente, é solidificar as instituições democráticas capazes de propiciar a concretização do que foi anunciado pela Constituição de 1988. Um dos maiores nós a ser desatado é a questão do acesso à Justiça. (...) Não há dúvidas de que todas as instituições do mundo jurídico têm um papel relevante na construção do acesso à Justiça. No entanto, é certo que, a Defensoria Pública tem um papel diferenciado. A Defensoria é a instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça, ou pelo menos do acesso ao Judiciário, sendo, portanto, vital no processo de efetivação de direitos.¹⁷⁸

A alteração trazida pela EC 45/2004, com marcada intenção de fortalecer a Defensoria Pública como instituição de acesso à justiça, foi a concessão de autonomia funcional, administrativa e financeira¹⁷⁹, que incluiu o §2º ao artigo 134 da Constituição Federal, assim dispondo: “Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.”

Tal comando constitucional representou enorme ganho, pois assegura não ser possível à Defensoria Pública subordinar-se a qualquer outra estrutura do

178 Extraído da “Apresentação” ao opúsculo “Estudo Diagnóstico – Defensoria Pública no Brasil”. Ademais, o Senhor Ministro afirmou que a Defensoria não é apenas “uma das” instituições encarregadas da concretização do acesso à Justiça. Ele afirma que ela é “a” instituição encarregada dessa tarefa.

179 Os dispositivos que requeriam autonomia administrativa e financeira às Defensorias Públicas já estavam presentes na PEC 96/92, e se mantiveram, com algumas alterações, na PEC 29/2000, com a seguinte justificativa: “A concessão de autonomia administrativa, financeira e de iniciativa de proposta orçamentária às Defensorias Públicas é fundamental para a estruturação da instituição e consecução dos objetivos traçados na Constituição Federal, quais sejam, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos hiposuficientes. Ressalte-se que, em muitos casos, a atividade do órgão dirige-se contra a própria Fazenda Pública, pelo que, para assegurar a isenção e efetividade de sua atuação, faz-se imprescindível sua autonomia, a exemplo do tratamento conferido ao Ministério Público. Fortalecer a Defensoria Pública significa fortalecer o acesso à justiça e os canais de interlocução entre a parcela da sociedade menos abastada e as instituições públicas, solidificando o estado Democrático de Direito.” Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/depeN/data/Pages/MJ3A3AE4F4ITEMID92F77CB6D81141A2B0495E641818BB5PTBRIE.htm>. Acesso em: 18 nov. 2011.

Estado, na medida em que é fator impeditivo do livre e pleno exercício de suas funções institucionais. Nesse sentido, vale colacionar a lição de Hely Lopes MEIRELLES:

Órgãos independentes são os originários da Constituição e representativos dos Poderes de Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário –, colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um Poder pelo outro. Por isso, são chamados órgãos primários do Estado. Esses órgãos detêm e exercem precipuamente as funções políticas, judiciais e quase-judiciais outorgadas diretamente por seus membros (agentes políticos, distintos de seus servidores, que são agentes administrativos), segundo normas especiais e regimentais.

Órgãos autônomos são os localizados na cúpula da Administração, imediatamente abaixo dos órgãos independentes e diretamente subordinados a seus chefes. Têm ampla autonomia administrativa, financeira e técnica, caracterizando-se como órgãos diretivos, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência. Participam das decisões governamentais e executam com autonomia as suas funções específicas, mas segundo diretrizes dos órgãos independentes, que expressam as opções políticas do Governo. São órgãos autônomos os Ministérios, as Secretarias de Estado e de Município, a Advocacia-Geral da União e todos os demais órgãos subordinados diretamente aos Chefes de Poderes, aos quais prestam assistência e auxílio imediato. Seus dirigentes, em regra, não são funcionários, mas sim agentes políticos nomeados em comissão.¹⁸⁰

Isso significa que a vinculação da Defensoria Pública a qualquer outra estrutura do Estado é inconstitucional, pois impede o pleno exercício do defensor público perante os órgãos da administração pública, em especial o judiciário. A independência funcional é um princípio que tem como função eliminar qualquer possibilidade de hierarquia diante dos demais agentes políticos do Estado, incluindo magistrados, promotores de justiça, parlamentares, secretários de estado e delegados de polícia.¹⁸¹

O princípio da independência funcional da Defensoria Pública é um princípio indisponível e inarredável diante de qualquer situação, pois “assegura a igualdade substancial entre todos os cidadãos (...) representando, junto aos

180 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 336 ed. São Paulo: Malheiros: 2006. p. 70-71.

181 GALLIEZ, Paulo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. p. 32.

Poderes constituídos, os hipossuficientes, não raras vezes, contra o próprio Estado, (e, por isso) é necessário que a Defensoria Pública guarde uma posição de independência e autonomia em relação aos demais organismos estatais e ao próprio Poder ao qual encontra-se, de certa forma, vinculada”¹⁸². Portanto, é possível concluir que a reforma efetuada pela EC nº 45/2004 concedeu as mesmas características à Defensoria Pública que identificam o Ministério Público e o Tribunal de contas, órgãos igualmente independentes e autônomos. Inclusive, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é nesse sentido, veja-se o julgado abaixo:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. LEIS DELEGADAS N. 112 E 117, AMBAS DE 2007. 1. Lei Delegada n. 112/2007, art. 26, inc. I, alínea h: Defensoria Pública de Minas Gerais órgão integrante do Poder Executivo mineiro. 2. Lei Delegada n. 117/2007, art. 10; expressão “e a Defensoria Pública”, instituição subordinada ao Governador do Estado de Minas Gerais, integrando a Secretaria de Estado de Defesa Social. 3. O art. 134, § 2º, da Constituição da República, é norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata. 4. **A Defensoria Pública dos Estados tem autonomia funcional e administrativa, incabível relação de subordinação a qualquer Secretaria de Estado.** Precedente. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3965, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 07/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-065 DIVULG 29-03-2012 PUBLIC 30-03-2012) (Sem grifos no original).

A organização da Defensoria Pública da União do Distrito Federal e dos Territórios é prevista por Lei Complementar que também estabelece as normas gerais para a organização das Defensorias Públicas nos estados, como disposto no § 1º do artigo 134: “Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vedado o exercício da Advocacia fora das atribuições institucionais.”

182 Idem.

A Lei Complementar responsável pela organização da Defensoria Pública nos estados é a LC n. 80/1994 que recentemente passou por profundas alterações promovidas pela LC n. 132/2009. Mais a frente serão analisadas detidamente essas alterações. Nesse momento, cumpre salientar o perfil democrático impresso a Defensoria Pública que foi constituída como expressão e instrumento do regime democrático. A nova redação do artigo 1º da LC n. 80/1994, dispõe: “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, **como expressão e instrumento do regime democrático**, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.”

Sob essa perspectiva foram definidos como objetivos da Defensoria Pública no artigo 3º-A: “I – a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; II – a afirmação do Estado Democrático de Direito; III – a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e IV – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.” Portanto, os objetivos da Defensoria Pública se coadunam aos fundamentos, objetivos e princípios da própria República Federativa do Brasil, constituída como Estado Democrático de Direito (arts. 1º, 3º e 4º da CF/88).¹⁸³

183 “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX -

O primeiro objetivo estabelecido é a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, que correspondem respectivamente a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III, CF/88) e a um dos seus objetivos (art. 3º, inciso III, CF/88). O segundo objetivo que é a afirmação do Estado Democrático de Direito, conforma-se com a definição dada à instituição como expressão e instrumento do regime democrático. O Estado Democrático de Direito é a forma pela qual se constitui a República Federativa do Brasil (art. 1º, caput, da CF/88), portanto, a Defensoria Pública é um instrumento pelo qual o Estado deve evitar autoritarismos e concentração de poder, e também promover a justiça social. No mesmo sentido, o objetivo da prevalência e efetividade dos direitos humanos é o princípio que rege a República Federativa do Brasil, inclusive nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso II, CF/88).

Como se verifica, os três novos objetivos da Defensoria Pública estão íntima e coerentemente relacionados. Vejamos. A afirmação de um Estado Democrático de Direito (*segundo* novo objetivo) não se faz como mera consequência de seu acolhimento pelo Poder Constituinte, ou por discursos políticos ou, ainda, pela (indispensável) facilitação do exercício do direito ao voto de toda a população. Embora tais sejam medidas essenciais, a afirmação da verdadeira democracia deve ser levada a efeito, de forma constante, pelos próprios cidadãos, que devem ser capazes de compreender o mundo à sua volta e de se manifestar, de forma a defender seus próprios interesses eficientemente. Nesse sentido, a existência da pobreza e de desigualdades sociais (cuja redução é parte do *primeiro* novo objetivo da Defensoria) são fatores altamente limitadores, eis que criam e perpetuam sociedades hierarquizadas, onde grupos privilegiados têm a possibilidade de participar democraticamente e grupos submetidos se calam. Ao se calarem, comprometem sua dignidade humana (já certamente comprometida), o que, por sua vez perpetua o ciclo de exclusão e de múltiplas privações de direitos humanos (*primeiro* e *terceiro* novos objetivos). Assim, é possível sustentar que a nova lei, reforçada por dispositivos constitucionais, expressamente posiciona a Defensoria Pública como o órgão estatal *com atribuição para trabalhar pela dignidade humana de seus necessitados, buscando a redução das desigualdades sociais, através da promoção de direitos humanos, com o objetivo último de contribuir para a afirmação de um regime democrático*

cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

real. Tais atribuições se inserem em um conceito expandido de acesso à justiça. (Grifos no original)¹⁸⁴

Por fim, o objetivo da garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, inciso LV, da CF/88) – que são corolários do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, CF/88) – são tão importantes para garantia de um Estado Constitucional que o legislador complementar positivou-os em dispositivo próprio, pois, considera-se que em um país com grandes desigualdades sociais, especialmente os mais humildes não podem ficar sem um garantidor de seus direitos, cabendo a Defensoria Pública ser a instituição estatal oficial guardiã dos princípios do contraditório e da ampla defesa.¹⁸⁵

A importância deste último objetivo é tão evidente e consagrada com papel da Defensoria Pública dentro do Estado Democrático de Direito que, na visão do Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, Paulo César Ribeiro Galliez, a prestação jurisdicional está para a Magistratura e o exercício da ação penal está para o Ministério Público da mesma forma que a garantia do acesso à justiça e os corolários do devido processo legal, em especial o contraditório e ampla defesa do cidadão necessitado, estão para a Defensoria Pública. Para corroborar esta assertiva, basta que se verifique a importância que é dada à ampla defesa e ao contraditório no rol das funções institucionais (artigo 4, incisos, I, V, VIII, X e XI, da Lei Complementar nº 80/94).¹⁸⁶

3. Novo perfil da Defensoria Pública: alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 132/09

A Lei Orgânica da Defensoria – Lei Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994 – foi promulgada após uma longa e desgastante tramitação legislativa. A concepção privatista da década de 1990 ameaçou conter a escalada da instituição,

184 CAROTTI, Andréa Sepúlveda Brito. **Propostas para uma atuação estratégica da Defensoria Pública orientada à redução da pobreza**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pedir Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 81.

185 MENEZES, Felipe Caldas. **A reforma da Lei Orgânica da Defensoria Pública: disposições gerais e específicas relativas à organização da Defensoria Pública da União**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pedir Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 139.

186 Idem.

mas essa resistiu incólume após, nada menos, que 27 vetos presidenciais.¹⁸⁷ Portanto, após muita luta, os anos 90 marcaram a consolidação da Defensoria Pública como instituição essencial à prestação da assistência jurídica.

As inovações trazidas pela EC 45/2004 deram notas do novo rumo estabelecido à instituição. Prova disso foi a sanção em 07 de outubro de 2009, após pouco mais de dois anos de tramitação, da Lei Complementar n. 132/2009, que alterou de modo radical a Lei Orgânica da Defensoria Pública. A tramitação no Congresso Nacional foi célere, mas trabalhosa, permeada por um amplo debate e a realização de audiência pública¹⁸⁸. A despeito de uma minoria barulhenta, que apregoavam propósitos de pluralizar os debates das matérias, várias entidades deram apoio incondicional à reforma da Lei Orgânica da Defensoria Pública.¹⁸⁹ A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – defendeu a aprovação prioritária da proposta legislativa para a consolidação de uma Defensoria Pública estruturada e atuante por meio da qual “sejam concretizadas os ideais constitucionais de instituir no Brasil verdadeiro Estado Democrático em que sejam assegurados plenamente o acesso à justiça e o exercício de direitos sociais e individuais a todos, sem distinção.”¹⁹⁰

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deu integral apoio à reforma da Lei Orgânica n. 80/1994: “Não há como deixar de acompanhar o posicionamento da Comissão Nacional de Advocacia Pública, presidida e bem presidida pelo nosso Conselheiro Federal Willian Guimarães Santos de Carvalho (PI), pelo que voto no sentido de que este Conselho Federal dê integral apoio ao Projeto de Lei Complementar n° 28/2007, nos termos postos

187 SOUSA, José Augusto Garcia de. Op. cit., apresentação.

188 A audiência pública foi designada para o dia 19 de agosto de 2009 e delas participaram os presidentes da Associação Nacional do Ministério Público – CONAMP e da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR.

189 OLIVEIRA, Rogério Nunes de. **A valorização institucional da Defensoria Pública com o advento da Lei Complementar n° 132/2009**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 187.

190 Ofício n° 738/AMB/Presi/09 encaminhado ao Senador Antonio Carlos Valadares, Relator do PLC 137/2009.

por aquela Comissão”.¹⁹¹ No mesmo sentido, a Associação dos Juizes para a Democracia – AJD – se manifestou pelas alterações da Lei Orgânica da Defensoria Pública que “atendem às demandas sociais pelo acesso à justiça efetivo e de qualidade, bem como se integram de forma harmônica nas regras estruturantes do sistema de justiça previstas na Constituição Federal, de modo que sua aprovação se reveste de elevado interesse público e destacado impacto social.”¹⁹²

Portanto, a aprovação da Lei Complementar n° 132/2009 representou um enorme passo à universalização do acesso à Justiça e à democratização do exercício da jurisdição. “De fato, a valorização legislativa do perfil institucional da Defensoria Pública representa, a um só tempo, a reafirmação dos fundamentos e objetivos republicanos e a concretização, no plano normativo infraconstitucional, de novos pilares de sustentação das cláusulas constitucionais do acesso à Justiça, do devido processo legal e da assistência jurídica integral e gratuita.”¹⁹³

As principais contribuições trazidas ao empoderamento da Defensoria Pública por meio da Lei Complementar n. 132/2009 se inicia pela nova definição dada à instituição, agora reconhecida como “expressão e instrumento do regime democrático” estruturalmente ligada à promoção dos direitos humanos, que se soma a ampliação de seus objetivos, já analisados no tópico acima. Para melhor atender a perspectiva normativa do direito a assistência jurídica integral e gratuita, há também uma ampliação das funções institucionais da Defensoria Pública, com a priorização da solução extrajudicial dos litígios e a atuação na tutela coletiva de direitos. Também, cabe à instituição exercer a defesa de “grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado” e atuar na preservação e reparação dos direitos das pessoas vitimadas por formas graves de opressão e violência, independentemente da situação econômica individual.

191 Parecer n° 2007.19.03813-01encaminhado ao Relator do PLC n° 137/2009.

192 Ofício enviado ao Relator do PLC n° 137/2009

193 OLIVEIRA, Rogério Nunes de. Op. cit., p. 188.

A Lei Complementar n. 132/2009 enumerou um rol de direitos aos assistidos da Defensoria Pública, o que é inédito no sistema de justiça nacional. Também há previsão de realização de audiências públicas para o planejamento das ações institucionais, com perspectiva de democratizar internamente a instituição. No tocante às Defensorias Públicas estaduais há também previsão de se estabelecer uma ouvidoria externa. Ademais, dentro desse novo perfil, confirma-se a legitimidade concedida a Defensoria Pública para a propositura de ações civis públicas, já conferida pela Lei 11.448, de 15 de janeiro de 2007.

A partir do ano de 2008¹⁹⁴, além de prosseguir propondo e acompanhando as mudanças legislativas que visam estabelecer estratégias para tornar o sistema de justiça mais democrático, rápido, eficiente e transparente, o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça passou a atuar também diretamente na execução de ações voltadas a promover a democratização do acesso à Justiça no Brasil. Por meio do trabalho articulado e integrado com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci - espera-se contribuir, de forma decisiva, para a inclusão dos milhões de cidadãos brasileiros que se encontram à margem do sistema de justiça. As ações propostas pela Secretaria de Reforma do Judiciário ao Pronasci apontam no

194 “O acesso à Justiça é considerado um direito humano e um caminho para a redução da pobreza, por meio da promoção da equidade econômica e social. Onde não há amplo acesso a uma Justiça efetiva e transparente, a democracia está em risco e o desenvolvimento sustentável não é possível. Assim, a ampliação do acesso à Justiça no Brasil é uma contribuição certa no sentido da ampliação do espaço público, do exercício da cidadania e do fortalecimento da democracia. A democratização do acesso à Justiça não pode ser confundida com a mera busca pela inclusão dos segmentos sociais ao processo judicial. Antes disso, cabe conferir condições para que a população tenha conhecimento e apropriação dos seus direitos fundamentais (individuais e coletivos) e sociais para sua inclusão nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, etc., bem como para melhor harmonização da convivência social. Desde meados de 2007, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, definiu o tema “Democratização do Acesso à Justiça” como eixo prioritário das ações programadas para os próximos anos. Pretende assim ser a articuladora de uma política nacional voltada à democratização do acesso ao Sistema de Justiça, a ser constituída pelo debate coletivo e executada em conjunto com as estruturas do sistema de Justiça, instituições de ensino, pesquisa e entidades da sociedade civil.” Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/reforma//data/Pages/MJDA9EC2A8ITEMID640776D801FE4982BE545F62739DB986PTBRNN.htm#>. Acesso em: 18 nov. 2011.

sentido do fortalecimento do Estado Democrático de Direito e de seu caráter republicano.

No Pronasci a Secretaria de Reforma do Judiciário está responsabilizada por quatro ações. A primeira ação é a efetivação da Lei nº 11.340, conhecida como “Maria da Penha”, que tem por objetivo o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O propósito é fortalecer a rede de atendimento à mulher em situação de violência através da criação e estruturação de Juizados especiais de combate à violência doméstica e familiar, do fortalecimento e expansão dos núcleos especializados da Defensoria Pública, dos Centros de Referência e das Delegacias da Mulher. Neste último caso, espera-se atuar, principalmente, na qualificação dos agentes de segurança envolvidos na rede de atendimento da polícia civil e militar sobre a questão do gênero.

A segunda ação é o estabelecimento da Justiça Comunitária que buscará formar agentes comunitários para a informação acerca de direitos e o uso da mediação na resolução de conflitos. Espera-se ainda organizar a triagem de demandas para encaminhamento à rede de serviço público e órgãos da Justiça. A proposta de formação de núcleos da justiça comunitária tem como referência a experiência exitosa do Programa Justiça Comunitária, vinculada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Trata-se de um programa de empoderamento social combinado com ativação da cidadania no desenvolvimento de meios alternativos de resolução de conflitos, através da mediação comunitária.

A terceira ação é a prestação de assistência jurídica integral aos presos e seus familiares que buscará assegurar a assistência jurídica integral e gratuita aos encarcerados, já que o Pronasci tem como um de seus focos o sistema prisional brasileiro. A assistência jurídica a ser criada e/ou reforçada em Núcleos Especializados das Defensorias Públicas Estaduais atuará no monitoramento e avaliação para fins de mudança de regime dos presos e efetivação da liberdade pelo cumprimento da pena, além de uma supervisão da gestão carcerária para evitar situações de desrespeito de direitos humanos ou favorecimento de grupos internos das casas prisionais. A ação contemplará ainda o apoio e orientação à família do preso para inclusão em políticas sociais de proteção e assistência

social, econômica e profissional, face ao grau de vulnerabilidade decorrente da prisão de membro familiar. Incluem-se, ainda, na assistência as questões extra penais, como de direito civil, previdenciário, etc. Ao mesmo tempo, em ação integrada com a Defensoria Pública da União receberão apoio para as demandas junto a Justiça Federal, em especial a orientação e encaminhamento de benefícios sociais, como o auxílio reclusão.

Por fim, a quarta ação compreende a capacitação em direitos humanos e mediação para profissionais do direito, que objetiva formar parceria com as escolas superiores para capacitação de profissionais do sistema de justiça (membro Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública) em temas de direitos humanos e mediação pacífica de conflitos.

3.1. Valorização institucional

O direito à assistência jurídica integral e gratuita não se trata de “mera garantia jurídico-formal, mas sim de garantia real e efetiva, que o Estado é obrigado a assegurar em cada caso, vencendo obstáculos que se antepõem à sua concreção”¹⁹⁵. O § 10 do artigo 4º introduzido pela Lei Complementar n. 132/2009 solucionou um aparente vácuo normativo que abria brechas para violações oblíquas do mandamento constitucional implícito que estabelece a predominância da Defensoria Pública na prestação da assistência jurídica integral e gratuita. O novo dispositivo prevê: “O exercício do cargo de Defensor Público é indelegável e privativo de membros da Carreira.”

Dessa maneira, o plano infraconstitucional reafirmou a estrutura estatal voltada à prestação da assistência jurídica como atribuição exclusiva ao exercício do cargo de Defensor Público. Mesmo antes do advento da LC n. 132/2009 a doutrina já se posicionava no sentido de que a União, os Estados e o Distrito Federal não desfrutavam da faculdade de optar pela instituição e manutenção da Defensoria Pública. Nesse sentido, Celso Ribeiro de Bastos, advertia:

195 GRINOVER, Ada Pellegrini. Apud OLIVEIRA, Rogério Nunes de. Op. cit., p. 188.

Com efeito, a atual Lei Maior não se limitou a consignar o dever de prestação da assistência judiciária. Ele deixa claro a quem compete fornecê-la. Isto é feito pelo art. 134 e seu parágrafo único, que deixa certa a existência de uma defensoria pública no nível da União e do Distrito Federal, que será organizada pela primeira, assim como patenteia a existência de uma defensoria pública nos Estados, submetida a normas gerais de nível federal.¹⁹⁶

Rogério Nunes de Oliveira, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, também se posicionava nesse sentido:

Se bem que o atual modelo de assistência jurídica gratuita se revela viável e vantajoso, realizado predominantemente pela Defensoria Pública e, a título excepcional, pelos advogados, isso não quer significar que se possa endossar a proliferação dos malsinados convênios para a contratação de profissionais para a prestação de serviços de assistência judiciária nos Estados que – ainda não criaram as Defensorias Públicas, o que é inconcebível e de todo modo censurável. Afirme-se, primeiramente, que tais convênios são claramente inconstitucionais, uma vez que através deles, busca o Estado furtar-se do dever encerrado em texto expresso da Constituição Federal. Em segundo lugar, tais atos mostram-se ilegais, pois os profissionais credenciados pelas subseções da Ordem dos Advogados do Brasil são escolhidos sem prévia licitação pública, o que contraria a Lei nº 8.666/93 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/98.¹⁹⁷

No mesmo sentido, a doutrina do Supremo Tribunal Federal, em reiteradas decisões, reconheceu a inconstitucionalidade de atos normativos que tinham por objetivo burlar, por caminhos sinuosos e obscuros, o preceito constitucional do artigo 134 da CF/88:

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 8.742, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005, DO ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO, NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO". 1. A Defensoria Pública se revela como instrumento de democratização do acesso às instâncias judiciárias, de modo a efetivar o valor constitucional da universalização da justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF/88). 2. Por desempenhar, com exclusividade, um mister estatal genuíno e essencial à jurisdição, a

196 BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 21ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p.425.

197 OLIVEIRA, Rogério Nunes de. Op. cit., p. 91.

Defensoria Pública não convive com a possibilidade de que seus agentes sejam recrutados em caráter precário. Urge estruturá-la em cargos de provimento efetivo e, mais que isso, cargos de carreira. 3. A estruturação da Defensoria Pública em cargos de carreira, providos mediante concurso público de provas e títulos, opera como garantia da independência técnica da instituição, a se refletir na boa qualidade da assistência a que fazem jus os estratos mais economicamente débeis da coletividade. 4. Ação direta julgada procedente. (ADI 3700, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 15/10/2008, DJe-043 DIVULG 05-03-2009 PUBLIC 06-03-2009 EMENT VOL-02351-01 PP-00107 RTJ VOL-00208-03 PP-00955)

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 84 DA LEI COMPLEMENTAR 54/2006, DO ESTADO DO PARÁ, QUE DETERMINA A PERMANÊNCIA DE DEFENSORES PÚBLICOS PRECARIAMENTE CONTRATADOS ATÉ O PROVIMENTO DOS CARGOS POR CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS. 1. A Defensoria Pública é instituição concretizadora do mais democrático acesso às instâncias decisórias do País, tanto na esfera administrativa quanto judicial, na medida em que dá assistência jurídica integral e gratuita a pessoas naturais economicamente débeis (inciso XXXV do art. 5º da CF/88). 2. Estratégico ponto de convergência entre o constitucionalismo liberal e social, a Defensoria Pública é estruturada em cargos de carreira, providos por concurso público de provas e títulos. Estruturação que opera como garantia da independência técnica dos seus agentes e condição da própria eficiência do seu mister de assistência a pessoas naturais “necessitadas”. 3. Ação direta que se julga procedente. (ADI 4246, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 26/05/2011, DJe-166 DIVULG 29-08-2011 PUBLIC 30-08-2011 EMENT VOL-02576-01 PP-00095)

A LC n. 132/2009 simplesmente consagrou em termos explícitos aquilo que já se manifestava em traços fortes e intuitivos no texto constitucional. Portanto, a ordem constitucional não admite que o Estado utilize de meios alternativos para cumprir sua obrigação de fornecer assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, em especial se isto significar o adiamento ou a não estruturação da Defensoria Pública. Nesse sentido, pode haver uma suposição de que a Lei Complementar nº 132/2009 instituiu um regime de monopólio para a Defensoria Pública na prestação da assistência jurídica gratuita e integral, que não representa a interpretação correta.

Observe-se que o § 10 do artigo 4º não alude à delegação das funções da Defensoria Pública, mas do exercício do cargo de Defensor Público – delegação que não poderia ocorrer mesmo antes da edição da LC n. 132/2009. Com efeito, essa vedação “impõe-se, a primeira vista, como consectário lógico da ordem de

princípios em que se funda nosso sistema constitucional, e, à segunda, pelo fato de que a Defensoria Pública é essencial não apenas a justiça, mas a realização de algo que transcende o próprio serviço da justiça, que é a promoção social do povo brasileiro”¹⁹⁸. Afinal, a estatura constitucional a que foi alçada a Defensoria Pública deveu-se ao reconhecimento de sua essencialidade em tutelar os mais caros e relevantes valores da ordem jurídica. O Ministro Aires Brito, no julgamento da ADIn n. 3.643-2/RJ, observou que “são elas as defensorias públicas, que verdadeiramente democratizam o acesso às instâncias judiciais, efetivando o valor constitucional da universalização à justiça (inciso XXXV do art.º 5º da CF/88)”¹⁹⁹.

Assim, como defendido por Holden Macedo DA SILVA²⁰⁰ a Defensoria Pública tem o monopólio da assistência jurídica gratuita pública oficial. Isto quer dizer que as pessoas físicas ou jurídicas necessitadas, até mesmo como expressão da ampla defesa, podem optar livremente em valer-se da assistência jurídica da Defensoria Pública ou da assistência jurídica prestada por meio de convênios com a OAB, de escritórios modelos das universidades, de advogado de sua confiança que não lhe cobrará honorários contratuais, dentre outras alternativas.

Em síntese, a inovação introduzida pelo § 10, artigo 4º da LC 132/2009, além de tornar expresso um mandamento constitucional, realçou o perfil institucional da Defensoria Pública destacando seu papel de protagonista no cenário jurídico nacional. Houve a supressão de lacuna normativa que há muito servia de pretexto para adiar a adoção de medidas efetivas para a concretização dos direitos fundamentais do acesso à Justiça e da assistência jurídica integral e gratuita. Portanto, não há mais espaços para interpretações de conveniência. Toda vez que a prestação da assistência jurídica integral e gratuita for custeada ou oferecida pelo Estado, essa incumbência tocará somente às Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal. Ou seja, “por deliberação

198 Ibidem, p. 191.

199 STF, Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, ADIn nº 3.643-2/RJ, julg. em 08.11.2006.

200 SILVA, Holden Macedo da. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública**. Brasília: Fortium, 2007. p. 15-16.

constitucional, os hipossuficientes devem receber assistência jurídica integral do Estado (art. 5º, LXXIV, da CF) (e) o órgão do Estado incumbido dessa tarefa é a Defensoria Pública, que o art. 134 da CF definiu como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.”²⁰¹

Assim, afastam-se os formatos paralelos de prestação de serviços de assistência jurídica gratuita e integral que visem adiar a estruturação das Defensorias Públicas como órgão eficiente de prestação da assistência jurídica, pois, o Estado já fez sua opção por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, definindo a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional e qualificando-a como a responsável pela prestação da assistência jurídica²⁰². No voto do Ministro Celso de Mello, se posiciona:

A Defensoria Pública é o instrumento jurídico-institucional concebido pelo Estado brasileiro para permitir que as promessas constitucionais, notadamente em tema de direitos civis, econômicos e sociais, não se tornem proclamações vãs, retóricas e inconseqüentes. (...) Portanto, e já o disse em julgamentos anteriores, Senhora Presidente, torna-se necessário acentuar que a questão da Defensoria Pública não pode nem deve ser tratada de maneira inconseqüente pelo Poder Público. É que, da adequada organização material e da efetiva institucionalização da Defensoria Pública, depende a proteção jurisdicional de milhões de pessoas carentes e desassistidas que sofrem, infelizmente, em nosso País, um inaceitável e estigmatizante processo de exclusão que as coloca, de modo injusto, à margem das grandes conquistas jurídicas e sociais.²⁰³

Conclui-se, pois, que o Estado, para a prestação do serviço público de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, somente pode valer-se da Defensoria Pública, não lhe restando outra alternativa que seja compatível com o texto constitucional. Dessa maneira, evita-se a realidade pontuada por Holden Macedo da Silva: “Curioso é que para o pobre, para o necessitado, tudo pode ser improvisado. Admite-se a improvisação na Defensoria Pública, através da figura

201 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1050.

202 Art. 5º, inciso LXXIV, c/c art. 134, ambos da CF/88.

203 Voto proferido na ADIn nº 3.643-2/RJ (STF, Pleno, Rel. Ministro Carlos Aires Britto, julg. em 08.11.2006) grifado no original.

dos defensores "dativos" ou defensores "ad hoc", mas não são admitidas improvisações no Ministério Público (os Promotores "ad hoc") e no Poder Judiciário (a figura do juiz temporário ou do juiz "ad hoc").”²⁰⁴

3.2 Funções institucionais

Com a reforma da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública o rol exemplificativo²⁰⁵ de suas funções institucionais sofreu grande ampliação, indicando novas atribuições compatíveis com as finalidades da instituição, no mesmo passo em que as funções institucionais já previstas anteriormente ganharam nova roupagem. A nova redação do art. 4º da Lei Complementar nº 80/94 passa a ser a seguinte:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

204 SILVA, Holden Macedo da. Op. cit., p.35.

205 O elenco não é *numerus clausus*, o que se extrai da própria redação do *caput* do dispositivo, pois a expressão contida em sua parte final permite que outras funções institucionais lhe sejam atribuídas (“dentre outras”).

- IX – impetrar **habeas corpus**, mandado de injunção, **habeas data** e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;
- XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;
- XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- XVI – exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- XIX – atuar nos Juizados Especiais;
- XX – participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;
- XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;
- XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

Importa analisar cada uma de suas funções institucionais, com especial destaque para as novas atribuições inseridas pela LC n. 132/2009. A primeira alteração a ser apontada foi a adoção do termo necessitado, pois o inciso I estabelece como função institucional da Defensoria Pública “prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos **necessitados** em todos os graus”. O termo necessitado amplia o campo semântico do termo carência – uma tendência comum em grande parte das ordens jurídicas da Europa Ocidental. Essa mudança consagra as diversas nuances do fenômeno hipossuficiência em sua denotação jurídica, que no consenso doutrinário é um gênero de que são espécies a hipossuficiência econômico-financeira, a hipossuficiência jurídica e a

hipossuficiência organizacional.²⁰⁶ Ada Pellegrini Grinover fala sobre a noção ampliada de hipossuficiência:

No que respeita à assistência jurídica, seu conceito também se renovou, tomando uma dimensão muito mais ampla. (...) Mas, além disso, também se dilatou o sentido do termo necessitados. Aos necessitados tradicionais, que eram – e ainda são – os carentes de recursos econômicos, acrescentaram-se os carentes de recursos jurídicos. E assim a assistência judiciária aos economicamente fracos foi estendida aos hipossuficientes jurídicos. O primeiro passo nesse sentido foi dado para a defesa penal, quando se tratasse de acusado revel, independentemente de sua capacidade econômica. Mais recentemente, porém, fala-se em uma nova categoria de hipossuficientes, surgida em razão da própria estruturação da sociedade de massas: são os carentes organizacionais, a que se refere Mauro Cappelletti. São carentes organizacionais as pessoas que apresentam uma particular vulnerabilidade em face das relações sociojurídicas existentes na sociedade contemporânea. (...) Todos aqueles, enfim, que no intenso quadro de complexas interações sociais hoje reinante, são isoladamente frágeis perante os adversários poderosos do ponto de vista econômico, social, cultural ou organizativo, merecendo, por isso mesmo, maior atenção com relação a seu acesso à ordem justa e à participação por intermédio do processo.²⁰⁷⁻²⁰⁸

No entanto, a perspectiva inserida pela LC n. 132/2009 expande o termo necessitado para além das várias nuances do fenômeno hipossuficiência, ou seja, abarca outras hipóteses de indivíduos ou mesmo de grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade existencial no tocante aos seus direitos fundamentais e dignidade. De acordo com as Regras de Brasília sobre o Acesso à Justiça das Pessoas em Condições de Vulnerabilidade, aprovadas no âmbito da XIV Conferência Judicial Ibero-Americana²⁰⁹ em 2008, o conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade consiste em “pessoas que, por razão da sua idade,

206 OLIVEIRA, Rogério Nunes de. Op. cit., p. 195.

207 GRINOVER, Ada Pellegrini. **Acesso à justiça e o Código de Defesa do Consumidor: o processo em evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 116-117.

208 No mesmo sentido MARINONI, destaca: “O Estado, a Ordem dos Advogados, a Universidade, os veículos de comunicação de massa e outros setores da vida privada devem oferecer informação e orientação aos cidadãos a respeito dos direitos. A assistência jurídica deve deixar de ser enfocada apenas através da ótica da pobreza e passar a ser visualizada na perspectiva do cidadão envolvido na complexidade e, às vezes, nos conflitos da sociedade urbana em que vive.” In: MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas Linhas de Processo Civil**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.p. 81.

209 Disponível em:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%C3%A0%20Justi%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2011.

gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.”

Ainda, sobre as causas que podem constituir vulnerabilidade enumera “entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidade indígenas ou minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade.” Portanto, é possível afirmar que o conceito de necessitados em seu sentido amplo reflete o conceito de pessoas em condição de vulnerabilidade. Pode se inferir tal assertiva do próprio texto legislativo infranconstitucional, pois o inciso X do artigo 4 da LC n. 80/1994 atribui como função da Defensoria Pública “promover a mais ampla defesa dos direitos **fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**”, e no mesmo sentido é a previsão do inciso IX: “exercer a defesa dos **interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado**”. Em face disso, percebe-se a magnitude assumida pelo termo necessitado no âmbito do novo perfil institucional da Defensoria Pública.

O termo orientação jurídica que se refere o inciso I se coaduna a garantia constitucional da assistência jurídica – inovação da Constituição de 1988, pois é mais ampla do que a assistência judiciária prevista nos textos constitucionais anteriores, que se restringia ao âmbito judicial. A assistência jurídica engloba a assistência judiciária, pois além da representação judicial abrange a representação e a orientação jurídica em âmbito extrajudicial. A parte final do inciso sob análise indica que a orientação jurídica e a defesa dos necessitados serão feitas em todos os graus. A expressão também consta no art. 134, *caput*, da CF/88, reafirmando que os serviços de assistência jurídica prestados pela Defensoria Pública são relativos a todas as instâncias administrativas e judiciais.

Para abranger todos estes órgãos administrativos e jurisdicionais, o constituinte estabeleceu a Defensoria Pública com autonomia funcional, administrativa e financeira (art. 134, § 2º, CF/88), que reverberou no plano infraconstitucional por meio dos princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional²¹⁰. O princípio da unidade define que a Defensoria Pública “corresponde a um todo orgânico, sob uma mesma direção, mesmos fundamentos e mesmas finalidades. Permite aos membros da Defensoria Pública substituírem-se uns aos outros (...). Entretanto, tal unidade não implica em vinculações de opiniões. Assim, o Defensor Público substituto poderá atuar com opinião própria.”²¹¹ Desse mesmo entendimento resulta o princípio da indivisibilidade, pois atuando a Defensoria Pública como um todo orgânico, não pode estar sujeita a rupturas e fracionamentos. Já o princípio institucional da independência funcional concede autonomia a Defensoria Pública perante os demais órgãos estatais, conferindo imunidade a qualquer interferência política que afete a sua atuação. Nesse sentido, os Defensores Públicos são agentes políticos do Estado.

Ainda, para organizar o cumprimento da orientação jurídica e defesa dos necessitados em todos os graus de jurisdição a Defensoria Pública é dividida em três ramos principais²¹²: i) a Defensoria Pública da União; ii) Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios, e iii) Defensoria Pública dos Estados. A Defensoria Pública da União tem como atribuição a prestação de assistência jurídica perante a Justiça Comum Federal e as Justiças Especializadas da União (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União), e também,

²¹⁰ Art. 3º da Lei Complementar nº 80/94: “São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.”

²¹¹ ALVES, Cleber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. **Acesso à Justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 112-113.

²¹² Art. 2º da Lei Complementar nº 80/94: “A Defensoria Pública abrange: I - a Defensoria Pública da União; II - a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios; III - as Defensorias Públicas dos Estados.”

perante as instâncias administrativas organizadas pela União²¹³. Por sua vez, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios atua perante os órgãos jurisdicionais vinculados ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e nas instâncias administrativas do Distrito Federal e dos Territórios^{214 215}. Por fim, as Defensorias Públicas estaduais prestam assistência jurídica aos necessitados em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas dos Estados²¹⁶.

Outra função institucional da Defensoria Pública com clara ampliação de conteúdo foi a estabelecida no inciso II, que prevê como função prioritária do defensor público a atuação na solução extrajudicial dos conflitos. Para tanto, aumentou o rol exemplificativo dos instrumentos de pacificação, não se limitando a conciliação, como prevista na redação anterior da LC n. 80/1994. A previsão legislativa passa a ser a seguinte:

²¹³ Art. 14 da Lei Complementar n° 80/94: “A Defensoria Pública da União atuará nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.”.

²¹⁴ Art. 64 da Lei Complementar n° 80/94: “Aos Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas, cabendo-lhes especialmente: I - atender às partes e aos interessados; II - postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados; III - tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível; IV - acompanhar e comparecer aos atos processuais e impulsionar os processos; V - interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover Revisão Criminal, quando cabível; VI - sustentar, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios; VII - defender os acusados em processo disciplinar; VIII – participar, com direito a voz e voto, do Conselho Penitenciário; IX – certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais; X – atuar nos estabelecimentos penais sob a administração do Distrito Federal, visando ao atendimento jurídico permanente dos presos e sentenciados, competindo à administração do sistema penitenciário distrital reservar instalações seguras e adequadas aos seus trabalhos, franquear acesso a todas as dependências do estabelecimento, independentemente de prévio agendamento, fornecer apoio administrativo, prestar todas as informações solicitadas e assegurar o acesso à documentação dos presos e internos, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os membros da Defensoria Pública do Distrito Federal.”.

²¹⁵ Embora não haja atualmente Territórios no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ainda prevê a possibilidade de sua criação (art. 33), designando órgão jurisdicional, o ramo do Ministério Público e o ramo da Defensoria Pública responsáveis pela atuação naqueles.

²¹⁶ Art. 106 da Lei Complementar n° 80/94: “A Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado.”.

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

(...)

§ 4º O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.

A explosão da demanda judicial e a ausência de remédios efetivos para a morosidade crônica do judiciário têm apontado para utilização de meios alternativos de resolução dos conflitos como mecanismos eficientes de pacificação social. A solução extrajudicial dos conflitos traz inúmeras vantagens, em especial no que se refere ao custo e celeridade da intervenção pública, ao mesmo tempo em que se mostra muito efetiva. São diversas as formas e meios alternativos de resolução de conflitos, no entanto as mais consagradas e conhecidas no direito brasileiro são a conciliação, a mediação²¹⁷ e a arbitragem²¹⁸.

A arbitragem também é conhecida como justiça dos *experts* e consiste em que as partes envolvidas no litígio, exercendo sua autonomia de vontade, entreguem a resolução do conflito a um terceiro imparcial dotado de conhecimento técnico específico sobre o objeto litigioso. Tal modalidade tem disciplina legal própria – Lei 9.307 de 1996, e se aproxima da distribuição jurisdicional clássica, tendo grande uso em conflitos de natureza comercial.²¹⁹ Em situação oposta à adjudicação unilateral da resposta ao conflito tem-se a as formas de autocomposição, dentre as quais se destaca a mediação. “Nesta, a

217 Para facilitar o conceito de mediação, será utilizada a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 4.827/1998: “Para fins desta Lei, mediação é a atividade técnica exercida por terceiro imparcial que, escolhido ou aceito pelas partes interessadas, as escuta, orienta e estimula, sem apresentar soluções, com o propósito de lhes permitir a prevenção ou solução de conflitos de modo consensual.”

218 Lei 9.307/96.

219 VITTO, Renato Campos Pinto de. **O uso dos meios alternativos de resolução de conflitos e a atuação interprofissional na Defensoria Pública: o novo enfoque do acesso à justiça na LC 132/2009.** . In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 223.

existência de um terceiro visa conduzir as partes num processo de reflexão sobre o conflito, extraindo destas a sua solução, e não impondo uma alternativa que lhe possa parecer a mais adequada. Para tal, este terceiro necessita de uma formação técnica específica que lhe possibilite conduzir adequadamente as partes na solução do litígio”²²⁰.

No que respeita a conciliação, interpretando o dispositivo que deixa claro a atuação prioritária do Defensor Público na solução extrajudicial dos conflitos, conjuntamente com o art. 18, inciso III da LC n. 80/94²²¹, conclui-se que antes de propor a ação judicial, e quando possível²²², deve o Defensor Público tentar uma conciliação. No entanto, mesmo quando já proposta a ação judicial, o Defensor Público, assim como o órgão jurisdicional²²³, havendo possibilidade, devem tentar obter a resolução do conflito de interesses mediante a aplicação de técnicas alternativas. Ademais, o instrumento de transação subscrito por Defensor Público, independentemente de homologação judicial posterior, nos termos do art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil²²⁴ já constituía título executivo extrajudicial, que vem expressamente reconhecido pelo § 4º do artigo 4 da LC n. 80/1994.

Dado o perfil democrático impresso à Defensoria Pública foi-lhe atribuída à função de promover a difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, o que reforça o seu papel

220 Idem.

221 “Art. 18. Aos Defensores Públicos Federais incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes, especialmente: (...) III - tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível”.

222 Deve-se atentar para o fato de que, nem sempre, dada a natureza do direito material envolvido, que pode ser indisponível ou perecível, é possível, sem causar prejuízos à parte assistida pela Defensoria Pública, efetuar qualquer tentativa prévia de resolução extrajudicial do conflito, o que deve ser sopesado pelo Defensor Público, dentro de sua independência funcional (Art. 43, inciso I, da LC 80/94).

223 Art. 125, inciso IV, do Código de Processo Civil: “O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe: (...)IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994).”.

224 “Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: (...)II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores”. (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994)”.

transformador da realidade social. A Defensoria Pública como função essencial à justiça tem o dever de cumprir com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, contribuindo diretamente para esse objetivo a defesa e a conscientização dos direitos humanos como meio de superação das injustiças sociais.

III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

(...)

VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

Portanto, a partir de seu objetivo de garantir a prevalência e a efetividade dos direitos humanos (art. 3-A da LC 80/94), o Defensor Público tem como função institucional promover a difusão e a conscientização dos necessitados acerca da existência de seus direitos fundamentais, bem como deve explicitar as formas de exercê-los. Com efeito, somente aquele que tem consciência dos seus direitos é capaz de buscar sua efetividade. Assim, o “conhecimento acerca dos direitos e deveres de cada um não só previne litígios como também enseja maior reflexão sobre os atos da vida. (...) A educação sobre direitos pode transformar a compreensão do contexto onde o indivíduo vive, o papel das Instituições, as possibilidades e as limitações próprias do ser humano, gerando um agir refletido sobre os atos da vida.”²²⁵

A conscientização e difusão dos direitos humanos, bem como a orientação jurídica são pressupostos de capacitação da população para o exercício da cidadania e devem ser exercidos “com uma postura de diálogo, de oitiva dos assistidos, para que se possa, efetivamente, perceber os problemas por eles enfrentados e, a partir dessa interação, traçar estratégias de solução.”²²⁶

225 BURGER, Adriana Fagundes; BALBINOT, Christine. **A nova dimensão da Defensoria Pública a partir das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 132 da Lei Complementar nº 80/94.** In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 06-07.

226 Ibidem, p. 07.

Reforçando esse entendimento, caso o Defensor Público verifique a violação de direitos humanos no exercício de suas atribuições, o inciso VI do artigo 4 (LC n. 80/94) prevê a função institucional de representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, tendo capacidade postulatória perante seus órgãos.

Na qualidade de Instituição essencial à função jurisdicional do Estado como prestadora de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, a Defensoria Pública atua não só como representante das partes em processos judiciais, mas também como difusora dos direitos e deveres existentes no ordenamento jurídico. Para cumprir esta função, que ficou ainda mais clara com a reforma legislativa levada a efeito pela Lei Complementar n° 132/2009, a Defensoria Pública necessita não apenas de profissionais com formação jurídica, mas também de profissionais de carreira com apoio multidisciplinar.

- IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- (...)
- XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

Parte-se de uma acepção ampla do conceito de acesso à justiça no qual a intervenção nos conflitos se qualifica a partir do olhar de outras áreas de conhecimento. Assim, há a constatação de que “os instrumentos disponibilizados pelo sistema jurídico são insuficientes para gerar uma resposta socialmente justa e satisfatória para o litígio em análise fundamenta, portanto, a tentativa de se agregar profissionais de outras áreas de conhecimento, a fim de que se produza uma intervenção efetiva na sua administração.”²²⁷

Nesse sentido é consagrado importante papel das Carreiras de apoio da Defensoria Pública²²⁸ no atendimento interdisciplinar das vítimas de tortura,

²²⁷ VITTO, Renato Campos Pinto de. Op. cit. p. 232.

²²⁸ Em relação à Defensoria Pública da União, foi inserida previsão específica atinente ao atendimento interdisciplinar no art. 15-A da Lei Complementar n° 80/94.

abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão e violência. A ênfase é na reparação dos direitos violados que objetiva amenizar as consequências da violência. No entanto, se não é possível a obtenção de uma reparação efetiva que apague a lembrança do ocorrido, poderá a intervenção pública ao menos responder a dor sofrida com indenizações. A reparação por meio de indenização é a medida mínima que o Estado pode oferecer ao ofendido.²²⁹

Essa atividade assume importância, primeiro, porque recupera a confiança do cidadão no ordenamento jurídico, apagando a sensação de impunidade e inoperância do Estado para com a satisfação das suas necessidades. E mais, promove a paz social na medida em que os assistidos passam a confiar em que o Estado pode operar em seu favor (e não apenas contra eles), afastando a necessidade da vingança privada.

O inciso V trata da função institucional da Defensoria Pública em promover a defesa do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos e judiciais, em todas as instâncias, revelando que a atuação da Defensoria extrapola a defesa dos direitos subjetivos das partes envolvidas no processo, alcançando a defesa de valores e princípios constitucionais.²³⁰

V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

Outra inovação digna de nota é o reconhecimento expresso pelo legislador complementar da prerrogativa de intimação pessoal mediante vista dos autos para a Defensoria Pública. Antes, tanto a Lei 1.060/50, em seu art. 5º, § 5º, com redação dada pela Lei 7.871/89, quando os arts. 44, inciso I, 89, inciso I, e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 80/94, em suas redações originais,

229 BURGER, Adriana Fagundes; BALBINOT, Christine. Op. cit. p. 07.

230 BRITTO, Adriana; MENDES, Alexandre Fabiano. **A Defensoria Pública e o direito à moradia**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 371.

traziam expressamente apenas a prerrogativa de intimação pessoal em qualquer processo, sem especificar o meio pelo qual esta seria efetivada. Ao lado desta prerrogativa, outra também aperfeiçoada foi a de livre acesso e livre exame, em qualquer repartição pública, de autos de flagrantes, de inquéritos e de processos, consubstanciada no inciso VII dos arts. 44, 89 e 128 da LC n° 80/94, ficando expressa no texto legal a possibilidade de obtenção de cópias e de tomada de apontamentos pelo Defensor Público. Cumpre ressaltar que o legislador complementar reformador trouxe para o texto legal, de forma expressa, a possibilidade de prestação da assistência jurídica pela Defensoria Pública às pessoas jurídicas, o que já era admitido como possível pela jurisprudência.

O inciso VII, por sua vez, trata da legitimidade ativa da Defensoria Pública para a propositura de ações coletivas que já vinha sendo reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência, que também podia ser extraída do próprio texto constitucional. No entanto, hoje tal legitimidade é inquestionável, pois foi expressamente prevista pelo legislador infraconstitucional reformador (LC n. 132/2009).

VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

(...)

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

No mesmo sentido, a Lei nº 11.448/07 incluiu no rol do artigo 5º da Lei nº 7.347/85²³¹ a Defensoria Pública como legitimada para o exercício da ação civil pública. Há, portanto, uma reconhecida ampliação de atividade da Defensoria Pública por meio de um atendimento mais abrangente à população. “Os benefícios desta novel legitimação da Defensoria Pública são gigantescos para a sociedade, visto que não mais é necessário ajuizar demandas individuais repetidamente (pulverizações de ações), podendo haver a adequada substituição pela tutela coletiva”²³². Portanto, há uma democratização do processo em favor dos necessitados e da sociedade em geral, exigindo uma nova mentalidade sobre os conceitos de legitimidade na tutela coletiva e sua relação com o efetivo acesso à justiça²³³.

A ação coletiva destina-se, no direito pátrio, à defesa de interesses transindividuais de grupos, classes ou categorias de pessoas. As modalidades de direitos coletivos encontram-se normatizadas e definidas pelo art. 81, parágrafo único incisos I, II e III, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)²³⁴, quais sejam: interesses ou direitos difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos. Os interesses ou direitos difusos são na conceituação legal “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato” (inciso I). Os direitos

231 “Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I- o Ministério Público; II- a Defensoria Pública (...)”

232 ORDACGY, André da Silva. **As ações coletivas pela Defensoria Pública na novel reforma da Lei Complementar 80/94**. In: In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 239-240.

233 Ibidem, p. 243.

234 Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

coletivos *stricto sensu*, pelo conceito legal, são os “os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base” (inciso II). E, os direitos individuais homogêneos são “assim entendidos aos decorrentes de origem comum” (inciso III), que por ser um conceito legislativo impreciso, necessita do auxílio da doutrina para sua complementação.

Assim, da mesma forma que a Defensoria Pública atua na tutela dos direitos liberais (ou de primeira dimensão), conforme se verifica especialmente no âmbito da defesa criminal, movimenta-se também, de forma exemplar, no sentido de tornar efetivo os direitos sociais (ou de segunda dimensão), o que registra, por exemplo, as ações individuais e coletivas que reivindicam prestações do Estado – nas esferas municipal, estadual e federal – nas áreas de saúde (medicamentos e tratamentos médicos) e da educação (vagas em creche e escolas públicas). Nessa linha, com o surgimento dos direitos fundamentais de solidariedade (ou de terceira dimensão), como é o caso do meio ambiente, automaticamente a tarefa constitucional de zelar por eles é atribuída à Defensoria Pública, em razão de que à população pobre também deve ser garantido o desfrute de suas vidas em um ambiente saudável, equilibrado, seguro e, portanto digno. (...) E, para não deixar pairar mais dúvidas sobre a legitimidade da atuação da Defensoria Pública para a defesa dos direitos fundamentais de todas as dimensões, incluídos os ecológicos, a LC 132/ 2009 – que por sua vez trouxe novo espírito normativo a LC 80/1994 – fez consignar (função) no seu art. 4º, X.²³⁵

Neste contexto, a reforma da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública veio confirmar a vocação da instituição para a tutela coletiva, em especial com a ampliação da acepção do termo necessitado que inclui no rol de destinatários da assistência jurídica integral e gratuita os vulneráveis coletivamente entendidos.

A próxima função institucional da Defensoria Pública é a disposta no inciso IX, que assim dispõe:

IX – impetrar **habeas corpus**, mandado de injunção, **habeas data** e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

235 FENSTERSEIFER, Tiago. Op. cit., p. 65.

Antes da reforma infraconstitucional levada a cabo pela LC n. 132/2009 muito se discutia sobre a propositura de ações que objetivavam a proteção das funções institucionais da Defensoria Pública e das prerrogativas de seus membros. A dúvida pairava se a Defensoria Pública teria legitimidade para fazê-lo figurando no pólo ativo da demanda, ou se somente era possível quando representando determinado assistido. A nova redação do inciso IX veio dirimir tal dúvida, pois, independentemente da representação de determinado assistido, a Defensoria Pública tem legitimidade para utilizar-se de qualquer instrumento processual que vise resguardar tanto suas funções institucionais quanto suas prerrogativas.

XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

Desde a reforma do Código de Processo Penal, efetuada pela Lei n° 11.449/2007, que alterou a redação do art. 306, § 1º, se o preso não informasse o nome de seu advogado seria encaminhada à Defensoria Pública cópia integral do auto de prisão em flagrante. A Lei Complementar n. 80/1994 agora esclarece que caso o preso não constitua advogado, a comunicação à Defensoria Pública deve ser imediata. Ou seja, se no ato de lavratura do auto de prisão em flagrante o flagranciado declara não contar com defesa técnica, finda a autuação e no prazo máximo de 24 horas da prisão, será expedida comunicação imediata ao juiz competente, à família do preso (art. 5º, inciso LXII da CF/88) e ao Defensor Público com atribuição para a prestação da assistência jurídica.

Nessa hipótese não é necessário a comprovação de necessidade econômica ou de insuficiência de recursos pelo preso, pois a situação jurídica de estar com a liberdade cerceada sem a constituição de defesa técnica caracteriza hipótese de necessidade jurídica e insuficiência de recursos técnicos, apta a

ensajar, no exercício de função atípica²³⁶, a atuação da Defensoria Pública na prestação da assistência jurídica.²³⁷

O inciso XV também prevê a Defensoria Pública a atribuição para propor ação penal privada²³⁸ e ação penal subsidiária da pública²³⁹. No entanto, para exercer tal função é necessário procuração com outorga de poderes especiais, em razão da ressalva da parte final do inciso XI dos arts. 44, 89 e 128, todos da Lei Complementar 80/94, e da exigência do art. 44 do Código de Processo Penal.

O exercício da curadoria especial também é uma função institucional da Defensoria Pública e já era prevista na redação original do art. 4º da Lei Complementar nº 80/94. Houve apenas uma alteração topográfica do respectivo inciso VI para o inciso XVI, que assim dispõe: “exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei”. As hipóteses legais do Código de Processo Civil para nomeação especial estão positivadas em seus arts. 9º²⁴⁰, 218, §§ 2º e 3º²⁴¹, 302, parágrafo único²⁴², 1.042²⁴³, 1.179²⁴⁴ e 1.182, § 1º²⁴⁵, e é função atípica da

236“É tida como atípica a função institucional exercida pela Defensoria Pública sem que se cogite da situação econômica do assistido ou de exigência de comprovação de insuficiência de recursos financeiros. Por serem atípicas, estas hipóteses dependem de previsão legal e devem guardar relação com as finalidades da Instituição, ou seja, deve estar configurada ou ser presumida a situação de necessidade do assistido.” MENEZES, Felipe Caldas. Op. cit., p. 151-152.

237 Idem.

238 Código de Processo Penal: “Art. 30. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.”

239 Código de Processo Penal: “Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.”

240 “Art. 9º O juiz dará curador especial:

I - ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele;

II - ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

Parágrafo único. Nas comarcas onde houver representante judicial de incapazes ou de ausentes, a este competirá a função de curador especial.”

241 “Art. 218. Também não se fará citação, quando se verificar que o réu é demente ou está impossibilitado de recebê-la. (...)

§ 2º Reconhecida a impossibilidade, o juiz dará ao citando um curador, observando, quanto à sua escolha, a preferência estabelecida na lei civil. A nomeação é restrita à causa.

§ 3º A citação será feita na pessoa do curador, a quem incumbirá a defesa do réu.”

242 Art. 302. Cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo: (...)

Defensoria Pública, não sendo, portanto, necessária a comprovação da situação financeira do assistido, pois constituem condições de vulnerabilidade jurídica, que é o que se extrai da análise das hipóteses legais de nomeação da curadoria especial.

Trata-se de importante função da Defensoria Pública a exercida junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, que já era prevista no antigo art. 4º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 80/94, sendo ampliada para abranger de forma expressa os estabelecimentos de internação de adolescentes.

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
(...)

§11. Os estabelecimentos a que se refere o inciso XVII do caput reservarão instalações adequadas ao atendimento jurídico dos presos e internos por parte dos Defensores Públicos, bem como a esses fornecerão apoio administrativo, prestarão as informações solicitadas e assegurarão acesso à documentação dos presos e internos, aos quais é assegurado o direito de entrevista com os Defensores Públicos.

Assegurou-se aos Defensores Públicos, a existência de instalações adequadas, o fornecimento de apoio administrativo e a prestação de informações solicitadas, possibilitando-se o atendimento jurídico de presos e internos, inclusive de forma reservada. Também, conforme prerrogativa do inciso VII dos arts. 44, 89 e 128, todos da LC 80/94, a qual teve sua redação revigorada para incluir o livre ingresso dos Defensores Públicos em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.

Parágrafo único. Esta regra, quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.”

243 “Art. 1.042. O juiz dará curador especial:

I - ao ausente, se o não tiver;

II - ao incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante.”

244 “Art. 1.179. Quando a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público, o juiz nomeará ao interditando curador à lide (art. 90).”

245 “Art. 1.181. O interditando será citado para, em dia designado, comparecer perante o juiz, que o examinará, interrogando-o minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens e do mais que lhe parecer necessário para ajuizar do seu estado mental, reduzidas a auto as perguntas e respostas.”

Nesse sentido, a atuação da Defensoria Pública é um importante instrumento de pacificação do sistema carcerário e da internação de adolescentes, pois deve prestar informações técnicas sobre a pena ou medida socioeducativa a ser cumprida, bem como prestar orientação jurídica sobre deveres e direitos dos detentos. Ademais, a presença irrestrita da Defensoria Pública nos estabelecimentos carcerários pode dar ensejo à tutela, inclusive de forma coletiva, dos direitos dos presos e internos.

Também, cumpre a Defensoria Pública atuar nos Juizados Especiais (inciso XIX). A redação originária da LC n. 80/94 no artigo 4º, inciso X, referia-se à atuação em Juizados Especiais de Pequenas Causas, mesmo porque era o termo previsto antes da Lei nº 9.099/95 que regulamentou o dispositivo no artigo 98, inciso I²⁴⁶, da CF/88. A atuação da Defensoria Pública se estende aos Juizados Especiais no âmbito federal – criados pela Emenda Constitucional nº 22/1999, que incluiu o parágrafo único no art. 98 (atual § 1º em razão da Emenda Constitucional nº 45/2004)²⁴⁷ efetivados por meio da edição da Lei nº 10.259/2001 – e aos Juizados Especiais de Fazenda Pública no âmbito da Justiça Comum Estadual, recentemente criados pela Lei nº 12.153/2009. Em todos esses procedimentos a Defensoria Pública tem a função institucional de atuar, mas a parte tem a opção de propor as demandas em primeira instância sem a representação de advogado.

É garantida a participação da Defensoria Pública em conselhos federais, estaduais e municipais afetos às suas funções institucionais por meio do inciso XX. Essa prerrogativa representa mais uma voz dos necessitados junto aos referidos órgãos. Nesse sentido, cumpre ressaltar a nova previsão do artigo 18, inciso VIII, da LC n. 80/94, que incluiu dentre as incumbências do Defensor

246 “Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau”

247 “§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)”

Público Federal a participação com voz e voto no Conselho Penitenciário, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena ²⁴⁸.

Outra inovação introduzida pela LC n. 132/2009 foi a previsão dos Defensores Públicos executarem e receberem as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação:

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

No entanto, ao contrário do que possa parecer, tal dispositivo não guarda qualquer incompatibilidade com a proibição dos Defensores Públicos receberem honorários em razão de suas atribuições (inciso III dos arts. 46, 91 e 130, todos da LC n. 80/94) ²⁴⁹. Isso porque, a proibição se dirige aos membros da Defensoria Pública e não à instituição. Logo, os honorários sucumbenciais serão destinados a fundo público gerido pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da instituição e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

Cumprindo com o perfil democrático da Defensoria Pública e dentro do espírito da reforma da Lei Complementar, foi conferida à instituição a prerrogativa de convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais:

248 Art. 69 e seguintes da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal.

249 “Art. 46. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública da União é vedado: (...)

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições; (...)

Art. 91. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios é vedado: (...)

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições; (...)

Art. 130. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública dos Estados é vedado: (...)

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições”

XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

As audiências públicas permitem um diálogo mais próximo do povo com o Estado, ou seja, do representante com representado (art. 2º, parágrafo único da CF/88), permitindo o conhecimento dos defeitos e virtudes das políticas públicas em execução. A pertinência temática da Defensoria Pública com este mecanismo de participação popular na Administração fica ainda mais evidente se for encarado como forma de promoção da cidadania²⁵⁰.

O § 7º do artigo 4 da LC n. 80/1994 traz nova disposição, garantindo aos membros da Defensoria Pública sentar-se no mesmo plano do Ministério Público o que apenas reflete a igualdade de tratamento que deve ser conferida aos membros de instituições consideradas essenciais à função jurisdicional do Estado, que já era garantido pelo inciso XII dos arts. 44, 89 e 128, todos da LC n. 80/94.

3.3. Direitos dos assistidos

Na reforma infraconstitucional feita pela LC n. 132/2009 incluiu-se o art. 4º-A na LC 80/94, que elenca os direitos do beneficiário da assistência jurídica integral e gratuita. Esse dispositivo representa verdadeira novidade no sistema jurídico pátrio oportunizando aos cidadãos um exercício mais digno de seus direitos, o artigo 4º-A assim dispõe:

Art. 4º-A. São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos:

I – a informação sobre:

- a) localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública;
- b) a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses;

II – a qualidade e a eficiência do atendimento;

²⁵⁰ Art. 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 80/94.

- III – o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público;
- IV – o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural;
- V – a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

O primeiro direito dos assistidos é o de informação sobre a localização e o horário de funcionamento da Defensoria Pública, devendo também a instituição prestar clara informação sobre a tramitação dos processos judiciais e administrativos. O segundo direito assegura a qualidade e a eficiência do atendimento prestado pela Defensoria Pública, que decorre do princípio da eficiência da Administração Pública, previsto no *caput* do art. 37 da CF/88.

O inciso III prevê o direito do assistido em ter sua pretensão revista pelo Defensor Público-Geral em caso de recusa de atuação pelo Defensor Público. Destaque-se que o patrocínio dos direitos e interesses dos necessitados deve ser prestado por Defensor natural – previsão do inciso IV. O princípio do Defensor natural, mesmo antes da reforma legislativa, já podia ser deduzido logicamente das garantias de inamovibilidade²⁵¹ e da independência funcional, bem como dos princípios constitucionais do acesso à justiça, do contraditório e da ampla defesa. Do princípio do Defensor natural extrai-se a conclusão de que deve haver a atuação de Defensores Públicos distintos quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre os destinatários da assistência jurídica – inciso V.

Nesse particular, o dispositivo do legislador infraconstitucional veio elidir o entendimento de que em decorrência do princípio institucional da unidade da Defensoria Pública – por ser um todo indivisível, não seria possível aos defensores públicos representar partes no mesmo processo com interesses antagônicos. Tratava-se de interpretação equivocada, pois o princípio institucional da unidade visa aprimorar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública, que deve abranger todos os seus ramos, da mesma forma a assistência jurídica fornecida pelo Estado é uma garantia constitucional que não

²⁵¹ Art. 134, § 1º da CF/88

pode ser limitada por questões de ordem prática. Portanto, o direito previsto no art. 5º, inciso LXXIV, c/c art. 134, ambos da CF/88, não se condiciona aquele que primeiro comparecer à Defensoria Pública nos casos em que já exista outra pessoa com interesses colidentes assistida pela instituição. Portanto, o impedimento de atuar quando há interesses antagônicos em jogo é do membro da instituição, e não da Defensoria Pública, por força do dispositivo nos incisos II e VI dos arts. 47, 92 e 131, todos da LC 80/94.

4. Defensoria Pública no Paraná: uma omissão de 23 anos

O Paraná é o penúltimo estado do país a criar oficialmente a Defensoria Pública, apenas o estado de Santa Catarina²⁵² ainda afronta constitucionalmente o

252 “**STF julga inconstitucional atuação da OAB no lugar da defensoria pública em SC:** O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) 3892 e 4270 para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina que dispõem sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita. Atualmente, o estado não possui defensoria pública e a população hipossuficiente recebe prestação jurídica gratuita por meio de advogados dativos indicados pela seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC).

A Corte decidiu que essa situação no estado deve durar por mais um ano, quando os dispositivos contestados [artigo 104 da Constituição de Santa Catarina e Lei Complementar Estadual 155/97] perderão eficácia no ordenamento jurídico. A votação ocorreu por maioria de votos, com exceção do ministro Marco Aurélio que entendeu que a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos deveria valer desde quando foram editados. **Inconstitucionalidade:** O ministro Joaquim Barbosa, relator, afirmou que os argumentos levantados em defesa das disposições questionadas não são convincentes. Para ele, é clara a inconstitucionalidade dos dispositivos questionados nas ações diretas. De acordo com ele, o fato de a lei complementar contestada resultar de iniciativa parlamentar, já seria razão suficiente para declarar a sua inconstitucionalidade formal. “Isso porque, com fundamento no princípio da simetria, esta Corte tem estendido a regra constante do artigo 61, inciso II, alínea “d”, da Constituição Federal, às outras unidades da federação, do que resulta que a iniciativa para legislar sobre a organização da defensoria pública em âmbito estadual jamais pode ser atribuída aos parlamentares estaduais”, disse. Segundo o ministro Joaquim Barbosa, as possíveis dúvidas a respeito da questão foram esclarecidas pela Lei Complementar 80/94, que contém normas gerais obrigatórias para a organização da defensoria pública pelos estados. Ele observou que o modelo catarinense não se utiliza da parceria com a OAB como forma de suplementar a defensoria pública ou de suprir eventuais carências desta. “Pelo contrário, a seccional da OAB naquele estado supostamente cumpre o papel que seria da defensoria. Não há outra defensoria em Santa Catarina, há apenas os advogados dativos indicados pela OAB”, observou. **Prioridade à advocacia privada:** O ministro Joaquim Barbosa fez um paralelo entre a exclusividade do defensor público ao atendimento do hipossuficiente e a prioridade que o advogado dativo pode dar às demandas privadas. “Não se pode ignorar que enquanto o defensor público, integrante de carreira específica, dedica-se exclusivamente ao atendimento da população que necessita dos serviços de assistência, o advogado privado – convertido em defensor dativo – certamente prioriza os seus

dever público de instituir a Defensoria Pública como órgão essencial para prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. Prevista desde a Constituição de 1988 a instituição da Defensoria Pública no Paraná aconteceu com 23 anos de atraso, e somente após muitas idas e vindas.

A Constituição do Estado do Paraná²⁵³ prevê em seu artigo 127 que: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.” O parágrafo único do

clientes que podem oferecer uma remuneração maior do que aquela que é repassada pelo estado, a qual observa a tabela de remuneração básica dos serviços de advogados”, ressaltou.

Essas observações, conforme o relator, sugerem que a criação de um serviço de assistência judiciária não pode ser vista apenas sob o ângulo estatístico “e muito menos da perspectiva da mera economia de recursos”. “Veja-se, a título de exemplo, o fato de que a defensoria dativa organizada pelo Estado de Santa Catarina com o apoio da OAB local não está preparada e tampouco possui competência para atuar, por exemplo, na defesa dos interesses coletivos, difusos ou individuais homogêneos dos hipossuficientes residentes naquele estado, atribuição que se encontra plenamente reconhecida à defensoria pública”, disse o ministro. **Presos sem defensores:** O ministro salientou que o fato de os presos do estado não contarem com defensores públicos faz com que essa realidade tenha impacto direto sobre a regularidade da execução penal, “gerando como consequência o indesejável fato do encarceramento ilegal ou por tempo que excede o regular cumprimento da pena”. Para ele, essa situação em Santa Catarina é “um severo ataque à dignidade do ser humano”. Assim, o relator votou pela procedência das ações diretas a fim de declarar a inconstitucionalidade de todos os dispositivos questionados. A Corte decidiu que tal situação deve vigorar por até um ano. **Decano:** O ministro Celso de Mello, decano da Corte, acompanhou o relator e manifestou sua indignação com a “omissão contumaz” do Estado de Santa Catarina, que, 23 anos depois da promulgação da Constituição da República, se manteve inerte quanto à implantação da Defensoria Pública no estado, violando, “de modo patente”, o direito das pessoas desassistidas, “verdadeiros marginais” do sistema jurídico nacional. “É preciso dizer claramente: o Estado de Santa Catarina tem sido infiel ao mandamento constitucional dos artigos 134 e 5º, inciso 74, e essa infidelidade tem de ser suprimida por essa Corte”, afirmou. Para o decano do STF, não se trata de uma questão interna do Estado de Santa Catarina. “É uma questão nacional que interessa a todos, a não ser que não se queira construir a igualdade e edificar uma sociedade justa, fraterna e solidária”, destacou. O ministro Celso de Mello ressaltou ainda a relevância das defensorias públicas como instituições permanentes da República e organismos essenciais à função jurisdicional do estado, e o papel “de grande responsabilidade” do defensor público “como agente incumbido de viabilizar o acesso dos necessitados à ordem jurídica justa”. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202643>. Acesso em: 14 mar. 2012.

253 Publicada no Diário Oficial nº. 3116 de 05 de Outubro de 1989. “**PREÂMBULO:** Nós, representantes do povo paranaense, reunidos em Assembleia Constituinte para instituir o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado do Paraná.”

mesmo artigo reconhece como princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função. Em continuidade, o artigo 128 estabelece: “Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.”

A Defensoria Pública do estado do Paraná não é nova, pois existe desde 04 de fevereiro de 1991, quando criada pela Lei Complementar Estadual n.º 55/1991²⁵⁴ do governo Álvaro Dias. No entanto, essa Lei apenas criou a Defensoria, o artigo 1º dispõe: “Fica instituída a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22, do ato das disposições transitórias, da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual”. Não lhe foi, pois conferida qualquer estrutura ou carreira, ficando estabelecido em seu artigo 6º: “O Poder Executivo, em 180 (cento e oitenta) dias, enviará à Assembléia mensagem dispondo sobre a criação e estruturação da carreira de defensor público, bem como fixando vencimento, vantagens, direitos e deveres e outras disposições cabíveis para o funcionamento da instituição.”

Porém, passaram-se 10 anos sem que a instituição fosse efetivamente organizada. Em 20 de maio de 2010, o governador Orlando Pessuti anunciou a intenção de até o fim do seu mandato, aprovar o projeto de lei da Defensoria Pública. Cinco meses depois, o projeto foi apresentado à Assembléia Legislativa, mas em novembro de 2010 o grupo político do governo sucessor, então na oposição, pediu vistas do projeto atrasando sua tramitação. O resultado foi que no mês seguinte oposição e situação entraram em acordo e as votações restantes ficaram para o ano de 2011.

Em janeiro de 2011, já no governo de Beto Richa, o Poder Executivo pediu vistas do processo, que foi devolvido no mês de abril ao Poder Legislativo.

254 Publicado no Diário Oficial n.º. 3445 de 5 de Fevereiro de 1991. “**Súmula:** Institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22, do ato das disposições transitórias, da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual.”

Finalmente, em 10 de maio de 2011 o projeto legislativo que organiza a Defensoria Pública no estado do Paraná foi aprovado por unanimidade em plenário. Em 19 de maio de 2011, dia nacional do Defensor Público²⁵⁵, foi realizada a solenidade de assinatura da Lei Complementar n. 359/ 2011 pelo governador do estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, no prédio histórico da Universidade Federal do Paraná. A escolha por sancionar a Lei Orgânica da Defensoria Pública nas dependências da Universidade Federal do Paraná foi por esta representar um símbolo da cidade e grande marco no ensino paranaense, e também em reconhecimento da intensa participação e pressão política feita pelo Movimento Social Defensoria Já²⁵⁶, que se iniciou a partir do Movimento Pró-Defensoria Pública do qual fizeram parte vários professores e estudantes do curso de Direito da UFPR.

A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná foi estabelecida com fulcro na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, seus Princípios Fundamentais e art. 134 e art. 135, na Constituição do Estado do Paraná, art. 127 e art. 128, na Lei Complementar Estadual 55/1991, que criou a Defensoria Pública do Estado do Paraná e na Lei Complementar 80/1994, de acordo com a nova redação dada pela Lei Complementar 132/2009 – a qual prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados. Embora a organização da Defensoria Pública do Paraná veio acontecer após um lapso temporal de mais de 20 anos, sua Lei Orgânica foi declarada por juristas, advogados e defensores públicos como a legislação mais moderna e completa do país.

Nas disposições finais da Lei Complementar n. 359/2011 nos artigos 239²⁵⁷ e 240²⁵⁸, ficou facultado aos atuais dez defensores públicos que eram

255 Conforme disposto no artigo 267 da Lei Complementar 359/2011: “O dia da sanção desta Lei Complementar será considerado “Dia da Defensoria Pública do Estado do Paraná”.”

256 O Movimento Pró-Defensoria Pública Já congrega a sociedade civil organizada e conta com a participação de entidades, instituições, organizações não-governamentais e movimentos sociais.

257 “Art. 239 – É assegurado aos Defensores Públicos investidos na função até a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a

advogados do Poder Executivo estadual e atuavam como Defensores Públicos desde 1987, no prazo de 30 dias, contados a partir da promulgação da Lei, optarem pela carreira de Defensor Público. Como todos os dez advogados já exerciam a função de Defensores Públicos na data da instalação da Assembléia Constituinte a opção pela carreira foi integral. Dentre aqueles que tiveram sua opção homologada o governador do estado, Beto Richa, escolheu a Dr. Josiane Fruet Bettini Lupion como primeiro Defensor-Público Geral²⁵⁹, tendo em vista que passado o primeiro mandato, seu sucessor será escolhido por eleição direta e pelos próprios integrantes da carreira, como previsto pela Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná²⁶⁰.

A Lei Complementar n. 359/2011, conforme previsto no artigo 244²⁶¹, criou no total 582 cargos de Defensores Públicos, ficando o primeiro concurso limitado a previsão de provimento de até 207 cargos de Defensores Públicos

observância das garantias e vedações previstas no artigo 134, parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.”

258

259 “Art. 240 – Será facultada opção, de forma irrevogável, pela Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná, no prazo de até 30 (trinta) dias da promulgação desta Lei Complementar.

§1º A opção pela Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná será efetuada individualmente mediante assinatura de Termo de Opção de Carreira, devidamente instruído com documentação nos termos do artigo 4º desta Lei Complementar, que deverá ser protocolado na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná.

§ 2º O Termo de opção conterá declaração de que o optante está ciente de que a partir do ingresso na carreira de Defensor Público, passa a estar sujeito integralmente à legislação que rege a carreira, inclusive quanto à vedação ao exercício da advocacia privada.

§3º O Termo de Opção, bem como as informações funcionais pertinentes, deverão ser encaminhadas pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania para a Secretaria de Estado da Administração e Previdência, a qual deverá juntar os documentos pertinentes e, após, encaminhar o Termo de Opção e demais documentos para a Procuradoria Geral do Estado do Paraná a fim de que esta, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, emita parecer sobre a opção efetuada e encaminhe os documentos pertinentes ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná.

§4º O Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná analisará individualmente as opções efetuadas e apresentará sua decisão, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.”

260 “Art. 13 – O Defensor Público-Geral do Estado será nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da carreira de Defensor Público e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhido mediante voto direto, unipessoal, obrigatório e secreto de todos os seus membros para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.”

261 “Art. 244 – Ficam criados os seguintes cargos:

I – 333 (trezentos e trinta e três) cargos de Defensor Público de Terceira Categoria;

II – 166 (cento e sessenta e seis) cargos de Defensor Público de Segunda Categoria;

III – 83 (oitenta e três) cargos de Defensor Público de Primeira Categoria.”

(artigo 248). Também, como grupo de apoio, foram previstos 537 cargos superiores com graduação e 158 cargos técnicos²⁶².

Como previsto no artigo 259, o primeiro concurso público a ser realizado para selecionar os membros da Defensoria Pública, será coordenado e dirigido por um comitê composto pelo Defensor Público-Geral do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e Previdência, pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná, pelo Presidente do Conselho Nacional de Defensores Gerais (CONDEGE) e pelo Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), ou seus indicados. O primeiro concurso deve ser realizado também, por uma instituição reconhecida nacionalmente, com notória experiência na realização de concursos públicos jurídicos (art. 260).

O artigo 261 previu 150 cargos de Assessor de Estabelecimento Penal²⁶³ a ser provido por teste seletivo simplificado com realização no prazo máximo de

262 “Art. 246 – Ficam criados os seguintes cargos:

I – 537 (quinhentos e trinta e sete) cargos do Grupo Ocupacional Superior, subdivididos em:

- a) 09 (nove) cargos superior com graduação em Administração;
- b) 07 (sete) cargos superior com graduação em Contabilidade;
- c) 02 (dois) cargos Superior com graduação em Economia;
- d) 02 (dois) cargos Superior em Informática;
- e) 62 (sessenta e dois) cargos Superior com graduação em Psicologia;
- f) 63 (sessenta e três) cargos Superior com graduação em Serviço Social;
- g) 01 (um) cargo Superior com graduação em Psiquiatria;
- h) 01 (um) cargo Superior com graduação em Medicina Clínica;
- i) 01 (um) cargo Superior com graduação em Estatística;
- j) 337 (trezentos e trinta e sete) cargos de Superior com graduação em Direito;
- k) 01 (um) cargo Superior com graduação em Comunicação Social;
- l) 01 (um) cargo Superior com graduação em Jornalismo;
- m) 01 (um) cargo Superior com graduação em Engenharia;
- n) 01 (um) cargo Superior com graduação em Sociologia;
- o) 11 (onze) cargos Superior com graduação em Secretariado Executivo.

II – 158 (cento e cinquenta e oito) cargos do Grupo Ocupacional Intermediário, subdivididos em:

- a) 01 (um) cargo Técnico em Informática;
- b) 152 (cento e cinquenta e dois) cargos Técnicos Administrativos;
- c) 01 (um) cargo de Técnico em Redes de Computadores;
- d) 02 (dois) cargos de Técnico de Recursos Humanos.”

263 Art. 261 - Ficam criados 150 (cento e cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5, sujeitos a prévio teste seletivo de conhecimento jurídico na área de Execução Penal a ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 262 - O Assessor de Estabelecimento Penal deverá ser Bacharel em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e será responsável por assessorar e auxiliar aqueles que

60 dias contados a partir da entrada em vigor da Lei Complementar n. 359/2011. O processo seletivo simplificado foi realizado pelo Núcleo de Concursos (NC) da Universidade Federal do Paraná – UFPR e pela Defensoria Pública do Paraná,

atuam como Defensores Públicos do Estado a realizar todas as suas atribuições previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Constituição do Estado do Paraná; Lei de Execução Penal; Lei Complementar Estadual nº 55/1991 e demais disposições legais pertinentes, para que seja prestada a necessária assistência jurídica aos presos e internados dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná.

Parágrafo único: A assunção ao cargo de Assessor de Estabelecimento Penal será condicionada à seleção e ao preenchimento dos requisitos estabelecidos por ato do Defensor Público-Geral do Estado.

Art. 263 - O Assessor de Estabelecimento Penal será nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado, que será subordinado e terá suas atividades orientadas e supervisionadas pelo Defensor Público-Geral do Estado, ou quem ele designar, desde que o servidor supervisor indicado seja Advogado e atue como Defensor Público ou Advogado da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná.

Art. 264 - Os Assessores de Estabelecimento Penal, exceto aqueles que atuarão junto às Cadeias Públicas e Patronatos, serão lotados exclusivamente nos Estabelecimentos Penais da seguinte forma:

- I – 03 (três) assessores na Casa de Custódia de Curitiba (CCC);
- II – 04 (quatro) assessores na Casa de Custódia de São José dos Pinhais (CCJP);
- III – 02 (dois) assessores na Casa de Custódia de Londrina (CCL);
- IV – 05 (cinco) assessores na Casa de Custódia de Maringá (CCM);
- V – 04 (quatro) assessores no Complexo Médico Penal (COM);
- VI – 01 (um) assessor no Centro de Observação Criminológica e Triagem (COT);
- VII – 07 (sete) assessores na Colônia Penal Agrícola (CPA);
- VIII – 01 (um) assessor no Centro de Regime Semi-aberto de Curitiba (CRAF);
- IX – 02 (dois) assessores no Centro de Regime Semi-aberto de Guarapuava (CRAGPVA);
- X – 01 (um) assessor no Centro de Regime Semi-aberto de Ponta Grossa (CRAPG);
- XI – 08 (oito) assessores na Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE);
- XII – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC);
- XIII – 03 (três) assessores na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF);
- XIV – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II (PEF-II);
- XV – 03 (três) assessores na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL);
- XVI – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL-II);
- XVII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM);
- XVIII – 04 (quatro) assessores na Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP);
- XIX – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP-II);
- XX – 02 (dois) assessores na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG);
- XXI – 05 (cinco) assessores na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão (PFB);
- XXII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP);
- XXIII – 02 (dois) assessores na Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC);
- XXIV – 03 (três) assessores na Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG).

§1º Os Assessores de Estabelecimento Penal que atuarão no assessoramento e auxílio aos Defensores que atuem nos Patronatos serão lotados conforme designação do Defensor Público-Geral do Estado.

§2º Os Assessores de Estabelecimento Penal que atuarão no assessoramento e auxílio aos Defensores Públicos dos presos em Cadeias Públicas serão lotados conforme designação por ato do Defensor Público-Geral do Estado.

por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. As provas foram realizadas no dia 28 de agosto de 2011, e os aprovados foram nomeados para ocupar o cargo em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal em caráter temporário. Esses cargos serão imediatamente extintos assim que forem providos os cargos do primeiro concurso público para a Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná, conforme previsto no artigo 266²⁶⁴ da LC n. 359/2011.

Após a realização do concurso público, os novos Defensores Públicos e servidores serão lotados em todo o território paranaense, possibilitando à população necessitada do Paraná o atendimento pela Defensoria Pública em todas as Comarcas do Estado. Nas Comarcas de entrância final, sediadas nas grandes cidades, haverá um número maior de defensores públicos, segundo a necessidade local. Destaque-se que a lotação dos defensores e demais servidores já foi estabelecida pela própria Lei Orgânica da Defensoria, após estudo e planejamento realizado a partir de dados da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme pode se visualizar por meio dos documentos anexos.

No dia 07 de março de 2012 o governador do estado do Paraná, Beto Richa, autorizou a realização de concurso público para o preenchimento de 729 cargos na Defensoria Pública do Paraná, sendo que 197 cargos são de Defensores Públicos, 347 cargos integrantes do grupo ocupacional de nível superior – psicólogos, médicos, sociólogos, assistentes sociais, etc – e 158 cargos do grupo ocupacional de nível intermediário. A previsão de realização do concurso é para o mês de julho deste ano – 2012 – e pretende garantir a contratação de pessoal suficiente para fortalecer a Defensoria Pública na capital do estado e realizar a interiorização do órgão. Essa é a única medida que se espera após mais de 20 anos de negligência do governo do Paraná para com os cidadãos necessitados,

264 “Art. 266 – Os cargos em comissão de Assessor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5 serão, obrigatoriamente, extintos assim que forem providos os cargos do primeiro concurso público para a Carreira de Defensor Público do Estado.”

que são os sujeitos de direitos que mais precisam da intervenção estatal para promoção de uma igualdade substantiva.

5. Defensoria Pública e representação processual legítima

Para que o sistema jurídico permaneça legítimo o acesso à justiça deve ser um direito realizável universalmente. Qualquer tipo de limitação precisa ser elidida formalmente pelo próprio conjunto de normas, garantindo assim, a efetividade dos direitos fundamentais e o próprio papel de integração social concedido ao direito. A condição de hipossuficiência financeira sempre foi um entrave para o acesso dos pobres aos Tribunais. Conforme o breve histórico legislativo trazido no início desse capítulo, percebe-se que desde a época do Brasil colônia havia uma preocupação legislativa em proporcionar condições mínimas de acesso ao Poder Judiciário para os desvalidos, no entanto, essas leis se limitavam a isentá-los de taxas e custas processuais. Por isso, os necessitados tiveram que contar com um longo período histórico em que a orientação jurídica e postulação processual era prestada caritativamente por membros da Ordem dos Advogados do Brasil, por clínicas jurídicas *pro bono* e pelo Ministério Público, em exercício de função atípica.

Mesmo com a constitucionalização da assistência judiciária no rol dos direitos e garantias fundamentais e a previsão constitucional para que as unidades da federação criassem órgãos especiais destinados à prestação desse direito, sua realização se deu de maneira insatisfatória. Esses órgãos se vinculavam às Secretarias de Estado contando, na maioria dos casos, com uma estrutura precária e um quadro reduzido de funcionários, o que dificultava o fortalecimento da prestação pública da assistência judiciária. Assim, os necessitados tinham seu direito fundamental à assistência judiciária prestado pelo poder público, mas pouco podiam contar com sua efetividade. Em realidade, ficavam a mercê da benevolência dos advogados nomeados dativamente pelos juízes, dos serviços jurídicos prestados pelas clínicas universitárias, ou da prestação de assistência jurídica por setores privados da sociedade.

Essa realidade provocou uma insatisfação social que repercutiu na constitucionalização da Defensoria Pública em 1988 como instituição essencial à justiça responsável por prestar prioritariamente a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. No entanto, dada a conjuntura política nacional e a posição corporativa contrária de inúmeros seguimentos da sociedade, sua regulamentação só se deu em 1994 por meio da edição da Lei Complementar n. 80/1994. Com a afirmação do Estado Democrático de Direito, instituído pela Constituição de 1988, houve uma intensa preocupação em democratizar o acesso à justiça que foi levada a cabo pela reforma do Poder Judiciário por meio da Emenda Constitucional n. 45/2004. A alteração significativa, no âmbito da assistência jurídica operada por essa reforma constitucional foi a concessão de autonomia institucional, administrativa e financeira às Defensorias Públicas.

Seguindo essa perspectiva o legislador infraconstitucional promoveu radicais mudanças no perfil institucional da Defensoria Pública por meio da Lei Complementar n. 132/2009 que reformou sua Lei Orgânica n. 80/1994. As modificações essenciais que aqui devem ser destacadas foi a ampliação do conceito de necessitado, que passa a ser entendido em seu sentido amplo, compreendendo todos os indivíduos e grupos sociais que se encontrem em situação de vulnerabilidade, a atuação da Defensoria Pública na defesa de direitos coletivos e a sua valorização institucional reafirmada infraconstitucionalmente, que elidiu qualquer dúvida quanto a necessidade de se estabelecer Defensorias Públicas fortes, prioritariamente responsáveis pelo cumprimento do direito à assistência jurídica integral e gratuita.

Dessa maneira, é condenada a inconstitucionalidade qualquer estratégia estatal que vise burlar, por meio de convênios com a OAB, com instituições de ensino ou por meio de repasse de dinheiro público a organizações do terceiro setor, o fortalecimento das Defensorias Públicas como instituição prioritária de assistência jurídica. Esse entendimento é uma decorrência lógica de que uma assistência jurídica integral e gratuita prestada com qualidade só pode ser viabilizada por meio de uma instituição com quadro de funcionários próprios sujeitos a fiscalização, que se dediquem exclusivamente a defesa dos direitos dos

necessitados, que por sua condição de vulnerabilidade já saem em desvantagem na posição processual. Portanto, há uma desigualdade não pressuposta, mas real que não consegue ser elidida pela atuação de um advogado não comprometido.

É difícil exigir comprometimento, por exemplo, de advogados que prestam a assistência jurídica por meio de convênios com a OAB. O estado de São Paulo²⁶⁵ paga R\$ 501,66 de honorários aos advogados que atuam na área civil em procedimento sumário, sendo que 30% (R\$ 150,50) do valor é pago na prolação da sentença, e os outros 70% (R\$ 351,16) é pago somente com o trânsito em julgado. A advocacia é o exercício de uma profissão privada, sua finalidade é prestar serviço mediante contraprestação pecuniária, afinal os honorários advocatícios têm natureza alimentar. Nesse contexto, fica fácil visualizar a possibilidade de uma prestação advocatícia de “segunda classe” nos processos assistenciais, vez que é pouco lucrativo para quem exerce um ofício privado.

O que a Defensoria Pública pretende corrigir é exatamente uma cultura de que aos cidadãos necessitados é permitido um acesso ao Poder Judiciário que se dê de qualquer forma. Ou seja, garantiu-se o direito, não importa a maneira como ele será exercido, se dentro dos requisitos de legitimidade do processo ou garantido os direitos fundamentais. Cria-se um imaginário que a “cidadãos de segunda classe” seria possível uma defesa judicial de “segunda classe”. No entanto, a leitura feita do sistema jurídico nacional é que o direito a assistência jurídica importa não somente abrir as portas do Poder Judiciário, mas garantir que uma vez acessado o processo judicial, este se desenvolva de forma legítima dentro dos pressupostos universalmente garantidos a todos os sujeitos de direitos.

Ao final do capítulo 02 foi proposto que um processo judicial legítimo só se desenvolve enquanto garantidor de um contraditório que permita a participação igualitária das partes na formação da decisão judicial. Às partes é garantido um diálogo judicial leal no qual há uma igualdade de comunicação, livre de arbitrariedades e coerção, o que possibilita uma argumentação jurídica

265 Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/assistencia-judiciaria/tabela-de-honorarios-2011-2011-dpe>.

justa, culminando numa decisão judicial em que prevaleça apenas a força do melhor argumento. Nesse sentido, o necessitado só terá uma posição ideal de fala dentro do processo, que permite seu acesso universal ao discurso jurídico, sua participação igualitária no processo argumentativo e a prevalência de uma comunicação processual isenta de coerções internas e externas, quando devidamente representado por um membro da Defensoria Pública. É a Defensoria Pública enquanto instituição legítima de representação do necessitado que representa um ideal corretivo para a constituição de uma comunidade ideal de comunicação dentro do processo judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo a apresentação de categorias teóricas para se estabelecer uma conexão lógica pressuposta entre conceitos. O primeiro capítulo trouxe alguns aspectos da teoria do agir comunicativo de HABERMAS. Seu entendimento consiste em que o potencial emancipatório da sociedade reside na constituição de uma comunidade ideal de comunicação, na qual os indivíduos agem argumentativamente livres de coerções e violência, por meio de ações orientadas ao entendimento que visam à obtenção de um consenso racionalmente válido. Nas sociedades contemporâneas essa comunidade ideal de comunicação se identifica com o Estado Democrático de Direito, que é a formação política apta a garantir a livre discussão política.

As sociedades modernas concederam ao direito a função de integração social. No entanto, com o processo de desencantamento do mundo, não é mais possível ao direito legitimar-se em fundamentos metassociais. Ao mesmo tempo, a simples validade das leis – respeito pela coerção, não é elemento suficiente para promover a integração social. Nesse sentido, HABERMAS extrai a legitimidade do direito a partir de um processo legislativo democrático apto a garantir que os destinatários das normas jurídicas sejam também seus autores. Trata-se do princípio democrático, que consiste na institucionalização do princípio do discurso, que é o processo argumentativo em que os sujeitos de comunicação levantam questões sobre a pretensão de validade de determinadas normas, somado a forma jurídica, que é a garantia de direitos aos agentes políticos.

HABERMAS transpõe os pressupostos do discurso para o âmbito da elaboração das normas jurídicas. Assim, o processo legislativo deve garantir a discussão igualitária entre os cidadãos, concedendo a arena pública os pressupostos de uma ética discursiva. Esta é caracterizada por dois princípios, o primeiro deve garantir a universalidade de participação, no qual todos os sujeitos capazes de agir comunicativamente podem participar do discurso, e o segundo

princípio de universalização, em que se torna válido o resultado da argumentação expresso em uma norma assentida por todos os concernidos.

Uma comunidade ideal de comunicação que se identifica com o Estado Democrático de Direito é, pois, garantida por uma ética discursiva que se desenvolve a partir de um núcleo fundamental de direitos, o qual se desdobra em duas perspectivas. A primeira consiste no grupo de direitos que conferem aos sujeitos liberdades fundamentais, permitindo se identificar e agir enquanto atores de vontades individuais. A segunda perspectiva é formada pelo conjunto de direitos públicos que doam aos sujeitos a capacidade para agirem como membros de uma comunidade política. Esse núcleo fundamental de direitos constitui a autonomia política dos cidadãos, que se realiza de forma pragmática a partir da relação co-originária entre direitos humanos e soberania popular – autonomia privada e autonomia pública.

Ademais, para a formação de uma comunidade ideal de comunicação é necessário o respeito a determinadas regras contrafactuais para o desenvolvimento do procedimento discursivo. Essas regras constitui a chamada condição ideal de fala e se desdobra na garantia de que todos os sujeitos potenciais com capacidade para argumentar devem ser incluídos, sem exceção, no círculo de discussão, que a todos os potenciais participantes sejam asseguradas iguais oportunidades de contribuir para a argumentação, e que o discurso seja protegido de coações, garantindo seu acesso universal e chances iguais de participação, sem qualquer repressão sutil ou dissimulada.

A centralidade da perspectiva habermasiana aqui apresentada é o discurso de fundamentação do direito. No que respeita ao discurso de aplicação das normas jurídicas, HABERMAS se restringe a afirmar que esses não devem se afastar dos discursos de fundamentação. É a partir desse subsídio que se empresta a concepção habermasiana de fundamentação da legitimidade do direito para se olhar internamente o fenômeno jurídico.

A concatenação lógica se dá no seguinte sentido: uma ordem jurídica legítima só pode se manifestar por meio de decisões judiciais legítimas, logo o procedimento estabelecido para suas concessões deve também estruturar-se

legitimamente. Dessa forma, o processo judicial que é o meio essencial pelo qual se formam as pretensões de efetivação dos direitos deve organizar-se da mesma maneira que o processo legislativo democrático, responsável pela elaboração das normas jurídicas válidas. Há, portanto, a transposição dos pressupostos de constituição de uma comunidade ideal de comunicação para o âmbito interno do direito.

A perspectiva interna do direito tomando o objeto específico – processo judicial – foi analisada no segundo capítulo. Neste trouxe-se as contribuições do formalismo-valorativo, paradigma teórico que traz importantes reflexões para se pensar o processo civil contemporâneo. O termo formalismo não é tomado em seu sentido negativo, como excesso de exigências formais e superafetação da forma, mas sim em seu sentido positivo de papel ordenador – o processo como organização da desordem que confere previsibilidade ao procedimento e que limita a atuação das partes evitando que o litígio judicial se desemboque numa disputa desleal. O valorativo do processo é constituído a partir de sua relação intrínseca com os princípios constitucionais e direitos fundamentais, que conformam sua estruturação interna e sinalizam sua finalidade de efetivação de direitos legítimos. Para tanto a perspectiva interna do processo rompe com o conceito de relação jurídica para colocar em seu lugar o procedimento em contraditório, que traz a ideia de dinamicidade processual conduzida pela ampla participação das partes na formação da decisão judicial. Nesse sentido, o contraditório é colocado como elemento central constitutivo do processo, a participação igualitária das partes e a cooperação de todos os envolvidos subsidiam, portanto, um processo amplamente democrático.

Em suma, o processo judicial é legítimo à medida que garante um diálogo leal isento de coerções e arbitrariedades, com ampla participação argumentativa das partes na formação da decisão judicial, que ao cabo deve representar-se pelo prevalecimento da construção do melhor argumento, garantindo um consenso racionalmente válido no âmbito intraprocessual. Para tanto, é necessário o entendimento de que o processo é um produto cultural que

se estrutura a partir de valores constitucionais, sendo seu núcleo central o princípio do contraditório e o dever de cooperação entre as partes.

Nessa perspectiva desponta a condição específica dos necessitados na posição interna de condição de fala processual, que muitas vezes relegado a uma assistência jurídica deficiente, desiguala sua participação no processo representando verdadeiro bloqueio a uma comunicação judicial justa. Como ideal corretivo da condição de fala processual do necessitado, é apresentada a Defensoria Pública como instituição legítima apta a conduzir sem violência a voz dos excluídos no interior do processo. É nesse sentido que a Defensoria Pública como uma instituição forte é pressuposto necessário para a constituição de uma comunidade ideal de comunicação jurídica.

O terceiro capítulo teve, portanto, a função de analisar a condição específica dos necessitados dentro do sistema jurídico nacional. A igualdade de acesso à justiça é conferida pelo direito a assistência jurídica integral e gratuita. Em termos evolutivos, foi possível perceber a passagem de um direito conferido timidamente pela legislação pátria, se revestindo de valores caritativos até a constituição de um verdadeiro direito fundamental caracterizado pelo dever estatal de seu cumprimento. A constitucionalização da Defensoria Pública em 1988 foi o marco para romper com uma realidade de exclusão. A partir de então os necessitados passaram a contar com uma instituição específica de prestação da assistência jurídica. As reformas legislativas levadas a efeito pela EC n. 45/2004 e pela LC n. 132/2009 tiveram a finalidade de imprimir um perfil democrático a Defensoria Pública, qualificando-a como instrumento de mudança social. Nesse sentido, os necessitados passam a contar formalmente com um meio forte e legítimo de acesso à justiça. A condição ideal de fala processual caracterizada pela não exclusão de acesso ao processo, pela condição igualitária de argumentação jurídica e pela ausência de repressão sutil ou dissimulada, só pode ser garantida aos necessitados por meio de uma Defensoria Pública qualificada como instituição forte.

Assim, conclui-se que o processo constituído como discurso a partir dos pressupostos habermasianos e a Defensoria Pública entendida como ideal

corretivo da condição de fala dos necessitados no âmbito intraprocessual são pressupostos para a emancipação social, pois constituem elementos essenciais para a formação de uma comunidade ideal de comunicação jurídica, que se reverbera na confirmação do Estado Democrático de Direito como formação política legítima enquanto comunidade ideal de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, Cleber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. **Acesso à Justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Habermas e a ética do discurso**. Disponível em:
http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/araujo/Habermas_etica_discurso.pdf.
 Acesso em: 18 nov. 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional do Brasil)**. In: SOUZA NETO, C. P. de; SARMENTO, Daniel (coords.). *A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil anotada**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2 V. São Paulo: Saraiva, 1989.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 21ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BATISTA, Keila Rodrigues. **Acesso à Justiça: instrumentos viabilizadores**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

BLOTTA, Vitor Souza Lima. **Habermas e o Direito: da normatividade da razão à normatividade jurídica**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRITTO, Adriana; MENDES, Alexandre Fabiano. **A Defensoria Pública e o direito à moradia**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BURGER, Adriana Fagundes; BALBINOT, Christine. **A nova dimensão da Defensoria Pública a partir das alterações introduzidas pela Lei**

Complementar n° 132 da Lei Complementar n° 80/94. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CANOTILHO, Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7 ed. Coimbra: Almedina, 2008.

CARBONARI, Paulo César. **A Difícil Construção dos Direitos Humanos: breve retomada histórica e desafios atuais.** Revista Direitos Humanos, Recife, n. 1, p. 11-21, 2008.

CAROTTI, Andréa Sepúlveda Brito. **Propostas para uma atuação estratégica da Defensoria Pública orientada à redução da pobreza.** In: In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CESAR, Alexandre. **Acesso à Justiça e Cidadania.** Cuiabá: EDUFMT, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 13 ed. São Paulo: Ática, 2008.

COHN, Gabriel. **A teoria da ação em Habermas.** In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Teorias da Ação em Debate. São Paulo: Cortez, 1993.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira. **Acesso à Justiça e assistência jurídica em São Paulo.** In: SADEK, Maria Tereza (org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

FENSTERSEIFER, Tiago. **A legitimidade da Defensoria Pública para a ação civil pública ambiental e a condição de pessoa necessitada em termos (socio)ambientais: uma questão de acesso à Justiça (socio)ambiental.** Revista de Processo. São Paulo, v. 193, 2011.

FLORES PINTO, Robson. **Hipossuficientes: assistência jurídica na Constituição.** São Paulo: LTR, 1997.

GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola.** In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Acesso à justiça e o Código de Defesa do Consumidor: o processo em evolução.** Rio de Janeiro: Forense, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. II. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoria de la acción comunicativa**. V. II. Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUSEFOVIC, Eliseu. **Democracia e Legitimidade do Direito à Luz da Teoria Habermasiana**. In: LOIS, Cecilia Caballero (Org.). *Justiça e Democracia: entre universalismo e comunitarismo*. São Paulo: Landy, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOPES, José Reinaldo Lima. **O Direito na História**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MAIA, Antonio Cavalcanti. **Jürgen Habermas: Filósofo do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MALISKA, Marcos Augusto. **A Concretização dos Direitos Fundamentais no Estado Democrático de Direito. Reflexões sobre a complexidade do tema e o papel da Jurisdição Constitucional**. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coords.). *Direitos Humanos e Democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 547-558.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade industrial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas Linhas do Processo Civil: acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Direito de Ação, Contraditório e Motivação das Decisões Judiciais**. In: SARMENTO, Daniel;

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: Balanço e Crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 336 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENEZES, Felipe Caldas. **A reforma da Lei Orgânica da Defensoria Pública: disposições gerais e específicas relativas à organização da Defensoria Pública da União**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 139.

MITIDIERO, Daniel. **Bases para a formação de um processo civil cooperativo: o direito processual no marco teórico do formalismo-valorativo**. Tese de doutorado apresentada ao PPGD – UFRGS, 2008.

_____. **Elementos para uma Teoria Contemporânea do Processo Civil Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

MONTORO, André Franco. **Cultura dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/artigo%20montoro.htm>. Acesso em: 13 set. 2009.

MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontanelle Teixeira da. **Assistência Judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1984.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Direito à Assistência Jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo**. Revista de Processo. n 67, ano 17. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jul- Set. 1992.

MORRINSON, Wayne. **Thomas Hobbes e as Origens da Teoria Imperativa do Direito: ou mana transformado em poder terreno**. In: *Filosofia do Direito: Dos Gregos aos Pós-modernos*. Martins Fontes: São Paulo, 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Direito à Assistência Jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo**. Revista de Processo. n 67, ano 17. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jul- Set. 1992.

NOBRE, Marcos. **WEBER: Racionalização e desencantamento do mundo**. In: *Curso Livre de Teoria Crítica*. 2 ed. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **Modelos de Teoria Crítica.** In: NOBRE, Marcos (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2009.

REPA, Luiz. **Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica.** In: NOBRE, Marcos (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica. São Paulo: Papirus, 2009.

_____. **Direito e Teoria da Ação Comunicativa.** In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Orgs.). Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008.

RODRIGUES, Wanderlei Rodrigues. **Acesso à Justiça no Direito Processual Brasileiro.** São Paulo: Acadêmica, 1994.

ROCHA, Alexandre Lobão. **Exclusão Legal da População Carente.** Brasília: Thesaurus, 2009.

SILVA, Franklin Leopoldo. **Conhecimento e Razão Instrumental.** Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100002. Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. **Descartes: a metafísica da modernidade.** São Paulo: Moderna, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição.** São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. **Assistência Jurídica: integral e gratuita.** São Paulo: Método, 2003.

TERRA, Ricardo. **HERBERT MARCUSE. Os limites do paradigma da revolução: ciência, técnica e movimentos sociais.** In: NOBRE, Marcos (org.) Curso Livre de Teoria Crítica. 2 ed. Campinas: Papirus, 2008.

TORELLY, Paulo Abrão (org.). **Assessoria Jurídica Popular: leituras fundamentais e novos debates.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alvaro de. **Do Formalismo no processo civil: Proposta de um formalismo-valorativo.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **O formalismo-valorativo no confronto com o Formalismo excessivo.** Disponível em:

http://www6.ufrgs.br/ppgd/doutrina/CAO_O_Formalismo-valorativo_no_confronto_com_o_Formalismo_excessivo_290808.htm. Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. **Processo Civil na Perspectiva dos Direitos Fundamentais**. In: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira\(6\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira(6)%20-%20formatado.pdf). Acesso: 18 nov. 2011.

_____. **Poderes do Juiz e Visão Cooperativa do Processo I**. Disponível em: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf). Acesso em: 18 nov. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoti de. **Uma Vez Mais: A relação entre teoria e prática no marco da teoria do discurso de Jürgen Habermas**. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 175-188, 2007.

OLIVEIRA, Rogério Nunes de. **A valorização institucional da Defensoria Pública com o advento da Lei Complementar nº 132/2009**. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. **Assistência Jurídica Gratuita**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ORDACGY, André da Silva. **As ações coletivas pela Defensoria Pública na novel reforma da Lei Complementar 80/94**. In: In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 239-240.

POZZOLI, Lafayette. **Cultura dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_159/RIL159-08.pdf. Acesso em: 05 set. 2009.

ROCHA, Alexandre Lobão. **A Exclusão Legal da População Carente**. Brasília: Thesaurus, 2009. p. 96.

SADEK, Maria Tereza. Prefácio. In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). **Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SADEK, Maria Tereza (org.). **Acesso à Justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SARMENTO, Daniel. **O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades.** In: SARMENTO, Daniel. (coord.) *Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SILVA, Holden Macedo da. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública.** Brasília: Fortium, 2007. p. 15-16.

SOUSA, José Augusto Garcia de. (coord.). **Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Apresentação.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Educação em Direitos Humanos: desafio às universidades.** Revista dos Direitos Humanos, Brasília, v. 2, p. 35-40, 2009.

SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. **Assistência Jurídica: integral e gratuita.** São Paulo: Método, 2003.

VIDIGAL, Maurício. **Lei de Assistência Judiciária Interpretada.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITTO, Renato Campos Pinto de. **O uso dos meios alternativos de resolução de conflitos e a atuação interprofissional na Defensoria Pública: o novo enfoque do acesso à justiça na LC 132/2009.** . In: SOUSA, José Augusto Garcia de (coord.). *Uma Nova Defensoria Pede Passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 223.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ANEXOS

24 de novembro de 2010

Ato na UFPR lança o movimento Defenda a Defensoria Pública

Por Assessoria de Comunicação Social

Com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre a importância da Defensoria Pública, aconteceu na manhã desta quarta-feira (24) o ato que deu início ao movimento e observatório 'Defenda a Defensoria Pública'.

O evento, realizado no Salão Nobre do Prédio Histórico da UFPR e organizado pelo Núcleo de Direito Processual Penal, representou mais um passo significativo para a implementação da Defensoria no Estado, depois que o projeto foi aprovado Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na tarde de terça-feira (23).

O ato reuniu autoridades como reitor Zaki Akel Sobrinho; o procurador geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior; o presidente da OAB, José Lúcio Glomb; além de representantes de instituições como Terra de Direitos, Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, defensorias públicas do Rio de Janeiro e São Paulo, Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), entre outros.

O Conselho Universitário da UFPR já havia aprovado por unanimidade uma moção a favor da institucionalização 'imediata e prioritária' da Defensoria Pública, no último dia 11.

Conforme lembrou o reitor da UFPR, Zaki Akel, a universidade tem o dever de honrar a tradição de seus fundadores e ser uma defensora das causas paranistas. 'A universidade, como mobilizadora social, tem a obrigação de ver essa bandeira e incorporá-la, agrupando organizações para a concretização de um direito constitucional previsto desde 1988', disse.

Durante o evento, a coordenadora do núcleo, Clara Maria Roman Borges, comentou sobre os resultados que a falta de uma Defensoria Pública geram para o Estado. Segundo ela, 53,7% dos presos no Estado são considerados provisórios e, destes, 82% ainda estão em delegacias. Somente no Paraná são mais de 17 mil pessoas aguardando julgamento, sendo que mais da metade deles possuem apenas ensino fundamental.

'Para ir contra essa invisibilidade social é importante essa postura independente e de consciente responsabilidade social desta universidade', comentou a professora e integrante do Núcleo de Direito Processual Penal, Priscilla Plachá.

A professora também ressaltou dados como o 'Diagnóstico da Defensoria Pública', elaborado pelo Ministério da Justiça em 2009. O estudo compara o trabalho realizado pelos defensores públicos nos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro. Conforme os dados, o Paraná possui um único defensor que atendeu 1,5 mil termos de ato de infração de adolescentes, enquanto que, no Rio de Janeiro, 108 defensores atenderam 1.050 no mesmo período.

Aprovação na CCJ

Apresentado em setembro deste ano pelo governador do Paraná, Orlando Pessuti (PMDB), o projeto da Defensoria Pública do Estado, de número 439/2010, teve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça durante a reunião extraordinária realizada na terça-feira (23), depois da Comissão ter sido esvaziada pelos deputados que se manifestam contra a aprovação durante a manhã.

‘Está foi um aprovação simbólica que, depois de mais de 19 anos sem a sensibilização dos ex-governadores, atende a um direito que é fundamental em uma democracia. Por isso essa implementação será um processo coletivo, construído coletivamente’, comentou o deputado e relator do projeto, Tadeu Veneri (PT).

O projeto aprovado amplia o acesso da população à Justiça, com a criação, inicialmente, de 110 cargos de Defensor Público. A matéria ainda será encaminhada para discussão e votação pelos deputados em plenário.

No entanto, a principal barreira para a aprovação do projeto no plenário, apresentada pela equipe de transição do futuro governo do Estado, está no valor reservado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 28 milhões, considerado insuficiente por alguns deputados que se manifestaram contra a votação. Tal argumentação foi questionada durante o ato, uma vez que a implementação da carreira de Defensor Público deve ser implantada paulatinamente, com a contratação inicial de 110 defensores e sem a necessidade de recurso para os 300, conforme estava previsto.

O papel da UFPR

Na UFPR, a atividade substitutiva ao papel da defensoria pública é desenvolvida através do Escritório Modelo e do Núcleo de Assistência Jurídica, que contam com profissionais especializados e alunos do curso de Direito para a prestação de assistência jurídica à população carente de Curitiba.

‘O curso de direito da UFPR, tanto de graduação como de pós-graduação, aponta um perfil importante em direção ao direitos humanos, seja no ensino, pesquisa ou extensão. Havendo este compromisso, temos o dever de estar engajados na causa da instalação da defensoria, que é um instrumento de realização da cidadania e dos direitos humanos’, comentou o Diretor do Setor de Ciências Jurídicas, Ricardo Marcelo Fonseca.

No Paraná, devido à ausência da Defensoria Pública, a atividade também é desenvolvida em grande parte através dos escritórios-modelo de assistência judiciária, existentes nas faculdades de direito, além dos advogados do Estado que não integram a carreira de defensor por não serem concursados efetivamente para esses cargos e do convênio com a OAB para a contratação de advogados dativos – advogados particulares nomeados pelo juiz para prestar assistência jurídica sem concurso.

‘A realização deste ato é fundamental para a aprovação do projeto. É importante que universidades federais e particulares se manifestem e procurem os deputados pressionando para que os direitos da sociedade sejam alcançados’, avaliou Tadeu Veneri.

Foto(s) relacionada(s):



(<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/noticias/7129-1.jpg>)

Para reitor Zaki Akel, a UFPR, como mobilizadora social, tem a obrigação de incorporar essa bandeira

Foto: Karina Sabbag

Fonte: Juliana Karpinski (estagiária), sob orientação de Fernando César Oliveira

15 de março de 2011

Estudantes organizam passeata pela Defensoria Pública

Por Assessoria de Comunicação Social

O centro acadêmico, Hugo Simas do curso de Direito da UFPR e os centros acadêmicos dos cursos de Direito da Pontifícia Universidade Católica e da Unicuritiba, com apoio dos professores da área, estão organizando o evento.

Os estudantes querem entregar aos deputados um novo projeto para criar a Defensoria Pública no Estado. O anterior, do deputado Tadeu Veneri (PT), que chegou a entrar em pauta no plenário da Assembleia ainda não foi votado.

O novo projeto foi elaborado por professores e estudantes. A defensoria pública garante advogados e assistência jurídica gratuita para pessoas carentes.

Foto(s) relacionada(s):



<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/noticias/7403-1.jpg>

Ato realizado em novembro no Salão Nobre de Direito deu início ao movimento

Foto: Karina Sabbag/ Arquivo

Fonte: Maria de Lurdes W. Pereira

17 de março de 2011

Ato público desta sexta-feira (18) pressiona a favor da Defensoria Pública no Paraná

Por Assessoria de Comunicação Social

Paraná e Santa Catarina são os únicos estados brasileiros que não têm Defensoria Pública regulamentada, desrespeitando o que prevê a Constituição de 1988. O Rio de Janeiro é o estado com a Defensoria mais antiga do país, criada em 1954.

Os defensores públicos são responsáveis pela prestação gratuita de assistência jurídica àqueles que não têm condições de pagar por um advogado.

O movimento 'Defensoria já' é formado, na UFPR, pelos centros acadêmicos de Direito e Ciências Sociais, pelo Núcleo de Direito Processual Penal, pelo Coletivo Maio, pelos Partidos Democrático Universitário e Acadêmico Renovador, e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). O movimento também conta com a participação do Diretório Acadêmico Clotário Portugal (Unicuritiba) e dos centros acadêmicos Sobral Pinto e Dalmo de Abreu Dallari (ambos da PUC-PR), além do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O ato público acontece a partir das 10 horas, com concentração no salão nobre do curso de Direito, no Prédio Histórico da UFPR, com um debate. Depois, as cerca de 300 pessoas que são esperadas seguem para o Palácio das Araucárias, onde às 13h30 será realizada uma reunião a portas fechadas, na qual a Secretaria Estadual de Justiça deve apresentar um novo projeto para a instalação da Defensoria Pública no Estado.

O primeiro, enviado para a Assembleia Legislativa há seis meses pelo então governador Orlando Pessuti (PMDB-PR) foi retirado da pauta pelo novo Executivo neste mês de março. O argumento foi de que a nova administração precisava de mais tempo para analisar o projeto. Segundo as normas do Legislativo estadual, para ser votado um novo projeto precisa ser apresentado no máximo até maio.

‘O objetivo do ato de amanhã é mostrar ao governo que, apesar da reunião a portas fechadas, a sociedade civil está de olho’, explica Ananda Hadah, aluna do curso de Direito da UFPR e é uma das responsáveis pelo ‘Defensoria já’.

Segundo Ananda, o movimento exige, entre outras coisas, que o novo projeto contemple concurso público para pelo menos 500 defensores e outros 900 servidores assistentes. ‘Isso é necessário para que a Defensoria não se atenha apenas a Curitiba e Região Metropolitana, mas sim que atinja todo o Estado’, argumenta.

Pelo menos quatro professores da UFPR devem participar amanhã da reunião no Palácio das Araucárias, além de deputados e representantes do Ministério Público e da OAB-PR.

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT-PR), relator do projeto retirado de pauta pelo Executivo, também confirmou presença no ato público.

Retirada de primeiro projeto foi 'um passo atrás'

Em artigo publica nesta quinta-feira (17), no jornal Gazeta do Povo, a professora do curso de Direito da UFPR e integrante do movimento pró-Defensoria Clara Maria Roman Borges critica a retirada por parte do Executivo do primeiro projeto que regulamentava a Defensoria. 'O ato do governo do Paraná de retirada de pauta do projeto de lei que visava à criação desse órgão representou um passo atrás no caminho das conquistas democráticas', escreve a professora. 'Um estado sem Defensoria Pública como o nosso impõe de maneira perversa uma subcidadania aos mais carentes, pois deixa de concretizar a defesa de seus direitos', completa ela.

A professora também defende que hoje, o que se conhece por Defensoria Pública no Paraná é um órgão precário. De acordo com ela, seus profissionais não passam por um concurso público específico, nem têm remuneração condizente com o cargo. Fora isso, não há um órgão especializado para fiscalizar esse trabalho, que está sujeito à ingerência política. 'Hoje, se alguém do governo não quiser um defensor lá, pode tirá-lo. Os defensores não têm prerrogativas que garantam sua independência', diz a professora.

Foto(s) relacionada(s):



(<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/noticias/7416-1.jpg>)

Segundo professora, um estado sem Defensoria impõe subcidadania aos mais pobres.

Foto: Divulgação

Fonte: Sandoval Matheus (estagiário), Ana Paula Moraes (orientadora)

18 de março de 2011

UFPR recebe bem o esboço do projeto da Defensoria Pública

Por Assessoria de Comunicação Social

No encontro, a secretária Maria Tereza Uille Gomes apresentou a minuta de um novo projeto para a regulamentação da Defensoria Pública no Paraná.

Os defensores públicos são responsáveis pela prestação gratuita de assistência jurídica àqueles que não têm condições de pagar por um advogado.

O primeiro projeto, que já estava aprovado por todas as comissões da Assembleia Legislativa, acabou retirado de pauta pelo Executivo estadual neste mês de março. O argumento foi de que o projeto continha falhas e precisava ser reavaliado.

Quatro professores da UFPR participaram da reunião, que também foi aberta a três representantes discentes do 'Defensoria já'.

'Pelo que ouvimos da secretária, ela parece empenhada em fazer um projeto bom', conta a professora do curso de Direito da UFPR, Priscila Placha Sá, presente à reunião. 'A apresentação do projeto foi breve, mas ele parece contemplar direitos humanos, interação com a sociedade civil e o que diz a Constituição', completa.

Na segunda-feira (21), o projeto apresentado na reunião deve ser disponibilizado no site da Secretaria de Justiça. A partir daí, o 'Defensoria já' tem até quinta-feira (24) para analisar o projeto mais detalhadamente e apresentar acréscimos ou cortes.

No Brasil, apenas os estados de Santa Catarina e Paraná ainda não têm Defensoria Pública, o que contraria a Constituição de 1988.

Fora a análise do projeto, as próximas ações do movimento pró-Defensoria devem ser para acelerar os trâmites. A Secretaria de Justiça pretende enviar o projeto à Assembleia no dia 19 de maio, data em que se comemora o Dia do Defensor Público. O movimento, no entanto, quer abreviar isso. 'Vamos fazer pressão para que o projeto seja enviado o mais breve possível e que no dia 19 de maio ele já esteja em votação no Plenário da Assembleia', avisa a estudante do curso de Direito da UFPR, Ananda Haddah.

Mais fotos [aqui \(http://www.flickr.com/photos/ufpr/sets/72157626171203817/with/5537849351/\)](http://www.flickr.com/photos/ufpr/sets/72157626171203817/with/5537849351/)

Ato público

Tendo em vista a reunião desta sexta-feira (18), o movimento 'Defensoria já' realizou ao meio-dia um ato público em prol da regulamentação do órgão. Cerca de 300 manifestantes saíram da Praça Santos Andrade e foram até a frente do Palácio das Araucárias, carregando faixas, tocando tambores e



Lá, com a ajuda de um carro de som cedido pelo Sindicato dos Vigilantes, representantes de diversos

distribuindo panfletos e adesivos.

movimentos discursaram em favor da causa. O objetivo era pressionar os participantes da reunião, que aconteceu a portas fechadas na Secretaria de Justiça.

O movimento 'Defensoria já' é formado, na UFPR, pelos centros acadêmicos de Direito

e Ciências Sociais, pelo Núcleo de Direito Processual Penal, pelo Coletivo Maio, pelos Partidos Democrático Universitário e Acadêmico Renovador, e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). O movimento também conta com a participação do Diretório Acadêmico Clotário Portugal (Unicuritiba) e dos centros acadêmicos Sobral Pinto e Dalmo de Abreu Dallari (ambos da PUC-PR), além do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Vários outros movimentos sociais e sindicatos também apoiam o 'Defensoria já'.

Mais fotos [aqui](#)



(<http://www.flickr.com/photos/ufpr/sets/72157626171203817/with/5537849351/>)

Defensoria independente

Hoje, o que se conhece por Defensoria Pública no Paraná é um órgão precário, segundo a professora de Direito da UFPR, Clara Roman Borges. De acordo com ela, seus profissionais não passam por um concurso público específico, nem têm remuneração condizente com o cargo.

Além disso, não há um órgão especializado para fiscalizar esse trabalho, que está sujeito à ingerência política. 'Hoje, se alguém do governo não quiser um defensor lá, pode tirá-lo. Os defensores não têm prerrogativas que garantam sua independência', diz a professora.

Em artigo publicado na última quinta-feira (17), no jornal 'Gazeta do Povo', a professora escreve que a inexistência de um órgão independente é de uma lógica cruel para os menos favorecidos. 'Um estado sem Defensoria Pública como o nosso impõe de maneira perversa uma subcidadania aos mais carentes, pois deixa de concretizar a defesa de seus direitos.'

Segundo dados publicados pelo IBGE no fim do ano passado, cerca de 73% da população paranaense não teria condições de pagar pelos serviços um advogado.

Mais fotos [aqui](#)



(<http://www.flickr.com/photos/ufpr/sets/72157626171203817/with/5537849351/>)

Foto(s) relacionada(s):



(<http://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/noticias/7425-1.jpg>)

Manifestação pró-defensoria, em frente à UFPR

Foto: Rodrigo Juste Duarte

Fonte: Sandoval Matheus (estagiário), sob orientação de Fernando César Oliveira

6 de maio de 2011

Audiência debate projeto da Defensoria Pública

Por Assessoria de Comunicação Social

A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa a pedido do Movimento Pró-Defensoria Pública do qual fazem parte vários professores e estudantes do curso de Direito da UFPR. O projeto, que está tramitando na Assembleia visa regulamentar e criar a instituição da Defensoria Pública no Paraná. Segundo a professora Priscila Placha Sá que representou o reitor Zaki Akel Sobrinho na audiência, outra intenção é manter o caráter popular da iniciativa, além de garantir a autonomia da mesma.

Ainda segundo Priscila, 90 por cento das causas de família e 95 por cento das criminais estão subordinadas aos advogados dativos, ou seja, instituídos pelo sistema de defensoria gratuita vigente. Hoje, são apenas 20 profissionais que prestam este serviço em Curitiba e são remunerados de forma precária. Por outro lado, os processos se arrastam por vários anos. 'Portanto, nossa luta é de caráter social e a Universidade é parte integrante desse processo', destacou a professora.

Urgência – Participaram da audiência o secretário nacional de Justiça Pailo Abraão, a secretária estadual da Justiça Maria Tereza Uille Gomes, o deputado estadual Tadeu Veneri, o professor Juliano Brida da Comissão de Direitos Humanos da UFPR e André Castro, presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP) e representantes da comunidade. O projeto está tramitando na Assembleia desde o dia 27 de abril, encaminhado pelo governador do Estado Beto Richa em caráter de urgência, informou a professora Priscila. 'A votação deverá ser realizada em até 45 dias, a ideia é de que seja sancionado no dia 19 de maio, instituído como o 'Dia Nacional do Defensor Público', refletiu.

'Em até 90 dias, a partir da data da sanção, deverá ser aberto concurso público para o provimento de 204 defensores que, conforme a secretaria de justiça, deverão ser efetivados até março de 2012', explicou a professora. Depois de formalmente instituída, a Defensoria Pública oferecerá gratuitamente para a população carente todas as matérias da justiça estadual – direitos sociais e coletivos, como direito do consumidor, dos idosos, família, infância e juventude, por exemplo.

Mobilização – Carlos Enrique Santana veio de Londrina para participar da audiência. Lá, ele está à frente do Comitê Londrinense Pró-Defensoria Pública. Representando a entidade, há cerca de um mês, Santana entregou na Secretaria da Justiça na Assembleia Legislativa um abaixo assinado em prol da aprovação do projeto. 'Espero que seja efetivamente regulamentada e estruturada a Defensoria Pública nos moldes preconizados pela Constituição Federal', ressaltou. O deputado Tadeu Veneri, relator da Comissão de Direitos Humanos e que está há sete anos no movimento, também falou sobre a expectativa relacionada à reunião. 'Uma das intenções é levar o projeto ao conhecimento da comunidade e esperar que o documento seja votado na próxima semana', destacou.

Foto(s) relacionada(s):



(<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/noticias/7618-1.jpg>)

Audiência Pública na Assembléia Legislativa

Foto: Leonardo Bettinelli

Fonte: Sônia Loyola

19 de maio de 2011

Lei da Defensoria Pública foi sancionada

Por Assessoria de Comunicação Social

No Dia Nacional do Ouvidor Público (19/05) foi criada oficialmente a Defensoria Pública do Paraná, que prevê atendimento jurídico de graça para quem não pode pagar. A solenidade de assinatura da lei da defensoria foi no prédio histórico da UFPR, na manhã desta quinta-feira. O governador Beto Richa sancionou a lei e disse que a partir do segundo semestre serão contratados por concurso público os advogados e funcionários para trabalhar em todos os municípios do Paraná. Várias autoridades estiveram presentes durante a cerimônia, entre elas, o secretário nacional da reforma do judiciário Marcelo Vieira que representou o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Centenas de pessoas participaram da cerimônia, na maioria advogados, demonstrando o grande envolvimento da classe nos segmentos de responsabilidade social e cidadania. 'É realmente um momento histórico, tanto para os paranaenses como também para a Universidade que, chegando ao seu centenário, comemora com esta importante conquista a efetiva aproximação com a comunidade', disse o reitor Zaki Akel Sobrinho.

Conquista – 'A instituição da lei é fundamental para o Estado do Paraná, a partir de agora a população carente pode contar com mais um meio para ter seus direitos atendidos', explicou a professora Vera Karam de Chueiri, vice-diretora do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR. A professora Priscila Placha de Sá, que também esteve à frente dessa luta, disse que 'a universidade está em festa por poder presenciar a concretização de todo esse empenho. É um momento histórico para o Paraná. E, nesse processo, a UFPR permanece ativa acompanhando os passos necessários que ainda devem ser dados, através do seu observatório, numa mobilização permanente em prol dos Direitos Humanos'.

Ainda o líder do governo na Assembleia Legislativa Ademar Luiz Traiano, enfatizou a demonstração de respeito com a universidade por parte do governador Beto Richa ao sancionar a lei nas dependências do Prédio Histórico da UFPR, símbolo da cidade e o grande marco do ensino paranaense. Entre os objetivos da Defensoria Pública do Paraná estão a afirmação do Estado democrático de Direito; a prevalência e a efetividade dos Direitos Humanos; a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, entre outros.

Foto(s) relacionada(s):



<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/noticias/7658-1.jpg>

Solenidade no prédio histórico da UFPR, na Santos Andrade

Foto: Leonardo Bettinelli

Link(s) relacionado(s):

- [Veja mais fotos no Flickr da UFPR.](#)

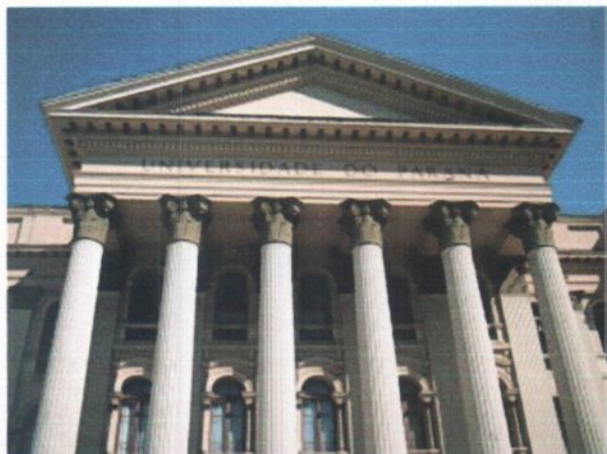
(<http://www.flickr.com/photos/ufpr/sets/72157626634225259>)

Fonte: Sonia Loyola

14 de março de 2012

Praça Santos Andrade é palco de mobilização em favor da Defensoria Pública

Por Simone Meirelles



(<http://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2012/03/ufpr-predio.jpg>)

Prédio da UFPR na Praça Santos Andrade

A Lei da Defensoria Pública foi aprovada em 19/05/2011 e foi destinado orçamento de mais de R\$ 40 milhões para a sua implantação já no ano de 2012, no entanto até agora não foi realizado o Concurso Público para os Defensores Públicos e para os Servidores. O Observatório da Universidade Federal do Paraná pela implementação da Defensoria Pública, formada por professores e acadêmicos, realiza nesta quarta-feira (dia 14) uma mobilização da comunidade paranaense, convocada a fazer um minuto de silêncio como repúdio a mais este atraso.

A mobilização será a partir das 11 horas nas escadarias do Prédio Histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade.

Palavra(s)-chave: **Defensoria Pública** (<http://www.ufpr.br/portalufpr/tag/defensoria-publica/>)

Defenda a Defensoria Pública!

Priscilla Placha Sá

Professora Assistente de Direito Penal da UFPR e PUCPR.
Membro do Núcleo de Direito Processual Penal do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR.
Advogada Criminal no Estado do Paraná

Já se disse muito sobre o lugar que a Defensoria Pública tem no texto constitucional, e Constituição não é só texto: há ali princípios republicanos, cuja concepção vai muito além de qualquer disposição estética. Estes princípios são história, são o *insight* da democracia, constituem *lugares* e dão ensejo às marcas do projeto político que se quer ter em um país.

E é nesta Constituição que aparece a tal Defensoria Pública, aquela cujos contornos da coligação igualdade e liberdade não se fizeram sentir em ares paranaenses. E é preciso que se diga já, sem qualquer demérito aqueles bravios Advogados que hoje atuam lá na estrutura precária do Estado, ou nos Núcleos de Prática Jurídica, ou mesmo em ações isoladas, ou dentro de entidades, que não é qualquer Defensoria Pública que o Paraná quer ou merece.

A propósito das ações que se faz como se Defensoria Pública, mesmo lá na própria, é de dizer que (infelizmente, no colapso social que se vive, ante a completa negativa da implementação de direitos sociais para boa parte dos paranaenses) ainda é muito pouco.

Esta Defensoria Pública de que falamos hoje é uma Defensoria Pública como *instituição*, porque só como *instituição* é que se vai dialogar no mesmo degrau com os poderes públicos na defesa intransigente daqueles deserdados do pacto social; é ela quem vai atuar coletivamente em nome dos cidadãos; é ela quem vai diminuir a estarrecedora cifra de presos provisórios e de adolescentes apreendidos.

Não é preciso muito – se olhamos para qualquer *instituição estabelecida* – para dar conta da força que tem o seu *lugar* como *instituição*. Chego a me perguntar, mas não posso admitir que a resposta fosse: que há certo temor de uma *instituição* que se estruture tendo em conta a defesa e a assistência jurídica àqueles que se acostumaram a ficar nas filas para receber apenas migalhas de um Estado que não os reconhece, ou ao menos não os trata, como cidadãos.

Não é por outro motivo que a disposição constitucional estatuiu que as Defensorias Públicas têm que contar com estrutura administrativa, funcional e orçamentária própria, pois é ela quem vai dispor desta estrutura, fazer seu planejamento e dar os encaminhamentos legais e no âmbito dos poderes públicos. Aliás, como fazem

exatamente o Ministério Público e o Poder Judiciário. Se a Defensoria Pública custa, não posso imaginar que o Poder Judiciário e o Ministério Público, sejam graciosos, sem nenhum demérito a quem quer que seja.

Muito se discute na história infeliz de uma não Defensoria que seu maior entrave é o orçamento. É só ver, por exemplo, o caloroso debate atual no Paraná; já se devendo esclarecer - e isso é de sabença de qualquer gestor público - que a instituição da carreira não implica já no dispêndio dos valores para instalá-la em sua completude.

Um Poder Executivo e um Poder Legislativo que tenham como prioridade o trato daqueles que não tem voz tampouco acessibilidade ao poder já teriam dado conta em suas contas, fosse ela uma efetiva prioridade de incluí-la nas "contas de chegar" do orçamento público.

O fato é que se conclui, que esta política trabalha com o bordão: dê importância para quem é importante.

Mas é de ressaltar que o custo da não implantação da Defensoria Pública será alto, e também deve ser lido como um alto custo político.

Quantos cargos, aumentos e outros não têm sido votados e encaminhados para a gestão e a inclusão no orçamento?

O que de fato não se pode negar é que a instituição e a estrutura são de todo importante.

Tomemos como exemplo o III Diagnóstico da Defensoria Pública, em que o Estado do Paraná não respondeu (pelo menos é o que consta da publicação oficial) a nenhuma pergunta sobre o orçamento: nem de onde vem atualmente as receitas, nem quais são os salários dos defensores, nem quanto custa manter a defensoria pública. Desconhecemos, parece, o princípio da transparência.

Todavia, em outros momentos é possível ver que vamos muito mal: há somente um único Defensor Público que atende aqui a Vara dos Adolescentes em Conflito com a Lei, e no período analisado (último semestre de 2009) atendeu (pasmem!) a 1.500 termos de apreensão; no mesmo período, o Rio de Janeiro que tem 108 Defensores Públicos apenas para esta área, atendeu 1.050 termos de apreensão.

Neste item duas coisas devem ser frisadas para ver o descalabro que aqui se estabelece: os 1500 devem ser unicamente de Curitiba, pois é sabido que não há estrutura no interior do Estado e mesmo que houvesse seria estranho imaginarmos (com toda a boa vontade do mundo) que ele fosse *itinerante*. Já no Rio de Janeiro, os 1050 termos são do Estado todo. A propósito de dizer que: no Estado do Paraná, segundo o mesmo Diagnóstico, são 106 pessoas, dentre servidores, defensores e estagiários no total aqui no Paraná. No Rio de Janeiro, em uma única área de atuação são 108.

A coisa começa cedo aqui para quem não é importante: tão logo o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado instalou-se a vara para punir os adolescentes em conflito com a lei (lá na década de 90), mas só há 4 anos é que se criou a Delegacia para apurar crimes contra os adolescentes.

O paradoxo é inevitável e dá conta de uma vocação repressiva inegável de um Estado que só aparece para a população economicamente carente em sua faceta policial.

Na mesma linha, estão as Delegacias de Polícia, que – pior dos que as masmorras da Idade Média (conhecidas de muitos, apenas dos livros de história do direito penal) – detem a maior população de presos provisórios do Brasil e isso em termos absolutos e em condições que são absolutamente degradantes.

São mais de 17.000 pessoas presas aguardando julgamento, em sua grande maioria homens entre 18 e 25 anos, primários, e autores de crimes patrimoniais sem violência. Quando não pela tal Lei Maria da Penha. Diga-se que, lá no Juizado de Violência Doméstica, há somente um Defensor Público, e eu não sei se ele atende à vítima da violência doméstica ou o autor do fato (?!).

Adolescente apreendido, adulto preso, ambos pertencem (se não forem pai e filho) a famílias completamente solapadas pela pobreza de um Estado seletivo que as enfileira nos hospitais, nas portas das escolas, e nos sem-fim ou nos confins dos serviços de assistência e assessoria jurídica gratuita. Essa mesma gente que tem seus parques salários consumidos por despesas de sobrevivência, que vê seus avós terem suas aposentadorias arrebatadas “benevolentes” serviços de empréstimo.

Sem defesa, sem direitos.

É só dar uma volta aqui na XV mesmo, ou seguir até a Rodoviária Velha; um pouco mais longe chegamos ao Alto Maracanã, Jardim Simone, Vila Sandra, e vamos até o município de Cruz Machado, próximo à União da Vitória onde há elevado índice de cirrose hepática infantil. Se alguém está em dúvida, é exatamente por ingestão de bebida alcoólica, desde a gestação.

Infelizmente os altos dados que ostentamos em termos gerais do IDH são relativos, e amenizam-se pela vida boa que poucos levam, ou por critérios deveras questionáveis.

Não se trata de constranger Vossas Senhorias, mas de ressaltar a premente necessidade de instituir o lugar dentro do sistema político do Estado que tem por determinação constitucional a obrigação de exigir dos poderes públicos uma vida minimamente digna.

A perversidade de argumentos outros soa perversa, se não sádica, para esta gente que não quer ser vista por ninguém. A invisibilidade social é uma das marcas deletérias e vis que podemos destinar aos homens.

Esta gente toda não quer favor, nem caridade.

22 anos é uma vida ou muitas mortes!

São muitas ações prescritas, muitos direitos lesados, danos agora irreparáveis, gente despejada, gente que já se foi e os que aqui ficaram não tiveram como demandar por eles.

O vácuo do *lugar* destinado à Defensoria Pública não será ocupado por ninguém; somente ela pode erguer-se ativa – com autonomia administrativa, financeira e estrutural – estatuída nos moldes constitucionais.

Estas pessoas todas (as não importantes) têm vez e voz na vocação desta Universidade, cuja história se marca pela sua postura independente e consciente responsabilidade social.

E numa fala conjunta da Reitoria, na manifestação unânime do Conselho Universitário – órgão máximo desta entidade, da Faculdade de Direito, por seu Setorial, pela Pós-Graduação com o Núcleo de Direito Processual Penal, que cuidará do Observatório da Implantação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a Universidade Federal do Paraná conclama toda a comunidade paranaense, entidades, instituições de ensino, professores, acadêmicos, autoridades a apoiarem efetivamente a imediata implantação da Defensoria Pública, dando força a este Ato Público, cujo nome traduz aquilo que pensamos seja o mínimo para iniciarmos uma conversa que se pretenda democrática: **DEFENDA A DEFENSORIA PÚBLICA!**

Extraído de: Associação Nacional dos Defensores Públicos - 03 de Março de 2011

Paraná: Movimento Pró-Defensoria cria campanha "Defensoria Pública já"

Anúncios do Google

DIÁRIO DAS LEIS
Curso de Direito Imobiliário

CLIQUE AQUI

Abrangência no Direito Imobiliário
Banco de Dados para Pesquisa
Códigos e Consolidações

Anúncios Google

[Defensoria Pública Paraná](#)[Defensoria Pública](#)[Movimento](#)

Defensora Pública Carolina Anastácio foi eleita para integrar a Secretaria-Executiva do MPDP

Na manhã do dia 1º de março, o presidente da ANADEP, André Castro, e a Defensora Pública Carolina Anastácio (RJ) se reuniram com a Secretária de Justiça e Cidadania do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, para tratar da criação da Defensoria Pública Estadual.

No ocasião, a Secretária se comprometeu a aprimorar o Projeto de Lei que cria a DP/PR e enviá-lo à Assembleia Legislativa no dia 19 de maio, Dia Nacional da Defensoria Pública.

No período da tarde, os representantes da ANADEP participaram de uma reunião do Movimento Pró-Defensoria Pública do Paraná (MPDP), que contou com

a presença de diversas entidades da sociedade civil. A reunião foi realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo Conselho Superior aprovou uma Moção de Apoio à criação da Defensoria Pública paranaense.

Na ocasião, a Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Carolina Anastácio, que é paranaense, foi eleita para integrar a Secretaria-Executiva do MPDP.

Durante o encontro, o Movimento também aprovou a criação de meios eletrônicos de divulgação de notícias e atividades (blog, facebook e twitter), a circulação do abaixo assinado eletrônico ([para ler e assinar, clique aqui](#)), a organização de uma secretaria permanente e um calendário de atividades para envolver toda a sociedade na luta pela imediata criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Com o slogan, "Defensoria Pública já", o MPDP agendou a próxima reunião para o dia 14 de março.

Veículo: ANADEP

Estado: DF

Anúncios do Google

Consulta CPF/CNPJ Online www.CCFacil.com.br

Pendências, Cheques e Protestos. Acesse e consulte imediatamente.

Vagas Na Coca-Cola www.Catho.com.br/Vagas_na_Cola_Cola

Empresa Coca-Cola Contrata Aqui! Veja o Número de Vagas da Coca-Cola

Gestão Por Processos www.ConExito.com.br

Aprenda Como Fazer, Etapa Por Etapa Curso Online, Veja Como É Simples

IBEA 0800.282.8180 www.ibea-rj.com.br

Histórico Enviar Imprimir Compartilhar Dicionário Jurídico

Granadeiro Guimaraes www.Granadeiro.adv.br

Direito do Trabalho Advocacia e Cálculos Trabalhistas

Comentários (0)

Comentar

Compartilhe

Curtir

0

Publicidade

Guia
de Instrumentos
de Apoio ao Desenvolvimento
Industrial

As mais lidas neste instante

- 129 **Doutor é quem faz Doutorado**
- 96 **Novo Código Penal prevê tolerância zero para bêbado ao volante**
- 33 **Aumenta tempo mínimo de contribuição para aposentadoria por idade**
- 51 **Divulgado resultado da 2ª fase do VI Exame**
- 36 **TJRJ concede indulto e extingue a pena de Cacciola**

Siga o JusBrasil nas redes sociais

Curtir

Luis Henrique

836 Recomende o JusBrasil no Google

Advogados Parceiros

ADVOCACIA DRA ILCEMARA FARIAS
Curitiba / PR
(41) 3362-4556
[Entre em contato](#)

DUTRA
ADVOCACIA MILITAR
Curitiba / PR
(41) 3362-4556
[Entre em contato](#)

Advogados Jaster
Curitiba / PR
(41) 3253-0592 / (41) 9652-2171
[Entre em contato](#)

1 2 3

Seja um parceiro »

Dúvidas Jurídicas?

[Entre em contato](#)

Terra de Direitos (<http://terradedireitos.org.br/>)

- [Capa](http://terradedireitos.org.br/) (<http://terradedireitos.org.br/>)
- [Quem somos](http://terradedireitos.org.br/sobre/) (<http://terradedireitos.org.br/sobre/>)
- [Linhas de atuação](http://terradedireitos.org.br/linhas-de-atuacao/) (<http://terradedireitos.org.br/linhas-de-atuacao/>)
- [Biblioteca](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/>)
- [Links](http://terradedireitos.org.br/links/) (<http://terradedireitos.org.br/links/>)
- [Licitações](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/licitacoes/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/licitacoes/>)
- [Contato](http://terradedireitos.org.br/contato/) (<http://terradedireitos.org.br/contato/>)

Pesquisar

Você está aqui: [Capa](http://terradedireitos.org.br/) (<http://terradedireitos.org.br/>) » [Biblioteca](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/>) » [Notas](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/>) » Criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná é inadiável: Defensoria já!

22/03/11

Criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná é inadiável: Defensoria já!

(<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Defensoria.jpg>) Por Fernando Prioste, assessor jurídico da Terra de Direitos



A insatisfação com a retirada do projeto de lei de criação da Defensoria Pública do estado do Paraná pelo Governador Beto Richa paranaense, assim como de diversas organizações nacionais, em torno do Movimento Pró-Defensoria. Com o slogan *Defensoria já!*, ações exigindo a pronta criação da defensoria pública. O [manifesto](http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MANIFESTO-DO-MOVIMENTO-PRO-DEFENSORIA-JA.pdf) (<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MANIFESTO-DO-MOVIMENTO-PRO-DEFENSORIA-JA.pdf>) expressa os anseios dos que exigem a criação do órgão.

A criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná é ato inadiável, inexistindo qualquer justificativa, jurídica ou política, para pr lei que tramitava na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para a criação da defensoria pública foi retirado sem justificativas p autorizada a enviar o projeto de criação ao parlamentares.

A Constituição Federal diz expressamente que a Defensoria Pública é essencial à função jurisdicional do Estado. Assim, a inexistência dessa instituição no Paraná faz com que as atribuições exercidas sem que essa condição constitucional de acesso à justiça para a população carente seja respeitada.

Para exigir a criação da Defensoria Pública, na sexta-feira (18/03) foi realizada manifestação pública, que saiu da Praça Santos Andrade. Leia o manifesto entregue aos órgãos públicos.

Serviço: Ato Público Defensoria Já

Onde: Praça Santos Andrade, Curitiba – PR

Quando: 18 de março de 2011, às 12:00hs

Também se pode apoiar a criação da Defensoria Pública do estado do Paraná aderindo Petição Pública on-line para assinatura pela Defensoria Já :

<http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=DPPR2011> (<http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=DPPR2011>)

Twitter do Movimento Pró-Defensoria

<http://twitter.com/defensoriaja> (<http://twitter.com/defensoriaja>)

Perfil do Movimento Pró-Defensoria no Facebook

<http://www.facebook.com/#!/profile.php?id=100002178908842> (<http://www.facebook.com/#!/profile.php?id=100002178908842>)

[Clique aqui para baixar](http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MANIFESTO-DO-MOVIMENTO-PRO-DEFENSORIA-JA.pdf) (<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MANIFESTO-DO-MOVIMENTO-PRO-DEFENSORIA-JA.pdf>) o Manifesto do Movimento Pró-Defensoria Pública Já no E

Arquivado em [Notas](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/>) com as tags [articulação da sociedade paranaense](http://terradedireitos.org.br/tag/articulacao-da-sociedade-paranaense/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/articulacao-da-sociedade-paranaense/>), [criação da defensoria](http://terradedireitos.org.br/tag/ato-defensoria/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/ato-defensoria/>), [defensoria pública](http://terradedireitos.org.br/tag/criacao-da-defensoria/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/criacao-da-defensoria/>), [defensoria pública](http://terradedireitos.org.br/tag/defensoria-publica-do-parana/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/defensoria-publica-do-parana/>), [direitos humanos](http://terradedireitos.org.br/tag/direitos-humanos/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/direitos-humanos/>), [movimento pró-defensoria](http://terradedireitos.org.br/tag/movimento-pro-defensoria/) (<http://terradedireitos.org.br/tag/movimento-pro-defensoria/>)

Mais Notas

- [ASA se posiciona sobre interrupção da parceria com o governo federal](http://terradedireitos.org.br/biblioteca/asa-se-posiciona-sobre-interruptao-da-parceria-com-o-governo-federal/) (<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/asa-se-posiciona-sobre-interruptao-da-parceria-com-o-governo-federal/>)
- [Criado o CONDEPI – Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul](http://terradedireitos.org.br/biblioteca/criado-o-condepi-comite-nacional-de-defesa-dos-povos-indigenas-de-mato-grosso-do-sul/) (<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/criado-o-condepi-comite-nacional-de-defesa-dos-povos-indigenas-de-mato-grosso-do-sul/>)
- [Durban e Rio+20: NÃO aos mecanismos de mercado solução para o enfrentamento da crise ambiental e climática](http://terradedireitos.org.br/biblioteca/durban-rio-20-nao-aos-mecanismos-de-mercado-solucao-para-o-enfrentamento-da-crise-ambiental-e-climatica/) (<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/durban-rio-20-nao-aos-mecanismos-de-mercado-solucao-para-o-enfrentamento-da-crise-ambiental-e-climatica/>)
- [Carta Final do I Encontro dos Iheus do Paraná](http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-final-do-i-encontro-dos-lheus-do-parana/) (<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-final-do-i-encontro-dos-lheus-do-parana/>)
- [MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO: Em Defesa da Democracia e da Participação Social](http://terradedireitos.org.br/biblioteca/manifesto-ao-povo-brasileiro-em-defesa-da-democracia-e-da-participacao-social/) (<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/manifesto-ao-povo-brasileiro-em-defesa-da-democracia-e-da-participacao-social/>)

Mais da Biblioteca

- [Casos emblemáticos](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/casos-emblematicos/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/casos-emblematicos/>)
- [Imagens](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/imagens/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/imagens/>)
- [Legislação](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/legislacao/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/legislacao/>)
- [Licitações](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/licitacoes/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/licitacoes/>)
- [Notas](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/notas/>)
- [Notícias](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/noticias/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/noticias/>)
- [Projetos](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/projetos/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/projetos/>)
- [Publicações](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/publicacoes/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/publicacoes/>)
- [Relatórios](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/relatorios/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/relatorios/>)
- [Sala de mídia](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/>)
 - [Boletins](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/boletins/) (<http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/boletins/>)

- [Opinião \(http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/opiniaao/\)](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/opiniaao/)
- [Terra de Direitos na mídia \(http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/terra-de-direitos-na-midia/\)](http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/sala-de-midia/terra-de-direitos-na-midia/)

Terra de Direitos

Rua Des. Emelino de Leão, 15 - cj. 72 - Centro

Curitiba, PR — 80410-230 Tel: +55 41 3232-4660

[Assine o feed \(http://terradedireitos.org.br/feed/\)](http://terradedireitos.org.br/feed/)

Feito pela [Ethymos \(http://ethymos.com.br\)](http://ethymos.com.br) com o software livre [WordPress \(http://wordpress.org\)](http://wordpress.org)

MANIFESTO DO MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA JÁ NO ESTADO DO PARANÁ

O MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, que congrega a sociedade civil organizada e conta com a participação de entidades, instituições, organizações não-governamentais, e movimentos sociais, em desacordo com a retirada por parte do governo do estado do projeto aprovado em primeira votação na Assembléia Legislativa do Paraná, lança o presente MANIFESTO com o slogan DEFENSORIA JÁ!!

A inexistência da Defensoria Pública no Estado do Paraná não encontra nenhuma justificativa e não se sustenta por qualquer argumento, seja de que ordem for.

Defensoria Pública é função essencial à justiça estando prevista ao lado do Ministério Público. Suas prerrogativas, como autonomia e independência, possibilitam uma atuação aguerrida nos interesses dos cidadãos, mesmo quando contra o Estado. É uma política pública necessária para garantir ao cidadão economicamente carente acesso à justiça, direitos sociais, assessoria jurídica de qualidade e proporcionar o atendimento de uma multiplicidade de interesses, tanto na esfera pré-contenciosa quanto judicial, prestando, inclusive, aconselhamento jurídico e esclarecimentos à população.

A Defensoria Pública, dentro das previsões da Lei Complementar 132, deverá instituir-se e construir-se voltada à população que não tem acesso à justiça. Por isso, os Defensores Públicos e profissionais da área das Ciências Humanas – que ingressarão mediante concurso público de provas e títulos – além de vocacionados -, levarão consigo o compromisso social de ouvir as reivindicações dos Movimentos Sociais para estabelecer o seu plano de ações, inclusive mediante Ouvidoria Externa.

A previsão constitucional da Defensoria Pública é suficiente para que sua imediata implantação ocorra a fim de viabilizar o atendimento da população economicamente carente e das demandas sociais advindas de políticas de desrespeito à Pessoa Humana no Estado do Paraná, atendendo em especial setores como: idosos e mulheres em situação de violência, relações de consumo, questões afetas às entidades familiares, às vítimas de crime, à criança e ao adolescente, às pessoas com deficiências, aos sujeitos processados criminalmente e que cumprem pena, às demandas coletivas e envolvendo direitos humanos, aos interesses dos povos indígenas, da população negra, as pessoas em situação de rua, à luta pela moradia digna, à reforma agrária, às comunidades tradicionais e ao incremento de políticas públicas de promoção à igualdade de direitos na garantia da diversidade religiosa e orientação sexual, ou seja, tudo o que esteja voltado para a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

O MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ convoca toda a sociedade paranaense para que reúna sua força e seu poder a fim de exigir a imediata regulamentação da Defensoria Pública voltada às suas bases constitucionais e ao seu destinatário precípuo: O POVO DO ESTADO DO PARANÁ!!!


[Início](#) | [Criar Abaixo-assinado](#) | [Recomendar a A](#)

Um dos mais antigos métodos de democracia.

[Bolsa do ProUni](#)

Agora Você Pode Entrar na Faculdade. Conheça Nossos Cursos!

[Vestibulames.br/Bolsas](#)

Anúncios Google

[Ver atuais Assinaturas](#) | [ASSINAR este abaixo-assinado](#)

Abaixo-assinado Moção das Organizações Estudantis sobre o Movimento DEFE

Para: Governo do Estado do Paraná e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Moção das Organizações Estudantis
sobre o Movimento DEFENSORIA JÁ!

As entidades estudantis, abaixo relacionadas, reuniram-se no dia 03 de março, quinta-feira, às 18h30min, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná com o intuito de objetivar o posicionamento dos estudantes no Movimento DEFENSORIA JÁ!

Entendemos em conjunto que o Estado do Paraná é um dos únicos membros da federação que ainda não regulamentou a Defensoria Pública, prevista há mais de 50 anos, caracterizando não somente a inoperância dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais em dar concretude às Instituições prescritas pela ordem constitucional como também a população paranaense carente de efetividade dos direitos previstos na Carta Magna.

Assim sendo demandam os estudantes, reunidos em torno de um objetivo comum, que a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado deem imediato cumprimento ao sentido de prover à população do Paraná uma Defensoria Pública independente e autônoma, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

É nosso pensamento que a retirada do Projeto de Lei 439/2010 da pauta de votação da Assembleia Legislativa é uma afronta a todas as entidades que participam coletivamente para a aprovação do referido projeto, sendo inaceitável qualquer outro projeto de lei que tente institucionalizar a Defensoria com dotação orçamentária inexistente.

Tal feita causa-nos grande embaraço frente às demais unidades da federação assim como perpetua a situação de descaso e abandono com a parcela mais necessitada permanentemente carente de assistência jurídica gratuita.

A institucionalização da Defensoria Pública, dotada de autonomia e independência, composta por Defensores concursados, dotados de prerrogativas e garantias, é uma demanda da população paranaense que não mais aceita atrasos e remendos a situação vigente.

Assim dedaram as Entidades Estudantis que subscrevem este documento, assim como todas aquelas que vierem a subscrever esta moção em tempos futuros.

Os signatários

[Assinar o abaixo-assinado Moção das Organizações Estudantis sobre o Movimento DEFENSORIA JÁ!](#)

O [Abaixo-assinado Moção das Organizações Estudantis sobre o Movimento DEFENSORIA JÁ!](#), para Governo do Estado do Paraná e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná foi criado no dia 03 de março de 2012.

Este [abaixo-assinado](#) encontra-se alojado na internet no site [Petição Pública Brasil](#) que disponibiliza um serviço público gratuito para [abaixo-assinados](#) ([petições](#)). Caso tenha alguma questão para o autor do abaixo-assinado poderá enviar através desta página de [contato](#).

[Criar Abaixo-assinado](#) | [Sobre Nós](#) | [FAQ](#) | [Política de Privacidade](#) | [Termos e Condições](#) | [Enviar a um amigo](#) | [Contato](#)

Partilha: [blogger](#) [del.icio.us](#) [digg](#) [facebook](#) [furl](#) [reddit](#) [slashdot](#) [BOOKMARK](#)

Petição Pública Brasil

Petição Pública Brasil © 2008-2012. Todos os Direitos Reservados.



Curitiba, 06 de maio de 2011.

Para Deputado Estadual

Ref.: **Projeto de Regulamentação da Defensoria Pública do Estado do Paraná**

Prezado Senhor,

Cumprimentando Vossa Excelência, o Movimento Pró-Defensoria Pública do Estado do Paraná vem se apresentar como um movimento social que congrega várias Entidades, Instituições, ONGs e Apoiadores; sua atuação independente visa a implementação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e para tanto vem acompanhando e participando ativamente do processo que culminou no Projeto de Lei que ora tramita nesta Casa.

A sua atuação e participação se dá pela própria formalização do Órgão, mas também visa que a institucionalidade e o perfil da Defensoria Pública do Estado do Paraná sejam o da independência e da autonomia, voltando-se à população economicamente carente e aos grupos sociais que experimentam uma inadmissível distância entre sua vida e o *status* constitucional que se destina a todos.

Dentre as diversas questões que garantem este perfil algumas apresentam-se com destacada importância: a) o número de Defensores Públicos, cuja estimativa é de 500 para o Estado do Paraná; b) um Quadro de Apoio com viés multidisciplinar, estimado em 900 pessoas; c) a imediata realização de Concurso Público para provimento dos Cargos de Defensores Públicos e dos Quadros de Apoio; d) a rubrica e a dotação orçamentária que seja compatível com a de uma Instituição que nasce, com 23 anos de atraso.

A questão orçamentária precisará especial atenção de Vossa Excelência, também, quando da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

O Movimento Pró-Defensoria Pública do Estado do Paraná subscreve, contando com a perspectiva de que a Casa do Povo do Paraná – neste momento, em particular – deverá ter em consideração aqueles paranaenses que experimentam as vicissitudes de um modelo excludente e opressor.



Curitiba, 03 de novembro de 2011.

CARTA CONVITE

O **MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, que congrega a sociedade civil organizada e conta com a participação de entidades, instituições, organizações não-governamentais, e movimentos sociais, ao passo que saúda e congratula a primeira Defensora Pública Geral do Estado do Paraná, Josiane Fruet Bettini Lupion, reitera o seu propósito de ver instalada no Estado do Paraná uma Defensoria Pública para e com os Movimentos Sociais, voltada à população que efetivamente necessita de assessoria jurídica gratuita, integral e de qualidade.

Assim, colhemos da oportunidade para convidarmos Vossa Senhoria para participar de reunião aberta do **MOVIMENTO** a realizar-se no "Plenarinho" da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em _____ às _____ horas.

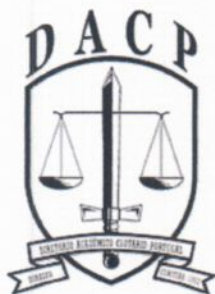
A presente de Vossa Senhoria, a fim de que é importante, pois a pauta desta reunião é:

- ▲ *Composição do Conselho Superior Interino;*
- ▲ *Composição do Comitê incumbido de realizar o primeiro concurso público para a carreira de Defensor Público do Estado do Paraná;*
- ▲ *Realização do primeiro Concurso Público para a carreira de Defensor e para o quadro de apoio e*
- ▲ *Dotação Orçamentária da Defensoria Pública;*

Cientes da disposição da Defensoria Pública-Geral em atuar de forma conjunta ao **MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA** aguardamos Vossa Senhoria, em nossa reunião, reiteramos, mais uma vez, nosso propósito de construir coletivamente uma Defensoria Pública para quem dela necessita e a nossa disposição de bem, em conjunto, envidar esforços para sua implementação e manutenção em todo o Estado.

Cordialmente,

Secretaria Executiva
MOVIMENTO PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ



DIRETÓRIO ACADÊMICO CLOTÁRIO PORTUGAL

FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA
UNICURITIBA



[Home](#) [Biblioteca Digital](#) [Fala, Acadêmico!](#) [Ouvidoria](#) [Eventos](#) [Sobre](#) [Contato](#)

Search

CINE QUANON: Debatendo conhecimentos e práticas sociais a partir do cinema

Relato do encontro CINE QUANON

Cadê a Defensoria Pública?

Caros colegas,



O movimento Defensoria Já é apoiado pela DACP

Aproveitamos o momento para compartilhar convocatória de ato público em defesa da **Defensoria Pública**. No último ano o "**Movimento Defensoria Já**" conquistou, a promulgação da **Lei Orgânica da Defensoria Pública** do Estado do Paraná, que foi assinada e sancionada no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal. Paralelamente o **Governador Beto Richa** assumiu perante o movimento o compromisso de que no dia 19 de maio de 2012, dia nacional do Defensor Público, nomearia os Defensores Públicos do Estado do Paraná, ou seja, que até tal data já haveria sido realizado concurso público para a carreira de defensor e em tal dia seria conferida a efetividade ao órgão a quem compete defender e assistir os paranaenses desprovidos de condições financeiras para arcar com defensor técnico privado.

Infelizmente, e mais uma vez, temos de mostrar à Defensoria e ao Governador que tal luta ainda permanece viva e que ausência de uma Defensoria Pública autônoma e efetiva continua ferindo o povo paranaense. Desta forma, unidos e organizados, iremos às ruas mais uma vez.

Esperamos contar com seu apoio na divulgação de tal ato público, eis que se dá publicidade à convocatória abaixo:

Compareça:

Dia 14 de março de 2012, 11h00

Escadarias do Prédio Histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade.

Atenciosamente e agradecidos do apoio que sabemos poder contar,

Diretório Acadêmico Clotário Portugal (DACP), DCE-UNICURITIBA e PRÁXIS Partido Acadêmico; integrantes do MOVIMENTO DEFENSORIA JÁ!

Curtir

6
pessoas
curtiram
isso.
Seja o
primeiro
entre

Usuário:

Senha:

☐ Lembrar-me

Galeria



Facebook

Assine nossa Newsletter

Indique o seu endereço de email para subscrever este site e receber notificações de novos artigos por email.

Endereço de email

Abril 2012

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

« Mar

Cadê a Defensoria Pública?

Clara Maria Roman Borges, professora de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da UFPR é integrante do Observatório pela criação da Defensoria Pública no Paraná.

Priscilla Placha Sá, professora de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFPR, é coordenadora do Observatório pela criação da Defensoria Pública no Paraná.

Não é prudente se conformar com a promessa de um concurso público, pois a Defensoria somente existirá quando for publicado o edital, realizadas as provas, nomeados e empossados os novos defensores e servidores

Há quase um ano, nas escadarias da nossa centenária Universidade Federal do Paraná (UFPR), o governador Beto Richa posou para os jornalistas segurando em suas mãos a recém-sancionada lei que previa a criação da Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Contudo, assim como a envelhecida foto, a esperança de implementação desta instituição em prol da população carente de nosso estado encontra-se amarelada, na medida em que tem sido carcomida pela morosidade e desídia dos poderes públicos. Aos poucos, a perspectiva de mudança no cenário dos cárceres estaduais superlotados, do fortalecimento da cidadania do povo paranaense e do cumprimento da Constituição de 1988 tem sido sorrateiramente apagada do horizonte.

A Defensora-Geral e o Conselho Superior Provisório foram nomeados, a verba orçamentária para a concretização da nossa Defensoria já foi aprovada pelo Poder Legislativo e disponibilizada aos órgãos competentes, o comitê encarregado da realização do concurso público para contratação de defensores e servidores foi indicado, bem como a resolução governamental que o autoriza a realizá-lo foi assinada, mas o que se percebe é a falta de vontade para dar vida à instituição que tem por função primordial assegurar a dignidade dos nossos cidadãos mais espoliados.

Sabe-se que sem Defensoria a população que não possui condições de pagar um advogado fica à míngua de seus direitos e suscetível aos abusos dos mais poderosos. Atualmente, os paranaenses carentes estão juridicamente desprotegidos e com frequência assistimos de mãos atadas à violação de seus direitos fundamentais e ao descaso dos poderes públicos em relação às suas demandas prioritárias. Até porque os antigos advogados contratados precariamente pelo Estado para a defesa dessa população foram desligados de sua função para que fosse aberto espaço para os novos defensores da carreira recentemente criada.

Percebe-se a cada dia mais claramente que o sonho de implantação de uma defensoria pública independente e popular em nosso estado cedeu espaço a outros projetos midiaticamente “mais lucrativos” na agenda política dos governantes. A Copa do Mundo de 2014, suas reformas e operações policiais nas áreas de visibilidade turística têm ocupado o tempo daqueles que deveriam estar comprometidos com a efetivação deste órgão capaz de tirar os paranaenses carentes da condição de subcidadãos.

É certo que se não pode passivamente deixar perdurar essa situação de vilipêndio de direitos no Paraná, sob pena de se levar a índices insuportáveis o processo de exclusão perpetrado pela globalização neoliberal.

Não é prudente se conformar com a mera promessa de um concurso público, pois a Defensoria somente existirá quando for publicado o edital, forem realizadas as provas, forem nomeados e empossados os novos defensores e servidores.

Em suma, não se pode retroceder nesta luta pela implementação da Defensoria Pública em nosso estado, a qual já teve grandes conquistas, mas como se vê não chegou ao final.

Então, para fazer valer o compromisso dos movimentos sociais de monitorar os esforços públicos para tornar efetiva a Lei Complementar n.º 136/2011, perguntamos à Defensora-Geral e ao governador do Estado: cadê a Defensoria?

Além disso, estamos programando, para o dia 14 de março próximo, às 11 horas, nas escadarias da UFPR da Praça Santos Andrade, um ato no qual haverá um minuto de silêncio em protesto à desídia dos poderes públicos com a Defensoria Pública do Paraná.

Veículo: Gazeta do Povo Online

Data: 11/03/2012

Estado: PR

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br

Defensoria Pública é um direito de todos os cidadãos

Clara Maria Roman Borges, advogada, é integrante do Movimento Pró-Defensoria Pública do Paraná, professora adjunta de Direito Processual Penal da UFPR, coordenadora do Núcleo de Direito Processual Penal da UFPR, mestre e doutora.

Um estado sem Defensoria Pública como o nosso impõe de maneira perversa uma subcidadania aos mais carentes, pois deixa de concretizar a defesa de seus direitos

Ao contrário do que muitos levemente dizem por aí, a Defensoria Pública não serve simplesmente para defender bandidos ou tirar da cadeia os que já cumpriram suas penas. É verdade que nos dias atuais se constata uma situação caótica no sistema carcerário do Paraná, que exige uma intervenção imediata dos poderes públicos no sentido de se verificar a necessidade de privação da liberdade das pessoas que lá se encontram esquecidas e que são tratadas diariamente de maneira desumana. Contudo, é reducionista demais imaginar que os defensores públicos têm como única missão trabalhar para diminuir a superlotação das penitenciárias e delegacias de polícia. Sem dúvida, esse é um de seus compromissos, que igualmente deveria ser dos integrantes do Poder Executivo, da magistratura, do Ministério Público e da OAB.

A Defensoria Pública tem um papel importantíssimo na efetivação dos direitos individuais e coletivos da população carente organizada ou não na forma de movimentos sociais, que vai desde a proposição judicial de demandas para assegurar direitos individuais de saúde, família, consumidor e sucessões, até a proposição de ações civis públicas para garantir direitos coletivos de habitação, de meio ambiente, do consumidor, urbanísticos e de saúde. Nesses casos, o defensor público pode exercer ainda a função de conciliador, promovendo acordos extrajudiciais de ajustamento de conduta para evitar a judicialização das demandas de tal natureza e fornecer uma solução rápida para os problemas que atingem a coletividade. Além disso, esse órgão também cuida da defesa dos adolescentes em conflito com a lei e dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica, bem como de todos os demais direitos fundamentais daqueles que não podem contratar um advogado.

Diante disso, é inevitável concluir que um estado sem Defensoria Pública como o nosso impõe de maneira perversa uma subcidadania aos mais carentes, pois deixa de concretizar a defesa de seus direitos ou trata de relegá-la aos poucos abnegados advogados contratados pela administração pública, integrantes dos núcleos de prática jurídica das universidades e aos defensores dativos, todos sem garantia de uma remuneração condizente com sua função, sem uma carreira que lhes assegure prerrogativas para uma atuação independente e sem uma fiscalização efetiva e regulada de seu trabalho.

Isso significa que a criação emergencial de 150 cargos de assessores jurídicos temporários proposta pelo governo do Paraná para atuar nas penitenciárias e tentar diminuir nossa população carcerária, que é uma das maiores do Brasil, não causa alívio nenhum àquele grande contingente de paranaenses sem acesso à Justiça para defesa de seus direitos fundamentais. Por óbvio, não se pode aceitar uma tímida medida paliativa como essa em substituição ao cumprimento da Constituição, faz-se necessário reivindicar com firmeza a criação imediata de uma Defensoria Pública

para atender a população sem condições de pagar advogado e os movimentos sociais constantemente discriminados, sob pena de subserviência aos interesses daqueles que por algum motivo lucram com o desamparo dos economicamente hipossuficientes e com a superlotação do sistema carcerário.

Ademais, o ato do governo do Paraná de retirada de pauta do projeto de lei que visava à criação desse órgão significou um passo atrás no caminho das conquistas democráticas e deve ser tomado como mais um indicativo de que não se pode esmorecer na luta pela implementação em nosso estado de uma Defensoria Pública independente, imune às ingerências políticas e com recursos para lutar contra a violação dos direitos dos cidadãos e dos movimentos sociais.

Veículo: Gazeta do Povo Online

Data: 17/03/2011

Estado: PR

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br

Instituição e institucionalidade

Priscilla Placha Sá, advogada, é membro da Secretaria-Executiva do Movimento Pró-Defensoria Pública e professora de Direito Penal da UFPR e da PUCPR.

Este talvez seja o momento para pensar que o processo político não se encerra na votação solitária das cabines num domingo de outubro; ele é diário, dinâmico e intenso

Os festejos pela aprovação, por unanimidade, nas três sessões de votação da Assembleia Legislativa, do projeto de lei que regulamenta a Defensoria Pública do Paraná demonstram que se trata de um marco histórico para o estado.

O vozerio, que ora se apresenta e que se seguirá até a data da sanção da lei que – segundo firmado pelo governo do estado – será no próximo dia 19 de maio, para uma feliz coincidência com o Dia Nacional do Defensor Público, não pode ensurdecer muitas vozes que se ergueram para – coletivamente – buscar nas bases algo talvez esquecido em nossa prática política: a participação popular. Não há lugar para imaginar que a única voz que vem do povo é o terror jacobino; mas sim sua inata força modificadora.

Se é fato que a iniciativa do atual governo em retirar o projeto encaminhado pelo anterior foi um duro golpe para aqueles que por ela lutavam, não se pode deixar de notar que foi por conta disso que se justificou a união e a força das bases sociais, que deram o tom de legitimidade ao processo que daí adviria.

A democracia – por vezes – é referida como mero discurso retórico, que perpassa pelas bocas dos políticos apenas em períodos certos; ela somente pode ser vista quando quem dá o tom, a cor e o cheiro é o próprio povo. Quando se abriu à consulta popular o texto integral do anteprojeto, estabeleceu-se um marco que valorizou o processo de construção legislativa, especialmente se se fala de uma lei cuja premissa fundamental é esse caráter popular.

As entidades, instituições, organizações de base, mesmo com as dificuldades que suas próprias institucionalidades encerram, debruçaram-se exaustivamente sobre o texto e mobilizaram-se para acompanhar atentamente o debate político, os seus atores e as vicissitudes do processo. Mesmo num momento em que já não mais parecia ser politicamente correto ser contra a Defensoria Pública, alinhavam-se e avizinham-se eminências pardas que pretendiam ou que não houvesse a tal Defensoria ou que, se viesse a nascer, fosse ela franzina ou apequenada.

A força e a altivez do debate popular somente se mantiveram com a participação efetiva de muitas pessoas. Não apenas as centenas que estiveram na semana passada em campo buscando alertar a população sobre o direito de ter alguém para defender seus direitos, mas podemos dizer milhares de pessoas que se colocaram no debate direto, na coleta de assinaturas, na distribuição de adesivos e – aproveitando a modernidade – nas redes sociais (Facebook/Twitter). Eram muitos: estudantes, trabalhadores, professores, pessoas ligadas aos direitos humanos, personalidades políticas e especialmente aqueles que esperam pela Defensoria Pública para verem seus direitos atendidos ou reparados.

Este talvez seja o momento para pensar que o processo político não se encerra (como infelizmente, ainda, pensam muitos) na votação solitária das cabines num domingo de outubro; ele é diário, dinâmico e intenso.

O Movimento Pró-Defensoria Pública do Paraná, que, então, acompanhou esse processo de política governamental, no seu trânsito tanto no Executivo quanto no Legislativo, considera que uma etapa importante se deu: a da instituição da Defensoria Pública, mas que começa uma fase tão ou mais relevante que é a construção de sua institucionalidade (aquele tom, aquela cor, aquele cheiro), que precisa se firmar na autonomia, na independência e no caráter popular. Se a instituição demarca o lugar, a institucionalidade dá o perfil, que dá a significância do que é uma Defensoria Pública.

Seus desafios? Olhar os 23 anos que se passaram, mas especialmente mirar o futuro, em que não se pode ter apenas mais uma instituição; é dela que se espera a miragem de um novo modelo de justiça e de uma nova forma de pensar as coisas da população economicamente carente, as questões de caráter coletivo, as violações de direitos humanos e por aí afora.

Por vezes, pareceu-me que cresciam os argumentos utilitários ou meramente políticos e saíam vencedores; prefiro pensar que – a olhar a participação popular – o triunfo é o do debate democrático. Há, ainda, muito o que fazer: mãos à obra.

Veículo: Gazeta do Povo Online

Data: 12/05/2011

Estado: PR

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br

Defensoria Pública, uma questão de justiça

Carlos Alberio Richa, o Beto Richa, é governador do Paraná pelo PSDB.

No Paraná, a Defensoria Pública torna-se hoje realidade que recebe estrutura legal e independência para proteger os direitos dos mais carentes

Uma das maiores contribuições da justiça para a construção da cidadania é aquela que ensina que a lei é para todos.

No entanto, o egoísmo de uns e a arrogância de outros ainda hoje dificultam a aplicação prática do direito à igualdade, um dos pilares da Revolução Francesa. Para superar o atraso, buscamos uma caminhada contínua, que requer firmeza e determinação de propósitos.

No Paraná, a Defensoria Pública torna-se hoje uma realidade que recebe estrutura legal e independência para atuar na proteção dos direitos da população mais carente em todas as comarcas do Estado.

Estamos fazendo o que deveria ter sido feito há mais de duas décadas, com a Constituição de 1988. É o resgate de um direito que fundamenta a cidadania.

Imperdoável a omissão que perdurou até o momento. Porque ao governante cabe a responsabilidade adicional de conduzir a construção de instrumentos em favor da cidadania. Como ensinava Gandhi, "se ages contra a justiça e eu te deixo agir, então a injustiça é minha".

Outros passos ainda serão necessários para garantirmos a organização ideal. Mas o início é altamente promissor. Há grande motivação, que certamente vai superar os desafios que se apresentarem.

A criação da Defensoria Pública teve a aprovação unânime da Assembleia Legislativa do Estado, por meio de um projeto de lei que submetemos antes a discussão e aperfeiçoamento com amplos setores da sociedade.

A Defensoria paranaense reafirma nosso conceito de justiça por inteiro e confirma nosso exato entendimento da condição principal dos direitos fundamentais da cidadania, entre eles a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

No Dia Nacional do Defensor Público, o texto que entra em vigor no Paraná já alcança o reconhecimento, entre juristas, advogados e defensores públicos, de ser um dos mais avançados do país.

Tivemos a oportunidade de comparar outras experiências e avançar na proposta de contratar, além de 333 defensores públicos, também equipes multidisciplinares, com psicólogos e assistentes sociais, num total de 426 profissionais técnicos e administrativos.

O resultado será certamente realizador. Porque faz parte de um novo jeito de governar, em que ser contemporâneo é ser também intransigente na defesa da justiça, da ética, da transparência e da moralidade. O Paraná tem pressa para se ajustar aos novos tempos e às demandas

socioeconômicas que principiam em um sólido conceito de cidadania. Temos consciência da responsabilidade e da dedicação que devemos ter em nossas ações.

Afinal, instituições sólidas são construídas com o tempero da reflexão e do planejamento. Até agora, a inexistência da Defensoria Pública nos causa entraves, como a situação prisional do Estado. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o Paraná tem o maior número proporcional de presos provisórios do país: 54%.

Com uma Defensoria independente, respaldada por bases inovadoras, inclusive com eleição direta do defensor-geral do Estado entre os integrantes da carreira, tenho certeza de que a justiça será distribuída com maior rapidez e eficácia.

Outro avanço será a constituição, desde o início, de ouvidoria externa. Enfim, queremos fazer do passo que damos hoje o início de grande jornada, focada em valores emancipadores do cidadão.

Porque, como dizia Tancredo Neves, "a cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade".

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 19/05/2011

Estado: SP

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br

Defensoria Pública do Paraná: próximos passos

Maria Tereza Uille Gomes, secretária de Estado da Justiça e da Cidadania, é procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, mestre em Educação pela PUC PR e doutoranda em Ciências Sociais pela UFPR.

Miguel Gualano de Godoy, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, é bacharel e mestre em Direito do Estado pela UFPR.

Todas as comarcas do estado do Paraná serão atendidas pela Defensoria Pública, pois onde houver ao menos um juiz e um promotor ali haverá também um defensor público

A Defensoria Pública é, conforme artigo 134 da Constituição Federal de 1988, instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Ou seja, é uma instituição fundamental para o adequado funcionamento da Justiça. A Defensoria Pública deve, conforme artigo 5.º e artigo 134 da Constituição Federal, prestar orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados. Ou seja, é público-alvo da Defensoria Pública, e assim tem direito a assistência jurídica integral e gratuita, todo aquele que comprove insuficiência de recursos para constituir advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Diante disso, pondo fim a um lapso temporal de mais de 20 anos, o governo do Paraná elaborou, de forma aberta, plural e democrática, a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a qual foi declarada por juristas, advogados e defensores públicos como a legislação mais moderna e completa do país.

Dado esse grande e fundamental passo, os que seguem são, primeiramente, o exercício de opção pela carreira de defensor público, no prazo de 30 dias contados a partir da promulgação da lei, por parte daqueles que já exerciam a função na data de instalação da Assembleia Constituinte. Essa opção será analisada pela Secretaria da Administração, pela Procuradoria Geral do Estado e, por fim, pelo governador. Findados e homologados os termos de opção, o governador irá escolher, dentre aqueles que tiveram sua opção homologada, o primeiro Defensor Público-Geral, tendo em vista que passado o mandato do primeiro, seu sucessor será escolhido por eleição direta e pelos próprios integrantes da carreira.

Após a escolha do Defensor Público-Geral, este, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil, com o Conselho de Defensores Públicos-Gerais e a Associação Nacional dos Defensores Públicos, comporá o comitê responsável pela direção e coordenação do primeiro concurso público para a Defensoria Pública do Paraná, que deverá ser realizado no prazo de até 180 dias. Nesse concurso, deverão ser providos os 207 cargos de defensor público do estado do Paraná e também os 426 cargos de nível superior e médio que auxiliarão os trabalhos e atividades da Defensoria Pública. Para garantir a lisura do processo seletivo, tal concurso deverá ser realizado por instituição de âmbito nacional, com experiência na organização de concursos públicos jurídicos, e a banca examinadora deverá ser composta, majoritariamente, por defensores públicos de outros estados, conforme disposição da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Para garantir o cumprimento dessas disposições, foi proposta emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aumentando o orçamento da Defensoria Pública de R\$ 28 milhões para R\$ 47 milhões. Dessa forma, todas as comarcas do estado do Paraná serão atendidas pela Defensoria Pública, pois onde houver ao menos um juiz e um promotor ali haverá também um defensor público. As comarcas de entrância intermediária e final, as quais compreendem as maiores cidades do estado, receberão um número maior de defensores públicos, segundo as suas necessidades. No entanto, destaque-se que a lotação dos defensores públicos já foi estabelecida através de um estudo e planejamento conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e prevista expressamente no anexo da Lei Orgânica da Defensoria. Dessa maneira, cumpre-se o compromisso de "interiorizar" a Defensoria Pública e não concentrá-la na capital do estado, atendendo, prioritariamente às demandas nas áreas de família e réus presos.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná estrutura-se, assim, como uma instituição já preparada para atender aos anseios e necessidades da população carente do Paraná e, segundo o 3.º Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça, maior em número de defensores que as Defensorias Públicas de outros estados como Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo ou Mato Grosso do Sul.

Estruturar a Defensoria Pública do Paraná e tomar as medidas necessárias para sua implementação é cumprir a Constituição Federal, democratizar o acesso à Justiça e, assim, possibilitar a efetivação dos direitos dos mais necessitados.

Veículo: Gazeta do Povo Online

Data: 02/06/2011

Estado: PR

ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos
WWW.ANADEP.ORG.BR

SCS Quadra 1 - Bloco M - Ed. Gilberto Salomão - Conj. 1301 - Cep. 70305-900 Brasília - DF-Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-1747 / Telefax: +55 (61) 3039-1763 - anadep@anadep.org.br

GAZETA DO POVO

Gazeta do Povo VIDA E CIDADANIA

Henry Milléo/Gazeta do Povo



A Defensoria Pública do Paraná organizou na última quinta-feira um mutirão no Centro de Curitiba para atender a população

DEFENSORIA PÚBLICA

Falta agilidade para montar órgão

Embora tenha sido autorizada a organização de concurso para contratar profissionais, demanda por defensores está longe de ser atendida

Curtir 22

0

10

Publicado em 12/03/2012 | CHICO MARÉS

O governo do estado autorizou, na última quarta-feira, a realização de concurso para as primeiras contratações da Defensoria Pública do Paraná. Ao todo, em um primeiro momento, serão contratados 532 defensores públicos e 532 assessores. A expectativa é de que até 2014, 333 defensores estejam nomeados no Paraná. O edital deve ser lançado até o início de abril e o processo de seleção deve ser concluído até o início de junho. Para muitos, entretanto, esse processo tem sido lento demais.

A criação de uma Defensoria Pública efetiva no Paraná demorou 23 anos. Uma lei do final do governo Alvaro Dias, de 1991, previa a criação do órgão dentro dos moldes da Defensoria Pública do Brasil. Entretanto, a norma não saiu do papel. Apenas em maio de 2011, o governador Beto Richa sancionou a Lei Orgânica da Defensoria Pública, que regulamenta o funcionamento da instituição, mas conta com apenas dez defensores e 16 advogados cedidos pelo governo estadual, estrutura insuficiente até mesmo para a demanda do município de Curitiba.

A defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, argumenta que a demora para a realização do concurso é natural, já que não se trata de um processo simples. Um comitê de trabalho foi criado para estudar a possibilidade de criação de uma Defensoria Pública no Paraná.

Conscientização

População tem de conhecer o serviço

Outro desafio na criação da Defensoria Pública do Paraná é sua inserção cultural na sociedade. Apesar de a demanda existir, a figura do defensor ainda é desconhecida para a população local. "Esse é o problema causado pelos 20 anos de atraso. Você sai do Paraná e é compreendido, você vai em qualquer órgão público e eles entendem a linguagem. Aqui no Paraná, não", afirma a defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion.

Para driblar essa dificuldade, a defensoria deve promover campanhas de conscientização e criar uma "defensoria volante", que levará serviços da instituição a regiões pouco acessíveis, em que as pessoas nem certidão de nascimento têm. É nessas regiões que a gente precisa chegar", afirma.

Justiça tem de recorrer a advogados dativos

A ausência de uma Defensoria Pública com estrutura adequada força o Poder Judiciário a recorrer ao serviço de advogados dativos. Esses profissionais são indicados por juízes para representar os réus na defesa. O problema é que esses advogados acabam sendo forçados a trabalhar de graça, já que o Estado não os paga há dez anos. Além disso, a relação advogado-réu acaba sendo paga pelos réus mais pobres, que não conseguem ser defendidos de forma adequada.

A função mais notória de um defensor público é advogar em nome de quem não tem condições de pagar um advogado. Segundo a defensora-geral do estado, Josiane Fruet Lupion, essa é a única função de um defensor, já que eles atuam também na mediação extrajudicial de conflitos e em diversas formas de trabalho social com comunidades carentes. Entretanto, trata-se de uma função com muitas dificuldades de lidar.

De graça

O presidente do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, estima que cerca de 5 mil advogados trabalharam "de graça" como dativos nesses últimos dez anos. Mais de R\$ 10 milhões a esses profissionais. Uma soma que é pequena frente à receita líquida anual de R\$ 32 bilhões do estado, mas que representa bastante coisa na vida de quem precisa. Glomb acredita que quem mais perde com essa situação são os clientes. "Quem está sofrendo com isso é o cidadão paranaense", afirma.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pelos pagamentos feitos pelo governo do estado, mas não foi atendida até o fechamento desta edição.

trabalha nisso desde novembro do ano passado, mas o número elevado de vagas e a variedade de cargos tornam o processo complicado. A expectativa, segundo Josiane Fruet Lupion, é de que o concurso para defensor e mais 12 mil para os outros cargos.

Entretanto, o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Castro, afirma que essa demora não é normal. Em São Paulo, último estado a criar o órgão, já contava com 400 defensores trabalhando menos de um ano depois da aprovação da lei.

A situação também é criticada pelo movimento Defensoria Já!, que deve promover um ato na próxima quarta-feira, no Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná. Para a professora de Direito Penal da UFPR Priscilla Placha Sá, uma das integrantes do movimento, essa autorização não significa um passo adiante. "É do estado seria desnecessária, pois uma das características da defensoria é a autonomia administrativa e financeira", afirma. Priscilla cobra também a apresentação de um plano de trabalho para a realização do concurso.

Demanda

Mesmo que a defensoria consiga emplacar de imediato toda a estrutura prevista na lei para 2014, esse número ainda não seria suficiente para vencer a demanda do Paraná.

Defensorias Públicas do Brasil, publicado em 2009 pelo Ministério da Justiça, o Paraná precisaria de, pelo menos, 600 defensores para dar conta de sua demanda.

Josiane afirma que 333 defensores, de fato, não são suficientes para um estado do tamanho do Paraná. Entretanto, já é o bastante para uma melhora significativa no projeto atual, a defensoria seria espalhada por todas as comarcas do Paraná, buscando atender o estado como um todo.

Castro concorda com a análise da defensora-geral. "O número ideal deveria ser maior, mas, se nós conseguirmos colocar esses defensores na ativa em um curto espaço de tempo, sem dúvida, haverá um salto de qualidade no atendimento", afirma.

55% dos presos são provisórios

Apesar de ser apenas a sexta maior população e a quinta maior economia do país, o Paraná tem a terceira maior população carcerária de todo o Brasil. Em 2010, dado n contava com praticamente 36 mil presos, número menor apenas que os de São Paulo e Minas Gerais. Parte desse problema é o alto número de presos provisórios: cerca de 20 mil. É o sétimo maior índice do país e o segundo maior no Sul e Sudeste.

A falta de uma Defensoria Pública faz parte desse problema. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Castro, faltam advogados para a liberdade de alguém que não deveria estar preso. Por outro lado, a ausência de advogados impede a condenação de outros réus, que deveriam ser presos de forma definitiva, mas que estão presos, resume.

O presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, ressalta a magnitude do problema. Segundo Glomb, existem 3 mil revisões de condenações em andamento nas cadeias do Paraná. E esse número pode ser ainda maior. "Muitas pessoas estão nas cadeias públicas por causa da dificuldade de atendimento", afirma. Além disso, há a superlotação de vários presídios e, também, de delegacias, que, sem estrutura para cuidar dos presos, veem seus outros trabalhos, como os de investigação, prejudicados.

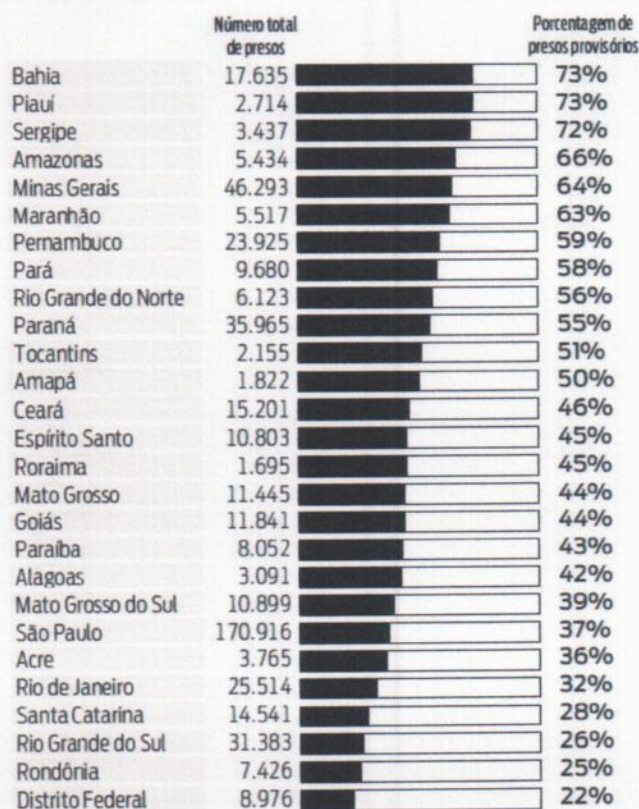
Principal desafio

Para a defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, a gravidade do tema é suficiente para considerá-lo o principal desafio da nova defensoria. "O trabalho na área criminal dentro da defensoria, é nosso maior trabalho", afirma. Desde novembro de 2011, o governo do estado cedeu 150 profissionais para realizar um mapeamento da situação, que está sendo coordenado pelo novo órgão.

Além de servir como base para uma ação futura, depois da contratação efetiva dos defensores, algumas medidas pontuais vêm sendo tomadas, como a remoção de presos de hospitais e a liberação de alguns detentos que não deveriam estar na cadeia.

SITUAÇÃO CARCERÁRIA

Mais da metade dos presidiários no Paraná são presos provisórios. Falta de defensoria agrava problema.



Fonte: Ministério da Justiça.

Infografia: Gazeta do Povo

Defensoria Pública do Paraná

Defensoria
08/03/2012

Richa autoriza concurso com 729 vagas para a Defensoria Pública

O governador Beto Richa autorizou nesta quarta-feira (07/03) a realização de concurso público para o preenchimento de 729 cargos na Defensoria Pública do Paraná. São 197 defensores público superior e 158 do grupo ocupacional de nível intermediário. Previsto para julho, o concurso garantirá a contratação de pessoal efetivo para a Defensoria e a interiorização do órgão, criado no ano ;

O processo seletivo será o primeiro da Defensoria Pública do Paraná. O edital deverá ser publicado em até um mês em Diário Oficial. "Este é um momento histórico, que mostra o compromisso com a população mais carente. As contratações irão garantir o pleno funcionamento da Defensoria paranaense, que tem uma das legislações mais avançadas e democráticas do Brasil", disse o governador. Cerca de 90% das pessoas acusadas de crimes não têm condições financeiras para pagar um advogado.

Richa lembrou que o Paraná aguardava há mais de 20 anos por uma legislação estadual que regulamentasse a instalação do órgão, previsto na Constituição Federal de 1988. "Fizemos um esforço efetivamente implantada a Defensoria paranaense, essencial para a efetivação do direito de defesa", disse ele. O governador elogiou o trabalho da defensoria pública-geral do Paraná, Josiane Fr

De acordo com a defensoria pública-geral, a folha salarial dos contratados será de aproximadamente R\$ 30 milhões e será custeada com recursos próprios da Defensoria. Os aprovados no concurso serão contratados no Paraná.

Josiane disse que a realização do concurso é um momento histórico, que contribuirá para o desenvolvimento pleno da democracia no Estado. "Com servidores efetivos teremos uma Defensoria pública com presença no interior do Estado. Essa é uma importante etapa que comprova a preocupação do governo com a população que não tem acesso a serviços de advocacia", disse ela.

A defensoria explicou que foi instituído um comitê para planejar o concurso público. O grupo será formado por representantes da Defensoria Pública, Secretaria de Administração, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Nacional dos Defensores Públicos.

VAGAS – O concurso público para o preenchimento dos cargos da Defensoria deverá ser realizado em julho por um órgão que será selecionado pelo comitê. Os 197 defensores públicos serão contratados e os assessores jurídicos que foram contratados por processo simplificado.

Os 158 selecionados para as vagas de ensino médio serão chamados em 2012 e 2013. Serão técnicos em informática, técnicos administrativos, técnicos em redes de computadores e técnicos em informática.

Os 374 cargos para nível superior também serão preenchidos em 2012 e 2013. As vagas estão distribuídas nas áreas de administração, biblioteconomia, contabilidade, economia, informática, psicologia, clínica, estatística, assessor jurídico, comunicação social, jornalismo, engenharia, sociologia e secretariado executivo.

APROVAÇÃO – A legislação que regulamentou a Defensoria Pública no Paraná foi sancionada pelo governador em maio de 2011. Ela prevê que o órgão seja autônomo, tenha orçamento próprio e exemplo para os estados do País.

A secretária de Justiça e da Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes, destaca que a legislação paranaense é uma das mais modernas do Brasil e que tem garantido avanços no acesso da população aos serviços de advocacia. "A Defensoria Pública irá garantir a interiorização plena do serviço", afirmou ela.

De acordo com a secretária, os assessores jurídicos estão realizando um mapeamento da situação prisional nas delegacias e penitenciárias estaduais – trabalho que ajudou a reduzir de 16 mil presos no Paraná.

"Com certeza, o trabalho da Defensoria foi fundamental para a conquista desse avanço para os encarcerados", disse ela. A secretária também destacou a contribuição do Ministério Público para a melhoria da Defensoria.

O procurador geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior, destacou o fato de a instalação da Defensoria Pública ter sido precedida de debate com a sociedade. "Vários pontos da lei foram discutidos e o Ministério Público trabalha em conjunto com a Defensoria para a garantia dos serviços públicos à população", afirmou ele.

© Defensoria Pública do Paraná
Avenida Cabral, 184 - Centro - 80410-900 - Curitiba - PR
41 3219-7300 - [Localização](#)



*Lei Orgânica da Defensoria Pública
do Estado do Paraná*

CURITIBA
2011

CARREIRA	CATEGORIA	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO	FUNÇÃO	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
DEFENSORIA PÚBLICA	A	83	DEFENSOR PÚBLICO	DEFENSOR	GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSCRIÇÃO NA OAB
	B	166			
	C	333			
TOTAL DO CARGO		582			
CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
PROFISSIONAL DA DEFENSORIA	A	81	AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA	ADMINISTRADOR	GRADUAÇÃO E INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE CLASSE
				ADVOGADO	
				ENGENHEIRO CIVIL	
	B	188		CONTADOR	
				ASSISTENTE SOCIAL	
				PSICÓLOGO	
				MÉDICO PSIQUIATRA	
				SOCIÓLOGO	
	C	269		BIBLIOTECOMISTA	
				COMUNICADOR SOCIAL	
				ESTATÍSTICO	
				ECONOMISTA	
				SECRETÁRIO EXECUTIVO	
TOTAL DO CARGO		538			
CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA DEFENSORIA	A	15	ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO OU PROFISSIONALIZANTE
	B	55			
	C	88			
TOTAL DO CARGO		158			

ANEXO II - TABELA DE REMUNERAÇÃO ÚNICA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

SIMBOLOGIA	REMUNERAÇÃO ÚNICA
DAS-2	4.852,43

QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS

2011	2012	2013	2014	Total
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
1	0	0	0	1
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
207	0	0	126	333
207	0	0	126	333
415	0	0	252	667
11	0	0	0	11
4	0	0	0	4
9	0	0	0	9
7	0	0	0	7
2	0	0	0	2
1	0	0	0	1
2	0	0	0	2
2	0	0	0	2
11	51	0	0	62
1	0	0	0	1
1	0	0	0	1
63	0	0	0	63
1	0	0	0	1
1	0	0	0	1
99	59	0	0	158
1	0	0	0	1
1	0	0	0	1
2	0	0	0	2
219	110	0	0	329
634	110	0	252	996

SUBSÍDIO – DEFENSOR PÚBLICO

TEMPOS/ REFERÊNCIAS		05 Anos	10 Anos	15 Anos	20 Anos	25 Anos	31 Anos	32 Anos	33 Anos	34 Anos	35 Anos
CATEGORIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1ª	11.779,53	12.368,51	12.957,48	13.546,46	14.135,43	14.724,41	15.313,39	15.902,36	16.491,34	17.080,32	17.669,29
2ª	11.218,60	11.779,53	12.340,46	12.901,39	13.462,32	14.023,25	14.584,18	15.145,11	15.706,04	16.266,97	16.827,90
3ª	10.684,38	11.218,60	11.752,82	12.287,04	12.821,26	13.355,48	13.889,69	14.423,91	14.958,13	15.492,35	16.026,57

VENCIMENTO BÁSICO – AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,10						5.043,97	6.304,97	6.935,46	7.250,71	7.565,96	7.881,21	8.196,46
2					3.668,34	4.218,60	4.402,01	4.585,43					
3		2.521,63	2.899,88	3.044,87	3.189,86	3.334,86							

VENCIMENTO BÁSICO – ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,05						1.914,94	2.393,67	2.633,04	2.752,72	2.872,41	2.992,09	3.111,77
2					1.459,00	1.677,85	1.750,80	1.823,75					
3		1.050,68	1.208,28	1.268,70	1.329,11	1.389,52							

A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS						20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA	31 ANOS NA CARREIRA	32 ANOS NA CARREIRA	33 ANOS NA CARREIRA	34 ANOS NA CARREIRA	35 ANOS NA CARREIRA
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				10 ANOS NA CARREIRA	15 ANOS NA CARREIRA	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA					
C	INGRESSO			3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	5 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS NA CARREIRA	15 ANOS NA CARREIRA							

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO – ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

DEFENSORIA														
CLASSE	PROMOÇÃO		REFERÊNCIAS	PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO										
	POR TEMPO	POR MÉRITO		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARREIRA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS						20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA	31 ANOS NA CARREIRA	32 ANOS NA CARREIRA	33 ANOS NA CARREIRA	34 ANOS NA CARREIRA	35 ANOS NA CARREIRA
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARREIRA MAIS OUTROS TÍTULOS				10 ANOS NA CARREIRA	15 ANOS NA CARREIRA	20 ANOS NA CARREIRA	25 ANOS NA CARREIRA					
C	INGRESSO			3º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATÓRIO	5 ANOS NA CARREIRA	10 ANOS NA CARREIRA	15 ANOS NA CARREIRA							

ANEXO VII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO IMEDIATO

Seção Judiciária	Município	Entrância	DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ															Total
			Concursos	Sede da Defensoria Pública	Núcleos Especializados da Defensoria Pública	Vara Criminal	Vara de Família	Vara de Família, Reg. Publ., Acad. do Trab. e Correg. do Foro Extraj.	Vara da Inf. da Juv.	Vara de Adol. Infrat.	Vara de Exec. Penais e Correg. dos Presid.	Vara de Exec. Penais	Vara de Inq. Polic.	Vara Privat. do Trib. do Jun.	Juizado Especial Cível	Juizado Especial Criminal		
1ª Seção Judiciária	Curitiba - RMC - sede	Fin			12	7	6				1		2	1	1	1	1	32
	Almirante Tamandare - RMC	Fin	1															1
	Araucária - RMC	Fin	1															1
	Campina Grande Sul - RMC	Fin	1															1
	Campo Largo - RMC	Fin	1															1
	Colombo - RMC	Fin	1															1
	Fazenda Rio Grande - RMC	Fin	1															1
	Pinhais - RMC	Fin	1															1
	Piraquara RMC	Fin	1															1
São José dos Pinhais - RMC	Fin	1				1									1		3	
2ª/4ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin				1	1			1		1						4
5ª/6ª Seção Judiciária	Foz do Iguaçu (sede)	Fin				1			1	1		1						4
7ª/8ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin				1				1		1						3
9ª/13ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin				1			1	1		1						4
14ª/16ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin				1			1	1		1						4
16ª/17ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin				1			1	1		1						4
18ª Seção Judiciária	Apucarana (sede)	Inter	1															1
	Jandaia do Sul	Inic	1															1
	Marilândia do Sul	Inic	1															1
19ª Seção Judiciária	Arapongas (sede)	Inter	1															1
	Astorga	Inter	1															1
20ª Seção Judiciária	Assis Chateaubriand (sede)	Inter	1															1
	Corbélia	Inic	1															1
	Formosa do Oeste	Inic	1															1
21ª Seção Judiciária	Bandeirantes (sede)	Inter	1															1
	Santa Mariana	Inic	1															1
22ª Seção Judiciária	Cambé (sede)	Inter	1															1
	Rolândia	Inter	1															1
23ª Seção Judiciária	Barbosa Ferraz	Inic	1															1
	Campo Mourão (sede)	Inter	1															1
	Iretama	Inic	1															1
	Mamborê	Inic	1															1
	Peabiru	Inter	1															1

continuação

[illegible]

continuação

[illegible]

continuação

51.ª Seção Judiciária	Mallet	Inic	1														1
	União da Vitória (sede)	Inter	1														1
52.ª Seção Judiciária	Arapoti	Inic	1														1
	Siqueira Campos	Inic	1														1
	Wenceslau Braz (sede)	Inter	1														1
53.ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter	1														1
	Rio Negro	Inter	1														1
	São João do Triunfo	Inic	1														1
	São Mateus do Sul	Inter	1														1
54.ª Seção Judiciária	Andirá (sede)	Inter	1														1
	Cambará	Inic	1														1
55.ª Seção Judiciária	Marechal Când.Rondon (sede)	Inter	1														1
	Palotina	Inter	1														1
	Santa Helena	Inic	1														1
56.ª Seção Judiciária	Capitão Leôn.Marques	Inic	1														1
	Realeza (sede)	Inic	1														1
	Salto do Lontra	Inic	1														1
57.ª Seção Judiciária	Bocaiuva do Sul	Inic	1														1
	Cerro Azul	Inic	1														1
	Rio Branco do Sul (sede)	Inter	1														1
	Centenário do Sul	Inic	1														1
58.ª Seção Judiciária	Jaguapitã	Inic	1														1
	Porecatu (sede)	Inter	1														1
	Santa Fé	Inic	1														1
59.ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter	1														1
	Matinhos	Inter	1														1
TOTAL DO ESTADO			149	0	12	14	7	4	6	1	6	3	1	1	2	1	207

ANEXO VIII - LOTAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS - PROVIMENTO VINCULADO A EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

[illegible]

continuação

[illegible]

51.ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter		1														1
52.ª Seção Judiciária	Wenceslau Braz (sede)	Inter		1														1
53.ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter		1														1
54.ª Seção Judiciária	Andaraí (sede)	Inter		1														1
55.ª Seção Judiciária	Marechal Cândido Rondon (sede)	Inter		1														1
56.ª Seção Judiciária	Realeza (sede)	Inic		1														1
57.ª Seção Judiciária	Rio Branco do Sul (sede)	Inter		1														1
58.ª Seção Judiciária	Porecatu (sede)	Inter		1														1
59.ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter		1														1
TOTAL DO ESTADO			9	42	76	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126

ANEXO IX - LOTAÇÃO DO GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO - PROVIMENTO IMEDIATO

Seção Judiciária	Município	Formação	SUPERIOR												TÉCNICO								Total
			ADMINISTRAÇÃO	CONTABILIDADE	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ECONOMIA	ENGENHEIRO	ESTATÍSTICA	INFORMÁTICA	MEDICINA CLÍNICA	PSICOLOGIA	PSIQUIATRIA	SECRETARIADO EXECUTIVO	SERVIÇO SOCIAL	SOCIOLOGIA	ADMINISTRATIVO	INFORMÁTICA	REDES DE COMPUTADOR	RECURSOS HUMANOS				
1ª Seção Judiciária	Curitiba - sede	Fin	9	7	2	2	1	1	2	1	2	1	11	5	1	41	1	1	2	90			
2ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin									2			3		3				8			
6ª Seção Judiciária	Foz de Iguaçu (sede)	Fin									1			2		2				5			
7ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin									1			2		2				5			
9ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin									3			5		5				13			
14ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin									1			2		2				5			
16ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin									1			2		2				5			
18ª Seção Judiciária	Apucarana (sede)	Inter											1			1				2			
19ª Seção Judiciária	Arapongas (sede)	Inter											1			1				2			
20ª Seção Judiciária	Assis Chateaubriand (sede)	Inter											1			1				2			
21ª Seção Judiciária	Bandeirantes (sede)	Inter											1			1				2			
22ª Seção Judiciária	Cambé (sede)	Inter											1			1				2			
23ª Seção Judiciária	Campo Mourão (sede)	Inter											1			1				2			
24ª Seção Judiciária	Castro (sede)	Inter											1			1				2			
26ª Seção Judiciária	Cianorte (sede)	Inter											1			1				2			
28ª Seção Judiciária	Comelão Pinheiro (sede)	Inter											1			1				2			
27ª Seção Judiciária	Cruzeiro do Oeste (sede)	Inter											1			1				2			
28ª Seção Judiciária	Francisco Beltrão (sede)	Inter											1			1				2			
29ª Seção Judiciária	Goioerê (sede)	Inter											1			1				2			
30ª Seção Judiciária	Guaira (sede)	Inter											1			1				2			
31ª Seção Judiciária	Ibaiti (sede)	Inter											1			1				2			
32ª Seção Judiciária	Ibiporã (sede)	Inter											1			1				2			
33ª Seção Judiciária	Ivaí (sede)	Inter											1			1				2			
34ª Seção Judiciária	Ivaiporã (sede)	Inter											1			1				2			
36ª Seção Judiciária	Jacarezinho (sede)	Inter											1			1				2			
36ª Seção Judiciária	Laranjeiras do Sul (sede)	Inter											1			1				2			
37ª Seção Judiciária	Loanda (sede)	Inter											1			1				2			
38ª Seção Judiciária	Medianeira (sede)	Inter											1			1				2			

39.ª Seção Judiciária	Nova Esperança (sede)	Inter												1		1				2
40.ª Seção Judiciária	Palmas (sede)	Inter												1		1				2
41.ª Seção Judiciária	Paranaíba (sede)	Inter												1		1				2
42.ª Seção Judiciária	Paranaíba (sede)	Inter												1		1				2
43.ª Seção Judiciária	Palo Branco (sede)	Inter												1		1				2
44.ª Seção Judiciária	Pitanga (sede)	Inter												1		1				2
45.ª Seção Judiciária	Santo Antônio da Platina (sede)	Inter												1		1				2
46.ª Seção Judiciária	Santo Antônio do Sudoeste (sede)	Inter												1		1				2
47.ª Seção Judiciária	Sarandi (sede)	Inter												1		1				2
48.ª Seção Judiciária	Telêmaco Borba (sede)	Inter												1		1				2
49.ª Seção Judiciária	Toledo (sede)	Inter												1		1				2
50.ª Seção Judiciária	Umuarama (sede)	Inter												1		1				2
51.ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter												1		1				2
52.ª Seção Judiciária	Veroneópolis (sede)	Inter												1		1				2
53.ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter												1		1				2
54.ª Seção Judiciária	Andaraí (sede)	Inter												1		1				2
55.ª Seção Judiciária	Marechal Cândido Rondon (sede)	Inter												1		1				2
56.ª Seção Judiciária	Rio de Janeiro (sede)	Inter												1		1				2
57.ª Seção Judiciária	Rio Branco do Sul (sede)	Inter												1		1				2
58.ª Seção Judiciária	Porecatu (sede)	Inter												1		1				2
59.ª Seção Judiciária	Guaratuba (sede)	Inter												1		1				2
TOTAL DO ESTADO			8	7	2	2	1	1	2	1	11	1	11	63	1	99	1	1	2	216

Seção Judiciária	Município	Entrância	SUPERIOR		TÉCNICO		Total
			PSICOLOGIA	ADMINISTRATIVO			
1ª Seção Judiciária	Curitiba - sede	Fin	2		1		3
2ª/4ª Seção Judiciária	Cascavel (sede)	Fin			3		4
5ª/6ª Seção Judiciária	Foz de Iguaçu (sede)	Fin	1		2		3
7ª/8ª Seção Judiciária	Guarapuava (sede)	Fin	1		2		3
9ª/13ª Seção Judiciária	Londrina (sede)	Fin	2		5		7
14ª/15ª Seção Judiciária	Maringá (sede)	Fin	1		2		3
16ª/17ª Seção Judiciária	Ponta Grossa (sede)	Fin	1		2		3
18ª Seção Judiciária	Poucas de Caldas (sede)	Inter	1		1		2
19ª Seção Judiciária	Apucaranas (sede)	Inter	1		1		2
20ª Seção Judiciária	Assis Chateaubriand (sede)	Inter	1		1		2
21ª Seção Judiciária	Bandeirantes (sede)	Inter	1		1		2
22ª Seção Judiciária	Cambedá (sede)	Inter	1		1		2
23ª Seção Judiciária	Campo Mourão (sede)	Inter	1		1		2
24ª Seção Judiciária	Castro (sede)	Inter	1		1		2
25ª Seção Judiciária	Cianorte (sede)	Inter	1		1		2
26ª Seção Judiciária	Corumbá (sede)	Inter	1		1		2
27ª Seção Judiciária	Cruzeiro do Oeste (sede)	Inter	1		1		2
28ª Seção Judiciária	Francisco Beltrão (sede)	Inter	1		1		2
29ª Seção Judiciária	Goioerê (sede)	Inter	1		1		2
30ª Seção Judiciária	Guaiara (sede)	Inter	1		1		2
31ª Seção Judiciária	Ibaiti (sede)	Inter	1		1		2
32ª Seção Judiciária	Ibiporã (sede)	Inter	1		1		2
33ª Seção Judiciária	Iratí (sede)	Inter	1		1		2
34ª Seção Judiciária	Ivaiporã (sede)	Inter	1		1		2
35ª Seção Judiciária	Jacarezinho (sede)	Inter	1		1		2
36ª Seção Judiciária	Laranjeiras do Sul (sede)	Inter	1		1		2
37ª Seção Judiciária	Loanda	Inter	1		1		2
38ª Seção Judiciária	Medianeira (sede)	Inter	1		1		2
39ª Seção Judiciária	Nova Esperança (sede)	Inter	1		1		2
40ª Seção Judiciária	Palmas (sede)	Inter	1		1		2
41ª Seção Judiciária	Paranaíba (sede)	Inter	1		1		2
42ª Seção Judiciária	Paranaíba (sede)	Inter	1		1		2
43ª Seção Judiciária	Pato Branco (sede)	Inter	1		1		2
44ª Seção Judiciária	Piçanha (sede)	Inter	1		1		2
45ª Seção Judiciária	Santo Antônio da Platina (sede)	Inter	1		1		2
46ª Seção Judiciária	Santo Antônio do Sudoeste (sede)	Inter	1		1		2
47ª Seção Judiciária	Sarandi (sede)	Inter	1		1		2
48ª Seção Judiciária	Telemaco Borba (sede)	Inter	1		1		2
49ª Seção Judiciária	Toledo (sede)	Inter	1		1		2
50ª Seção Judiciária	Umuarama (sede)	Inter	1		1		2
51ª Seção Judiciária	União da Vitória (sede)	Inter	1		1		2
52ª Seção Judiciária	Wenceslau Braz (sede)	Inter	1		1		2
53ª Seção Judiciária	Lapa (sede)	Inter	1		1		2
54ª Seção Judiciária	Andaraí (sede)	Inter	1		1		2
55ª Seção Judiciária	Marechal Cândido Rondon (sede)	Inter	1		1		2
56ª Seção Judiciária	Realeza (sede)	Inter	1		1		2
57ª Seção Judiciária	Rio Branco do Sul (sede)	Inter	1		1		2
58ª Seção Judiciária	Poreciú (sede)	Inter	1		1		2
59ª Seção Judiciária	Guarapuá (sede)	Inter	1		1		2
TOTAL DO ESTADO			51		59		110

ANEXO XI - TABELA DE REMUNERAÇÃO DO ASSESSOR DE
ESTABELECIMENTO PENAL

VENCIMENTO BASE	375,06
GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	569,29
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,58
GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM DETERMINADAS ZONAS E LOCAIS (90%)	337,55
GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE NATUREZA ESPECIAL, COM RISCO DE VIDA OU SAÚDE (33,33%)	125,00
GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE (30%)	112,52
REMUNERAÇÃO TOTAL	2.520,00



LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE
12 DE JANEIRO DE 1994

Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.